



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DE PERNAMBUCO
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**PAIS E FILHOS: PREVALÊNCIA DAS DINASTIAS POLÍTICAS NOS MUNICÍPIOS
BRASILEIROS (2016-2020)**

LEONARDO RODRIGUES FERREIRA

Recife/PE

2024

LEONARDO RODRIGUES FERREIRA

**PAIS E FILHOS: PREVALÊNCIA DAS DINASTIAS POLÍTICAS NOS MUNICÍPIOS
BRASILEIROS (2016-2020)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciência Política. Área de concentração: Democracia e Instituições.

Orientador: Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho

Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo Galvão Pinho Lins

Recife/PE

2024

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Ferreira, Leonardo Rodrigues.

Pais e filhos: prevalência das dinastias políticas nos municípios brasileiros (2016-2020) / Leonardo Rodrigues Ferreira. - Recife, 2024.

154f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2024.

Orientação: Dalson Britto Figueiredo Filho.

Coorientação: Rodrigo Galvão Pinho Lins.

Inclui referências e apêndices.

1. Clãs políticos; 2. Família política; 3. Gestão municipal; 4. Prefeituras. I. Figueiredo Filho, Dalson Britto. II. Lins, Rodrigo Galvão Pinho. III. Título.

LEONARDO RODRIGUES FERREIRA

**PAIS E FILHOS: PREVALÊNCIA DAS DINASTIAS POLÍTICAS NOS MUNICÍPIOS
BRASILEIROS (2016-2020)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciência Política. Área de concentração: Democracia e Instituições.

Data de Aprovação:

Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho (orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Ernani Rodrigues de Carvalho Neto
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Alexandre da Silva Júnior
Universidade Federal de Alagoas

Profa. Dra. Virginia Rocha da Silva
European University Institute

Prof. Dr. Vanuccio Medeiros Pimentel
Associação Caruaruense de Ensino Superior

Aos meus pais, Leônidas e Bernadete, e à minha filha Cecília, com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela oportunidade e por me dar força, resiliência e perseverança para atingir meus objetivos.

Agradeço imensamente à minha mãe pelo seu amor incondicional e apoio de sempre, ao meu pai que mesmo sem fazer comentários, expressa imenso orgulho, nesse mesmo contexto a minha filha que admirava silenciosamente a minha dedicação ao trabalho e oportunamente me perguntava o porquê desse esforço, eu respondia prontamente que era para deixar um exemplo para ela.

Sou grato à Universidade Federal Rural de Pernambuco, pois me proporcionou a oportunidade de realizar o DINTER, modalidade que me ajudou a conciliar as minhas atividades de professor com o doutorado.

Também sou extremamente agradecido ao meu orientador, Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho, a quem me inspira como exemplo pessoal e profissional, pois possui características peculiares, sendo uma referência de humildade, simplicidade e motivação, assim, consegue extrair o melhor das pessoas. Tive muita sorte de ter tido como orientador uma pessoa tão competente, é sem dúvida uma das pessoas mais gentis que conheci na academia, e com certeza sem sua ajuda eu não conseguiria concluir essa pesquisa.

Ao professor Dr. Rodrigo Lins meu coorientador com quem me identifiquei pelo seu profissionalismo, paciência e cautela, e que por diversas vezes me direcionou para alcançar os objetivos da tese, identificando meus limites e propondo desafios aos quais sabia que eu poderia desenvolver a contento, portanto, agradeço imensamente a sua ajuda na realização deste trabalho.

A professora Dra. Nara Pavão que me orientou no início dessa pesquisa, e me mostrou qual o caminho eu iria percorrer para realizar essa investigação, da mesma maneira, as suas disciplinas permitiram ampliar minha visão como pesquisador, assim como, em um momento oportuno foi bem sincera em direcionar-me a outro professor para continuação da minha tese.

Ao professor Dr. Ernani Carvalho, que teve uma atenção especial para comigo durante a disciplina de seminários de tese, e que identificou a minha necessidade de amadurecer melhor o meu projeto de pesquisa.

Meu agradecimento a professora Dra. Virginia Silva que também contribuiu bastante com o meu trabalho, desde das suas excelentes dicas e orientações na construção da minha pesquisa, até sua participação na minha banca de qualificação, na qual sugeriu importantes modificações que melhoraram significativamente a minha tese.

Ao professor Dr. Alexandre Júnior por participar da minha qualificação, tendo realizado diversas sugestões de melhoria para a pesquisa, e ainda sugerido vários caminhos metodológicos que ajudaram na construção do meu trabalho.

Ao professor Dr. Felipe Reis pela sua atenção, dedicação e presteza quando estive na coordenação do DINTER, assim, deixo aqui meu registro de gratidão pela sua colaboração e auxílio nas ações pedagógicas desenvolvidas no doutorado.

A revisora Cleide Ivone por ter se dedicado às correções ortográficas do meu trabalho, portanto, seus préstimos trouxeram grande contribuição para a qualidade textual, de estilo e coerência da minha pesquisa acadêmica, além disso, essa excelente profissional é um grande exemplo de ser humano.

Aos meus colegas do doutorado, pelos muitos momentos em que compartilhamos as aflições, dúvidas e incertezas acerca dos desafios das disciplinas, foi nesses momentos mais difíceis que a cooperação, o envolvimento e a integração do grupo foram essenciais para superarmos nossas dificuldades.

Um agradecimento especial à minha colega de turma Veridiana por dividirmos em diversas ocasiões os mesmos anseios e preocupações para com o doutorado, assim, tive a oportunidade de conhecer melhor essa distintiva pessoa.

Também quero agradecer aos meus colegas de trabalho, principalmente aos professores Alexsandro Bilar, Kleber Moraes e Danuzio Silva, que respectivamente me ajudaram no trajeto para realização deste doutorado.

Deixo meus agradecimentos ao professor Kleyton Siqueira por articular a parceria do DINTER entre a UFRPE e a UFPE para o doutorado em ciência política, assim como mobilizou as inscrições dos servidores para o referido programa.

A UFPE pela oportunidade em possibilitar o acesso ao doutorado na modalidade DINTER para o sertão pernambucano, além disso, esse formato de estudos contribuiu significativamente para melhorar a nossa qualidade de vida durante o curso.

A FACEPE por proporcionar uma bolsa de ajuda de custo para o estágio doutoral, esse benefício que contemplou os alunos matriculados no DINTER foi bastante importante no desenvolvimento das atividades pertinentes ao programa.

RESUMO

Como mensurar a prevalência de dinastias políticas? O principal objetivo desta tese é responder essa pergunta a partir de uma abordagem metodológica inovadora. O desenho de pesquisa combina análise documental e estatística descritiva para analisar uma base de dados original com informações detalhadas das relações de parentesco para uma amostra de 360 cidades no Brasil. Em particular, efetuamos a coleta dos dados na plataforma “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” do Tribunal Superior Eleitoral. Os principais resultados indicam que, em média, 26,30% das cidades brasileiras são administradas por membros de uma dinastia política. Comparativamente, a maior prevalência ocorre na região Nordeste, que se destaca, pois, possui mais integrantes dos clãs políticos na gestão dos municípios; a participação das mulheres aumenta quando são integrantes das dinastias políticas; os prefeitos nativos são maioria nas gestões municipais das famílias políticas. Esses resultados são robustos a um processo de reamostragem dos casos em duas repetições de $N=360$. Esse trabalho contribui com a literatura da ciência política por identificar e mensurar as dinastias políticas.

Palavras-chaves: clãs políticos; família política; gestão municipal; prefeituras

ABSTRACT

How to measure the prevalence of political dynasties? The main objective of this thesis is to answer this question using an innovative methodological approach. The research design combines documentary analysis and descriptive statistics to analyze an original database with detailed information on kinship relations for a sample of 360 cities in Brazil. In particular, we collected data on the “Disclosure of Candidacies and Electoral Accounts” platform of the Superior Electoral Court (Tribunal Superior Eleitoral). The main results indicate that, on average, 26.30% of Brazilian cities are administered by members of a political dynasty. Comparatively, the highest prevalence occurs in the Northeast region, which stands out as it has more members of political clans in municipal management; women's participation increases when they are members of political dynasties; native mayors are the majority in the municipal administrations of political families. These results are robust to a process of resampling the cases into two replications of $N=360$. This work contributes to the political science literature by identifying and measuring political dynasties.

Keywords: political clans; political family; municipal management; city halls

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Mapa das cidades brasileiras selecionadas pela amostra	45
Figura 02 -	Cidades brasileiras reconhecidas pelas dinastias políticas na amostra 1	115
Figura 03 -	Mapa das dinastias políticas na amostra 1	116
Figura 04 -	Cidades brasileiras reconhecidas pelas dinastias políticas na amostra 2	117
Figura 05 -	Mapa das dinastias políticas na amostra 2	118
Figura 06	Cidades brasileiras reconhecidas pelas dinastias políticas na amostra 3	120
Figura 07 -	Mapa das dinastias políticas na amostra 3	121
Figura 08 -	Código computacional de extração de dados das duas amostras	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 -	Sumário sintético da literatura sobre as teorias das dinastias políticas	20
Quadro 02 -	Teorias sobre os efeitos das dinastias políticas nas cidades	24
Quadro 03 -	As dinastias políticas nas cidades brasileiras	30
Quadro 04 -	Resultado da correlação PIB versus População	76
Quadro 05 -	Resultado da correlação IDH versus População	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Distribuição das cidades selecionadas para a amostra	37
Tabela 02 -	Regiões brasileiras selecionadas para a amostra	38
Tabela 03 -	Etapas para construção do banco de dados dos municípios selecionados	39
Tabela 04 -	Síntese das variáveis	40
Tabela 05 -	Classificação do porte das cidades brasileiras selecionadas pela amostra	43
Tabela 06 -	Categoria de idade dos prefeitos brasileiros em 2016	47
Tabela 07 -	Estados que elegeram prefeitas em 2016	49
Tabela 08 -	Estado Civil das mulheres prefeitas em 2016	50
Tabela 09 -	Escolaridade das mulheres prefeitas em 2016	51
Tabela 10 -	Escolaridade dos homens prefeitos em 2016	51
Tabela 11 -	Ocupação dos prefeitos em 2016	54
Tabela 12 -	Média patrimonial por profissão dos prefeitos em 2016	57
Tabela 13 -	Valores patrimoniais por profissão dos prefeitos em 2016	59
Tabela 14 -	Partidos dos prefeitos selecionados eleitos em 2016	61
Tabela 15 -	Relação entre os partidos dos governadores e os prefeitos eleitos em 2016	63
Tabela 16 -	Relação dos partidos dos senadores e suplentes em 2016	64
Tabela 17 -	Partidos dos senadores eleitos nos Estados brasileiros entre 2015-2023	66
Tabela 18 -	Relação quantitativa dos deputados federais por Estado em 2014	66
Tabela 19 -	Relação dos partidos com mais deputados federais por Estado em 2014	68
Tabela 20 -	Relação dos partidos com mais deputados estaduais por Estado em 2014	69
Tabela 21 -	Relação dos partidos majoritários em cargos eletivos 2014/2016	71
Tabela 22 -	Correlação dos partidos para prefeito e governador 2014/2016	71
Tabela 23 -	Correlação dos partidos para prefeito e senador 2014/2016	72
Tabela 24 -	Correlação dos partidos para prefeito e deputados federais 2014/2016	72
Tabela 25 -	Correlação dos partidos para prefeito e deputados estaduais 2014/2016	73
Tabela 26 -	Identificação das Dinastias Políticas nos municípios brasileiros	84
Tabela 27 -	As regiões brasileiras classificadas pelas dinastias políticas	86
Tabela 28 -	Classificação do porte das cidades brasileiras selecionadas pela amostra	87
Tabela 29 -	Reordenamento da amostra nas cidades brasileiras de pequeno porte I	89
Tabela 30 -	Relação entre o PIB 2017 e as cidades brasileiras com dinastias políticas	90
Tabela 31 -	Relação entre o IDH 2010 e as cidades brasileiras com dinastias políticas	91
Tabela 32 -	Estado civil dos prefeitos identificados pelas dinastias políticas	93

Tabela 33 -	Idade dos prefeitos das cidades brasileiras com dinastias políticas	95
Tabela 34 -	Raça dos prefeitos das cidades brasileiras com dinastias políticas	96
Tabela 35 -	Escolaridade dos prefeitos das cidades brasileiras com dinastias políticas	96
Tabela 36 -	Ocupações dos prefeitos das cidades brasileiras com dinastias políticas	98
Tabela 37 -	Relação de parentescos políticos dos prefeitos das cidades brasileiras	98
Tabela 38 -	Partidos dos prefeitos reconhecidos pelas dinastias políticas	100
Tabela 39 -	Patrimônio dos prefeitos das cidades brasileiras com dinastias políticas	101
Tabela 40 -	Evolução patrimonial dos prefeitos das cidades com dinastias políticas	102
Tabela 41 -	Distribuição das cidades selecionadas para a amostra	103
Tabela 42 -	Regiões brasileiras selecionadas para a amostra	104
Tabela 43 -	Identificação das dinastias políticas nos municípios brasileiros	105
Tabela 44 -	Regiões brasileiras classificadas pelas dinastias políticas	107
Tabela 45 -	Distribuição das cidades selecionadas para a amostra	108
Tabela 46 -	Regiões brasileiras selecionadas para a amostra	110
Tabela 47 -	Identificação das dinastias políticas nos municípios brasileiros	111
Tabela 48 -	Regiões brasileiras classificadas pelas dinastias políticas	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	Idade dos prefeitos na amostra dos municipais brasileiros em 2016	46
Gráfico 02 -	Gênero dos prefeitos na amostra dos municipais brasileiros em 2016	48
Gráfico 03 -	Escolaridade dos prefeitos na amostra municipal em 2016	53
Gráfico 04 -	Ocupação dos prefeitos na amostra municipal em 2016	56
Gráfico 05 -	Deputados federais por Estados do Brasil em 2014	67
Gráfico 06 -	Prefeitos nativos e não nativos nas eleições de prefeito em 2016	74
Gráfico 07 -	Raça declarada pelos prefeitos nas eleições de 2016	74
Gráfico 08 -	Ranking do PIB das cidades selecionadas nas eleições de 2016	76
Gráfico 09 -	Correlação entre o PIB a população das cidades nas eleições de 2016	77
Gráfico 10 -	Correlação entre o IDH a população das cidades nas eleições de 2016	79
Gráfico 11 -	Divisão por gênero dos prefeitos das cidades com dinastias políticas	93
Gráfico 12 -	Naturalidade dos prefeitos das cidades brasileiras com dinastias políticas	94
Gráfico 13 -	Distribuição das dinastias políticas por regiões brasileiras na amostra 1	114
Gráfico 14 -	Distribuição das dinastias políticas por regiões brasileiras na amostra 2	117
Gráfico 15 -	Distribuição das dinastias políticas por regiões brasileiras na amostra 3	119
Gráfico 16 -	Média das amostras das dinastias políticas nas regiões do Brasil	122

LISTA DE ABREVIATURAS

Tribunal Superior Eleitoral	TSE
Produto Interno Bruto	PIB
Índice de Desenvolvimento Humano	IDH
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Open Science Framework	OSF
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PMDB
Movimento Democrático Brasileiro	MDB
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB
Partido dos Trabalhadores	PT
Partido Comunista do Brasil	PCdoB
Partido Socialista Brasileiro	PSB
Partido Da Social Democracia Brasileira	PSDB
Partido Social Cristão	PSC
Partido Da Mobilização Nacional	PMN
Partido Verde	PV
Progressistas	PP
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	PSTU
Partido Comunista Brasileiro	PCB
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	PRTB
Partido da Causa Operária	PCO
Partido Socialismo e Liberdade	PSOL
Partido Liberal	PL
Partido Social Democrático	PSD
Partido Republicano da Ordem Social	PROS
Partido da Mulher Brasileira	PRB
Partido Novo	NOVO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	16
1 Capítulo 1- Revisão da literatura sobre as Dinastias Políticas -----	19
1.1 Conceitos e teorias das dinastias políticas -----	19
1.2 Estudos sobre as dinastias políticas -----	23
1.3 As dinastias políticas no Brasil -----	29
2 Capítulo 2 – Contextualização das dinastias políticas nos municípios brasileiros -----	35
2.1 Procedimentos Metodológicos -----	36
2.2 Características dos políticos eleitos e das cidades brasileiras -----	43
3 Capítulo 3 – Mensuração das dinastias políticas nos municípios brasileiros -----	81
3.1 Metodologia da prevalência das dinastias políticas nas cidades brasileiras -----	81
3.2 Prevalência das dinastias políticas nos municípios brasileiros -----	84
3.2.1 Características dos municípios brasileiros que possuem dinastias políticas -----	87
3.2.2 Atributos dos prefeitos dinásticos nos municípios brasileiros -----	92
3.3 Confronto das amostras dos municípios brasileiros para identificação e classificação das dinastias políticas -----	102
3.3.1 Segunda amostra das cidades brasileiras para classificação dos municípios que possuem dinastias políticas -----	102
3.3.2 Terceira amostra das cidades brasileiras para classificação dos municípios que possuem dinastias políticas -----	108
3.4 Média geral das amostras das dinastias políticas para os municípios brasileiros	114
3.5 Limitações que ocorreram na elaboração da pesquisa -----	124
4 Resultados das Análises -----	128
5 Conclusão -----	132
REFERÊNCIAS -----	137
APÊNDICE 1 -----	143
APÊNDICE 2 -----	151
APÊNDICE 3 -----	153

INTRODUÇÃO

Conceitualmente as dinastias políticas trata-se de quando dois ou mais políticos integrantes de uma mesma família ocupam, ou ocuparam, cargos eletivos no governo (Purwaningsih e Widodo 2020, Kurtz 1989), essa ocorrência é a forma mais antiga de exercício do poder político.

Como mensurar a prevalência de dinastias políticas? Essa é a pergunta de pesquisa que norteia a realização deste trabalho. Ao responder a esse questionamento espera-se que os resultados contribuam para dirimir dúvidas sobre o fenômeno político familiar.

O principal objetivo desta tese é dimensionar o tamanho das dinastias políticas no Brasil. Metodologicamente, o desenho de pesquisa utiliza estatística descritiva para examinar uma base de dados original elaborada a partir de informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em particular, combinamos análise documental com a coleta de dados secundários para identificar a relação de parentesco para uma amostra de 360 municípios.

A pesquisa apresenta como objetivo geral: mensurar a prevalência das dinastias políticas nos municípios brasileiros. No que diz respeito aos objetivos específicos, elencam-se os seguintes: (1) realizar uma revisão da literatura sobre as dinastias políticas; (2) caracterizar os políticos e os municípios brasileiros conforme as eleições de 2016; (3) identificar a prevalência das dinastias políticas nas amostras que compõem as cidades brasileiras no pleito (2016-2020).

Para garantir resultados mais robustos realizamos uma reamostragem da população e produzimos duas amostras aleatórias simples, totalizando 1.080 casos. Os principais resultados indicam que a prevalência de dinastias políticas no Brasil é de 26,30%.

Além dessa introdução, ressalta-se que o trabalho está dividido em três capítulos adicionais, de forma que, o capítulo 1 apresenta uma revisão da literatura nacional e internacional sobre as dinásticas políticas.

No que tange o capítulo 2 são apresentadas as cidades selecionadas pela amostra, onde são retratadas as características políticas e sociais dos prefeitos eleitos em 2016, no sentido de colaborar para o reconhecimento dos clãs familiares na política brasileira.

Já o capítulo 3 é a parte distintiva do trabalho, pois, apresenta as estimativas de incidência de dinastias políticas a partir de uma amostra aleatória representativa dos municípios brasileiros.

A escolha do Brasil como objeto do estudo de caso se justifica por dois principais motivos, sendo o primeiro que entre os anos de 1534 e 1821, vigorou no país o sistema de

capitanias hereditárias que consistia em organizar a ocupação e colonização do Brasil. Segundo, pela geopolítica das cidades brasileiras que apresentam diferentes contextos econômicos, sociais e políticos. Por fim, o Brasil representa um excelente caso para aprender sobre as dinastias políticas.

A importância dessa pesquisa justifica-se por meio de algumas teorias que determinam efeitos mistos, as quais estabelecem em algumas localidades, que as altas concentrações das dinastias políticas podem impactar negativamente o desenvolvimento socioeconômico das cidades (Mendonza, et al., 2016; Schafferer, 2023; Purwaningsih e Widodo, 2020).

Da mesma forma, outra justificativa pertinente que inspirou essa pesquisa refere-se a alguns estudos brasileiros, que retratam que as dinastias políticas estão mais presentes em determinados municípios de pequeno porte, pois, essas localidades se apresentam mais dependentes do poder público, de modo que, a continuidade dos clãs políticos nessas urbanizações favorece os efeitos negativos que impactam no desenvolvimento (De Souza, 2020; Holanda, 1995; Da Costa Oliveira, et al., 2022).

Esse trabalho se difere dos demais em três principais aspectos, o primeiro deles está relacionado com a mensuração das dinastias políticas nos municípios brasileiros, dessa forma, a pesquisa tem a intenção de apresentar um percentual que identifica uma estimativa das cidades nas quais ocorrem o fenômeno dos clãs políticos.

A segunda distinção dessa pesquisa refere-se à metodologia utilizada para o reconhecimento das famílias políticas, as quais foram empregadas as certidões negativas dos prefeitos investigados, portanto, essas documentações plotadas na plataforma do TSE validaram todo o processo investigativo.

E o terceiro instrumento distintivo desse estudo diz respeito à construção do banco de dados, elaborado com dados primários e secundários, que poderá subsidiar outros trabalhos acadêmicos que investiguem as famílias políticas brasileiras.

Assim, o uso de modelagens estatísticas descritivas permitiram identificar particularidades dos políticos brasileiros de dinastias políticas e as características dos municípios sob seu governo. Os achados desta pesquisa são relevantes para incentivar futuros estudos, contribuindo para a ciência e apoiando outras investigações acadêmicas.

Conseqüentemente, esse trabalho apresenta contribuições sociais, visto que a comunidade brasileira terá mais uma concepção a respeito da dimensão das dinastias políticas nos municípios brasileiros.

Da mesma forma, esse estudo revela uma colaboração metodológica, ao desenvolver, testar e validar uma metodologia para aferir a prevalência de um fenômeno que é considerado

importante para a ciência política. Portanto, utilizamos as certidões negativas dos candidatos para validar o processo de identificação familiar.

Essa investigação ainda proporciona uma contribuição teórica, em razão de fornecer informações estratégicas que podem fomentar outros trabalhos acadêmicos. Particularmente, essa pesquisa fornece subsídios para investigar os efeitos das dinastias políticas nas cidades brasileiras.

Nesse contexto, nos resultados e conclusão foram revelados os achados da tese, por meio de análises e diagnósticos que ocorreram após as inferências apresentadas ao longo das investigações, esses procedimentos e os produtos resultantes desse trabalho serão publicizados e posteriormente direcionados ao público-alvo.

Ademais, há uma seção de debate inserida no capítulo 3 que descreve sobre as limitações decorridas ao longo da tese, bem como evidência as sugestões e propostas de novos rumos para as futuras pesquisas sobre as dinastias.

Por fim, em uma parte distintiva e complementar da pesquisa, são apresentadas três seções de apêndices, nas quais a primeira diz respeito a um passo a passo de como foi realizado o procedimento de reconhecimento das dinastias políticas, no segundo anexo são demonstradas as perguntas e respostas para maiores esclarecimentos sobre o desenvolvimento desta pesquisa, e no terceiro são exibidos os modelos das certidões para fins eleitorais.

CAPÍTULO 1

Esse primeiro capítulo estrutura-se da seguinte forma: a primeira seção apresenta uma revisão sistemática dos conceitos e teorias das dinastias políticas. Na segunda parte, são demonstradas sistematicamente várias pesquisas internacionais sobre os impactos das dinastias políticas no governo das cidades, e a terceira divisão exibe uma investigação sobre as características das dinastias políticas no Brasil.

Capítulo 1- Revisão da literatura sobre as Dinastias Políticas

1.1- Conceitos e teorias das dinastias políticas

As discussões acerca das dinastias políticas estão presentes desde o cotidiano popular, passando pelos grupos partidários, transitando pela academia nas áreas da história, sociologia, economia e ciência política até chegar nos operadores da política, que continuam a comandar o jogo governamental por meio das famílias políticas.

Ressaltando a história política no mundo destaca-se que as famílias dinásticas se originaram na era pré-espanhola, com a classe soberana, chefiada por grupos formados pelos Pelodados, Maharlikas e Rajás que utilizaram uma ideologia de vínculos de parentesco para potencializar seu poder (Constantino, 1982; Tuazon, 2012).

O termo “dinastia” é uma concepção intelectual moderna com propósito político que ajuda a dar visibilidade ao estado nação, e pode ser compreendida como linha de governantes integrantes de uma mesma família. A denominação tornou-se um importante instrumento para designar a frequente manutenção da soberania, com a reprodução contínua de poder das classes dominantes. Há relatos de que a globalização do termo indica força e autoridade para os que se beneficiam desse fenômeno (Banerjee, 2022).

Os teóricos divergem em identificar um número preciso quando se trata de definir conceitualmente dinastias políticas. Alguns explicam que, para uma família ser considerada dinástica deve possuir entre dois ou mais membros no meio político (Purwaningsih e Widodo, 2020; Kurtz, 1989).

Outros pesquisadores consideram dinastias políticas situações nas quais quatro ou mais membros da família com o mesmo sobrenome são eleitos (Hess, 2017). O critério utilizado para fins dessa pesquisa será a definição sobre dinastias políticas mencionadas por Purwaningsih e Widodo, (2020); Kurtz, (1989).

Portanto, para fins dessa pesquisa, todas as vezes nesse trabalho que nos reportarmos a qualquer denominação que qualifica as famílias políticas, estamos nos referindo ao fenômeno das dinastias políticas.

Essa parte da revisão de literatura tem como propósito apresentar teorias que possam fomentar o entendimento sobre os principais conceitos e interpretações das dinastias políticas. Assim, a busca literária está fundamentada em organizar as principais concepções que amparam cientificamente o significado do governo das famílias políticas.

Os conceitos apresentados nessa seção são essenciais para elucidar o objeto de estudo desta pesquisa, assim sendo, mensurar as dinastias políticas. Uma importante contribuição dessa parte da investigação é compreender a literatura conceitual de fronteira, para poder entender as nuances definidas pelas bibliografias brasileiras.

A seguir no Quadro 1, apresentamos um levantamento da literatura que trata os principais conceitos e teorias acerca das dinastias políticas, assim, esse fenômeno político familiar está presente em todas as atividades laborais, porém quando associado a governança política essa ocorrência se torna muito mais intensa.

Quadro 1 – Sumário sintético da literatura sobre as teorias das dinastias políticas

Autores	Variáveis	Conclusões
Mendonza et al. (2016)	Conceitual	Um político em plena atividade possui pelo menos um parente no cargo eletivo.
Dal Bó et al. (2009)	Conceitual	Quando existem dois ou mais políticos eleitos de uma mesma família em eleições consecutivas, ou distintas.
Rossi (2016)	Conceitual	Qualifica a expressão dinastias políticas como a transferência do poder a familiares.
Querubin (2012)	Conceitual	A passagem do poder por políticos integrantes de um grupo seletivo de famílias que desfrutam de proveitos eleitorais.
Silva (2022)	Conceitual	O que caracteriza essa ocorrência política é o protagonismo de um grupo familiar que domina o poder político ao longo do tempo.
Kurtz (1989)	Conceitual	Consiste quando dois ou mais familiares mantêm, ou mantiveram cargos públicos.
Teixeira (2021)	Conceitual	Dinastias, não se constituem em um único momento, mas em um fenômeno que se prolonga no tempo.
Collins (2016)	Conceitual	Podem ser compreendidos como organizações informais fundamentadas no arranjo de parentesco conduzidos para uma atividade política.
Patrikios e Chatzikonstantinou (2015)	Conceitual	É apenas constituída quando o segundo integrante de uma mesma família ocupa um lugar equiparado ao seu antecessor.
Geys e Smith (2017)	Conceitual	São aqueles que têm vínculos de parentesco biológicos ou conjugais com outras pessoas que anteriormente ocuparam cargos políticos eletivos.

Quadro 1 – Sumário sintético da literatura sobre as teorias das dinastias políticas (continuação)

Autores	Variáveis	Conclusões
Purwaningsih e Widodo, (2020)	Conceitual	Para uma família ser considerada dinástica, deve possuir entre dois ou mais membros no meio político.

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 1, apresentado anteriormente, descreve várias teorias sobre as dinastias políticas sob diferentes contextos. Desse modo, essas definições proporcionam contribuições consistentes sobre as famílias políticas baseadas na concepção de múltiplos pensamentos de pesquisadores nas áreas das ciências e humanidades.

Na análise do Quadro 1 é possível estabelecer diversas perspectivas acerca das dinastias políticas, portanto, considerando a teoria conceitual, a maioria dos autores investigados entendem o governo dos clãs familiares como um encadeamento de governantes de uma mesma linhagem de descendência ou um grupo familiar de poderosos que conserva sua hierarquia por um determinado tempo.

Nesse contexto, no Quadro 1, observa-se que a maioria dos autores descreve as dinastias políticas como um pequeno grupo familiar que pertence a elite. É importante ir além da relação dos trabalhos retratados, ou seja, faz-se necessário proferir reflexões sobre as origens conceituais do assunto.

Assim, outras concepções associadas ao termo “dinastias políticas” foram definidas, dessa forma, alguns autores compreendem a terminologia como aquela que se refere a uma circunstância, em que um político em plena atividade possui pelo menos um parente no cargo eletivo, logo, esse vínculo de parentesco pode estar relacionado ao passado ou presente de algum integrante familiar do atual político (Mendonza et al., 2016).

Dessa maneira, as dinastias políticas retratam, de certa forma, um arranjo informal de poder que interage com as demais organizações públicas de modos distintos, assim, é possível observar a interatividade do fenômeno político por diversos canais, seja informalmente, por meios legais ou modernizados (Silva, 2022).

Portanto, os clãs políticos desempenham suas atividades com custos operacionais inferiores, visto que proporcionam confiança coletiva de maneira mais eficaz por intermédio de sua rede familiar. Esse formato de organização configura-se em uma ação coletiva mais produtiva e apropriada aos contextos locais que as diferenciam das outras instituições formais que registram altos dispêndios transacionais (Pimentel, 2014; Olson, 1993).

Esses vínculos de parentesco agem tanto como uma fonte de credibilidade e reputação pessoal, quanto como um mecanismo de investidura da instituição familiar, assim, a escolha interna aos partidos eleitorais proporciona a capitalização de uma “história política” representada pelos símbolos partidários, porém, conjuntamente subordinada as redes de relações no grupo político, customizadas pelas lideranças (Grill, 2004).

Ao longo da história da humanidade em diferentes sociedades e culturas, o poder governamental sempre foi exercido por um grupo seletivo de indivíduos que dispunham de várias vantagens distintivas em relação aos demais membros da sociedade, essas pessoas se diferenciavam principalmente pela posse de terras, utilização de armamentos, bem como, o acúmulo de riquezas (Smith, 2020).

Desta forma, a confiança social é um instrumento culturalmente definido, visto que o entendimento de cooperação de uma sociedade está vinculado ao grau de compartilhamento de normas e valores que admitem a subordinação de interesses individuais aos mais coletivos (Fukuyama, 2012).

Na contemporaneidade poderíamos associar o poder do indivíduo ao seu patrimônio econômico, ou mesmo ao engajamento social que essa pessoa representa para a sociedade, desse modo, quem tem o poder econômico possui uma predisposição de ter também o poder político, essa ocorrência, favorece as dinastias políticas que se encontram principalmente na elite da sociedade (Teixeira, 2021).

Além disso, a partilha do poder político entre os grupos sociais exerce uma função determinante na economia política, visto que, concentra o poder em pequenos grupos familiares, geralmente constituído por dinastias políticas, que mantêm autoridade e comando na perspectiva política, social e econômica (Rivera, 2012).

Portanto, para os herdeiros oriundos das dinastias políticas, a perspectiva de personificação do carisma associado ao “fundador”, a “referência mítica” com o “passado comum” se fundamentam na confirmação do usufruto de atributos, de biografias e condutas que demonstrem a sua familiaridade e conexão, na lógica de relação pessoal, de empenho à “causa coletiva”, e de comprometimento com o “legado” e apreço aos “princípios” norteadores da política (Grill, 2004).

Ademais, um dos problemas fundamentais no propósito do mundo político é saber por quanto tempo esse contexto irá durar, ou seja, os políticos em sua maioria possuem um desejo de perpetuar o seu domínio político por meio da passagem de poder, para isso, recorrem às dinastias políticas, pois, é no íntimo das famílias e das redes de parentesco que se transmite as vocações eleitorais (Canêdo, 1995).

Em outra perspectiva, políticos provenientes das dinastias políticas, com parentes que já exerceram cargos eletivos, possuem vantagens que podem ser determinantes para o seu desempenho na política e, em última instância, para a sociedade em geral. Assim, essa vivência precedente pode proporcionar um atributo relevante na desenvoltura da gestão de um político, de modo que as atitudes são transmitidas intencionalmente (Dohmen et al., 2012).

Em geral, essa exposição representa parte do que se entende por dinastias políticas, por elites e poder. Estes pensamentos são essenciais para a posterior identificação e mensuração das famílias políticas propostas por esse trabalho. Realizadas essas ponderações, nas sessões posteriores retoma-se o debate sobre as estratégias de aferição das variáveis e principais achados da literatura.

1.2- Estudos sobre as dinastias políticas

As dinastias políticas são questões de estudos em vários países, pois além de apresentar o comportamento político do eleitorado e de suas lideranças, ainda levantam dúvidas sobre os benefícios que podem ser entendidos como conexões, articulações, parcerias e estratégias ou malefícios, esses por sua vez compreendidos como atrasos, decadências e desigualdades, a utilização dessa prática política é encontrada principalmente nas elites da sociedade (Dal Bó et al., 2009).

A passagem de poder entre os membros familiares é uma ocorrência frequente e contínua no percurso histórico da humanidade. Mesmo na contemporaneidade, dispendo de democracias estáveis incorporadas a um sistema eleitoral competitivo. Entretanto, parentes de políticos eleitos continuam a se beneficiar de uma vantagem eleitoral sobre seus concorrentes não dinásticos (Da Costa Oliveira et al., 2022).

Diante desse contexto, várias pesquisas sobre dinastias políticas foram documentadas por diversos autores, Dal Bó et al. (2009) para os EUA; Bragança, Ferraz e Rios (2015) para o Brasil; Querubin (2012) para Filipinas; Rossi (2016) para a Argentina e Asako et al. (2015) para o Japão (Da Costa Oliveira et al., 2022).

Ressalta-se ainda que existe uma discordância na literatura quanto aos efeitos das dinastias políticas, de modo que alguns estudos apontam para as circunstâncias negativas que comprometem o desenvolvimento socioeconômico, como nos casos das Filipinas, Líbano e Indonésia. Enquanto outras pesquisas, em diferentes países, indicam a neutralidade da interferência dinástica, principalmente quando se investiga a partir da conservação das elites e seu papel na sociedade (Querubin, 2012; Syahbandir et al., 2019; Balanquit et al., 2017).

Em vista disso, a literatura apresenta casos com efeitos positivos, negativos e nulos das dinastias políticas, assim, os achados deixam dúvidas sobre as implicações desse fenômeno acerca do desenvolvimento socioeconômico. Para alguns teóricos, a ocorrência da permanência no poder pela classe dominante muitas vezes não significa que as famílias políticas estão se autoperpetuando no governo (Dal Bó et al., 2009; Mosca, 1939).

Assim, a grande maioria dessas famílias com tradições políticas escolhem estratégias diversas de manutenção do poder, ou seja, vários grupos familiares possuem cargos de responsabilidade política, mas também estão presentes nas empresas, desenvolvendo as atividades industriais e comerciais no país, pois, outra forma de dominação é a concentração econômica empresarial (Vloeberghs, 2017).

Neste contexto, é oportuno descrever as principais teorias sobre os efeitos das dinastias políticas no desenvolvimento local. Desse modo, elaboramos o Quadro 2 que apresenta uma relação de pressupostos de vários autores acerca dos impactos do governo das famílias políticas no progresso das cidades.

Quadro 2 – Teorias sobre os efeitos das dinastias políticas nas cidades

Autores	Variáveis	Conclusões
Mendonza et al. (2016)	Desenvolvimento	Ao nível do governo local, podem produzir uma derrocada na competição política, em razão da centralização do poder, como consequência, pode acarretar resultados socioeconômicos piores.
George e Ponattu, (2019)	Desenvolvimento	O capital político, quando vem de herança das dinastias, pode tornar os sufrágios ineficientes na escolha de bons representantes, e essas personificações podem refletir efeitos negativos no desenvolvimento socioeconômico.
Mosca, 1939; Dal Bó et al. (2009)	Desenvolvimento	Qualificações como vocação, talento e motivação existem nas famílias, isso pode constituir vantagens para que membros de algumas linhagens ingressem na política e se utilizem de suas redes e articulações para obterem êxitos no mandato.
Balanquit et al. (2017)	Desenvolvimento	Os retratos dinásticos em alguns territórios estão se modificando de forma gradual, à medida que muitas dessas localidades se transformam mais acolhedoras a uma nova geração de governantes.
Olson (1993)	Desenvolvimento	As dinastias políticas estão pautadas na ideia de que uma maior duração em funções políticas resultará em desenvolvimento do capital social e político.
Asako et al. (2015); Schafferer (2023)	Desenvolvimento	Os políticos de origem dinástica desfrutam normalmente de benefícios eleitorais e de barganha, dessa forma, comprometem o dispositivo da competição eleitoral como instrumento necessário para lograr o alcance das políticas públicas desejáveis aos cidadãos.

Quadro 2 – Teorias sobre os efeitos das dinastias políticas nas cidades (continuação)

Autores	Variáveis	Conclusões
Besley e Reynal-Querol, (2017)	Desenvolvimento	As dinastias são danosas ao desempenho econômico e questionam que elas impliquem redistribuição negativa de recursos governamentais.
Warner (1997); Göbel (2004); Teehankee (2018)	Desenvolvimento	A política dinástica reproduz uma rede de clientelistas que comprometem o processo decisório colaborativo e impulsionam hábitos ilegítimos, como a compra de votos.
Hedman e Sidel (2005); Coronel et al., (2007)	Desenvolvimento	A utilização de políticas públicas é normalmente instrumentalizada para atender interesses de aliados políticos.
Querubin (2012)	Desenvolvimento	O acúmulo do poder político em um pequeno grupo de famílias potencializa o risco de adoção de políticas que favoreçam a uma restrita coletividade de interesses.
Mccoy (1994)	Desenvolvimento	As dinastias estão associadas à busca de receita e à destinação de recursos para outros interesses, principalmente os privados, essa ação compromete a eficácia do desenvolvimento.
Solon, Fabella e Capuno (2009)	Desenvolvimento	Independente de um governante em atividade ser integrante de uma dinastia, a ameaça da disputa exige uma boa gestão para uma possível reeleição.

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, é possível observar no Quadro 2 que os debates acadêmicos sobre os impactos das dinastias políticas nas cidades estão diretamente relacionados aos efeitos no desenvolvimento socioeconômico, de modo que, as teorias estão mais associadas que os governos das famílias políticas tendem a produzir resultados negativos.

Conforme o Quadro 2, a literatura sobre as dinastias políticas aponta principalmente para os efeitos negativos no desenvolvimento local, porém encontramos trabalhos que apresentam resultados positivos no governo das famílias políticas. Ressaltamos ainda que foram encontradas pesquisas com implicações nulas na gestão dos clãs políticos.

Ademais, as dinastias políticas podem também enfraquecer os instrumentos de governança e responsabilidade com o propósito de assegurar e manter suas próprias posições, assim, esse fenômeno político pode auferir vantagens do poder do Estado para interesses particulares sem receio de substituição ou sanções administrativas (Mendonza et al., 2016).

Nesse contexto, entre os mais variados casos de dinastias políticas ocorridos no mundo, as Filipinas é a nação que mais possui intensidade de clãs políticos, percebe-se que nesse país o fenômeno é mais acentuado do que em outros lugares. Dessa forma, as Filipinas é objeto de estudos sobre dinastias políticas há bastante tempo, principalmente por suas especificidades, como as implicações dinásticas sobre o bem-estar da população e o desenvolvimento das cidades (Balanquit et al., 2017).

As explorações acerca das dinastias políticas nas Filipinas evidenciaram o costume das elites em permanecer e representar seu poder ao longo do tempo. Essa ocorrência foi o motivo da redução da eficácia nas reformas institucionais e, mesmo quando o sistema eleitoral foi reformulado para evitar a sequência de mandatos por um mesmo político, limitando e restringindo por prazo determinado o acesso aos ocupantes dos cargos políticos, estes foram substituídos por parentes ou concorreram a uma vaga eletiva distinta (Querubin, 2012).

Portanto, o acúmulo e uso de capital político como forma de favores, relações sociais e influência política por estadistas filipinos frequentemente incorrem em algum tipo de dilema entre os eleitores e o estado de direito. Essa cultura pode estar associada a um resultado colonial americano com respaldo no clientelismo e na ideologia dos partidos políticos, considerando uma presidência essencialmente poderosa (Hutchcroft e Rocamora, 2003).

Outrossim, uma investigação contemporânea constatou que em Taiwan aproximadamente 27% dos parlamentares possui alguma relação familiar e 12% tem um parente que já foi legislador, isto significa que Taiwan possui mais dinastias políticas do que outras democracias ocidentais, porém, proporcionalmente menos do que vários países asiáticos, como Japão, Filipinas e Tailândia (Batto, 2018; Smith, 2020).

Além disso, nas pesquisas sobre as dinastias políticas no Líbano, os instrumentos de passagem de poder atravessam gerações de uma mesma família integrantes da elite politicamente importante, esses grupos direcionaram as atenções à entrada de setores econômicos, dirigindo o trânsito entre as instituições de mercado e as estruturas dos poderes políticos e econômicos, ou seja, o funcionamento do país estrutura-se em função de um círculo de famílias detentoras de privilégios hereditários (Vloeberghs, 2017).

Estudos sugerem que as ocorrências de casos dinásticos em diversos países geram preocupações sobre os desequilíbrios na partilha do poder, isto é, o domínio da política fica concentrado em famílias ao longo do tempo, ocasionando problemas na representação democrática, uma vez que essa permanência compromete a diversidade de ideias, em razão da não alternância do poder entre grupos distintos (Dal Bó et al., 2009).

Esses transtornos decorridos do acúmulo de poder reproduz o comportamento de classes ou grupos sociais, que possuem uma predisposição de se tornar hereditária, mesmo na política com os cargos disponíveis para todos, conseqüentemente, a relação familiar com os que já estão no poder proporciona muitas vantagens (Mosca, 1939).

Por isso, diversas pesquisas reconheceram que o efeito monopolizador das dinastias políticas ocasiona uma degradação no desenvolvimento socioeconômico, desigualdade e maiores índices de privação (Mendoza et al., 2012; Tusalem e Pe-Aguirre, 2013). Além disso,

a política dinástica reproduz uma rede de clientelistas que comprometem o processo decisório colaborativo e impulsionam hábitos ilegítimos, como a compra de votos (Warner, 1997; Göbel, 2004; Teehankee, 2018).

Ressalta-se ainda que estudos indicam que aproximadamente 6,9% dos legisladores nos Estados Unidos são dinásticos, outros 10% na Argentina, e espantosos 70% dos integrantes do parlamento das Filipinas fazem composição de clãs. Entretanto, cabe destacar que no Brasil poucas são as pesquisas sobre dinastias políticas que abrangem todos os municípios (Dal Bó et al., 2009; Rossi, 2016; Mendoza, et al., 2012).

Nesse contexto, pesquisas revelaram que a conduta dinástica utilizada na política é muito maior do que em outros postos de trabalho, demonstrando que as características familiares podem não ser o exclusivo esclarecimento desse fenômeno. Sendo assim, é normalmente defendido que a existência de economias de escala ajuda os integrantes de clãs dinásticos a ingressarem na política a um valor muito menor, pois o histórico dos membros antecessores exerce um papel importante na memória do povo (Dal Bó et al., 2009).

Assim, cientistas apontaram que o poder político nos Estados Unidos é realmente perpetuante e que as dinastias não são unicamente uma reprodução das distinções de competência entre as famílias. Utilizando técnicas de variáveis instrumentais, eles desvendaram que perdurar no domicílio legislativo por equivalente a mais de um mandato proporciona uma maior possibilidade de um familiar adentrar na mesma casa no futuro (Balanquit et al., 2017).

Portanto, o recrutamento familiar de líderes políticos é um evento corrente, mesmo em países que extinguiram qualquer dispositivo de hereditariedade para ocupação de cargos públicos. De maneira que, a ocorrência é encontrada em regimes políticos competitivos, exemplos como Bush nos Estados Unidos, Kirchner na Argentina, Marcos nas Filipinas e Suharto na Indonésia (Miguel; Marques; Machado, 2015).

Diante do poder concentrado de algumas famílias em ocupações públicas uma indagação que persiste é sobre as dinastias políticas e os seus efeitos sobre o bem-estar e o desenvolvimento das cidades. Pesquisas demonstram que a presença de famílias dinásticas é mais intensa em lugares mais pobres e desiguais (Mendoza, et al., 2016).

Para alguns pesquisadores, as dinastias políticas podem reduzir a qualidade da democracia e do desenvolvimento econômico ao longo do tempo. Esses estudiosos entendem que a natureza dinástica provoca uma forma customizada de política que é danosa ao Estado, assim como a utilização de políticas públicas que normalmente é instrumentalizada para atender interesses de aliados políticos (Hedman e Sidel, 2005; Coronel et al., 2007).

Não obstante, as reformas institucionais de vultosas organizações econômicas são constantemente travadas por integrantes de dinastias políticas que se utilizam do status quo. Esse comportamento impossibilita a chegada de novos partidos políticos e a conservação de grupos partidários que acolhem as solicitações de eleitores mais amplos. Assim sendo, o acúmulo do poder político em um pequeno grupo de famílias potencializa o risco de adoção de políticas que favoreçam a uma restrita coletividade de interesses (Querubin, 2012).

Entretanto, um estudo discorda de todas essas alegações “destrutivas” e sustenta uma concepção diferente sobre essas famílias. Exemplificando, os políticos dinásticos tendem a dispor de mais tempo para planejar, executar projetos e realizar ações em benefício da população, principalmente, porque a tendência é o gestor ser melhor conhecedor dos reais problemas da localidade, e essa maturidade governamental lhe concebe obter um melhor desempenho no desenvolvimento socioeconômico da região (Balanquit et al., 2017).

Fazendo um paralelo com outras pesquisas, um governista dinástico pode ser equiparado a um bandido estacionário que devido um maior tempo na função desenvolve melhor suas atividades através de seu conhecimento, se tornando mais produtivo, provavelmente essa eficiência se dá por meio de investimentos de longo prazo, com isso colherá mais benefícios para ele e seus eleitores (Olson, 1993).

Além disso, os investigadores observaram que atrair eleitores de forma efetiva compreende incorrer despesas em desenvolvimento local e, caso a rivalidade aumente, deve-se expandir os investimentos em benefício da população. Esses comportamentos são coerentes com a ideia de que as dinastias políticas são simplesmente formatos de estruturação política, porque os partidos políticos impessoais são muito complexos de organizar (De Dios, 2007).

Contudo, para esses estudiosos, as dinastias também podem qualificar a escolha de políticos talentosos, pois entendem que os eleitores selecionem bons candidatos (e seus sucessores) baseados no critério da performance precedente. Consequentemente, o efeito das dinastias políticas sobre o desempenho econômico é ambíguo (Ali, 2016).

Essas pesquisas podem não ter contribuído para as discussões acerca dos efeitos positivos ou negativos dessas dinastias, contudo foram um caminho para compreender algumas consequências dinásticas em uma sociedade (Balanquit et al., 2017).

Indubitavelmente, parte dos resultados indefinidos nesses estudos sobre a conexão entre dinastias políticas e desenvolvimento socioeconômico local, podem ter sido em virtude da ausência de rigor na amplitude das metodologias utilizadas.

Diante desse contexto, alguns países buscam evitar as dinastias, como nas Filipinas, onde foram apresentados estudos sobre os limites de mandato, já que essas barreiras eram

praticadas desde a antiguidade como em Atenas nos séculos IV e V aC, esses registros já se faziam presentes desde os Artigos da Confederação, que confirmaram que os integrantes do parlamento não podiam passar mais de três anos de mandatos (Querubin, 2012).

Ademais, alguns estados situados nos Estados Unidos introduziram limites de mandato para legislaturas estaduais e de governadores. Da mesma maneira, os países em desenvolvimento como a Colômbia, Filipinas e Venezuela, efetuaram reformas constitucionais que foram estabelecidas para modificar (ou remover) os limites de mandato do presidente e de outras autoridades eleitas (Querubin, 2012).

1.3- As dinastias políticas no Brasil

A princípio o surgimento da política brasileira tem sua origem na concepção de ordem e fundamentos feudais, de forma que, os clãs bacálio, rurais e parentais, resultante do processo majoritário, constituíram-se em famílias eleitorais e em seguida nos partidos políticos, ocorrendo à política do coronelismo, essa se mantendo até a democracia representativa (Oliveira Vianna, 1987).

Assim, durante a ditadura militar brasileira, algumas famílias políticas obtiveram grandes privilégios e influência no âmbito público, desse modo, vários agrupamentos familiares que pertenciam ao cerne do coronelismo desfrutaram de acúmulo de poder e obtinham influências políticas, principalmente sobre as pessoas que estavam em condições de vulnerabilidade econômica, especialmente os indivíduos que viviam nas áreas rurais (Silva, 2022; Hagopian, 1986; De Oliveira et al., 2017).

Nesse contexto, os estudos indicam evidências de que a estratégia dos militares durante a ditadura no Brasil representou uma barreira no domínio das dinastias políticas, contudo, esses obstáculos provocaram no longo prazo um maior desenvolvimento econômico nas localidades onde houve interferências políticas.

Entretanto, as elites dinásticas continuaram no poder, independentemente da supremacia militar e do processo de industrialização que foram intensamente massificados no Brasil durante a ditadura militar (Ferraz, Finan e Martinez-Bravo, 2020).

Ademais, nessa mesma conjuntura, as pesquisas sociológicas brasileiras que investigaram o comportamento dos grupos políticos durante a ditadura observaram que, mesmo com as dificuldades impostas pelo regime militar, os agrupamentos políticos familiares desenvolveram habilidades para promover mudanças no sentido de criar estratégias para permanecer no poder (Silva, 2022).

Nessa circunstância, no período ditatorial, a modernização imposta pelos militares não tornou o Brasil em uma sociedade de liberalismo econômico, ou seja, que defende a liberdade individual e a limitação do Estado, porém o sistema se transformou em um capitalismo de Estado, como consequência, promoveu a manutenção das elites na política brasileira (Hagopian, 1986).

Por esse motivo, os encadeamentos econômicos que eram exclusivos ao âmbito das sociedades privadas foram inseridos no ambiente público e político. Em decorrência disso, a economia foi politizada e a essência da política transformou-se completamente, assim, o governo converte-se na única matriz formal de poder, enquanto nas entidades capitalistas liberais o poder provém de outros caminhos que não o Estado (De Oliveira et al., 2017).

Assim, é nesse momento que a elite brasileira aflora seu protagonismo na política, visto que, a sociedade emerge em duas classes sociais distintas e dependentes, dessa forma, temos as que governam, ou seja, a classe política e as que são comandadas ou dirigidas denominadas de massa (Farias Filho, 2011).

Diante desse contexto, se faz necessário apresentar algumas obras literárias que descrevem a circunstância das dinastias políticas brasileiras. Desse modo, desenvolvemos o Quadro 3 que exhibe uma listagem de autores que descrevem sobre o governo das famílias políticas nas cidades do Brasil.

Quadro 3 – As dinastias políticas nas cidades brasileiras

Autores	Variáveis	Conclusões
Codato (2015)	Histórica	A transição dos grupos políticos regionais denominados de “oligarquias” para a supremacia dos partidos nacionais foi um processo moroso e complexo, visto que essa passagem ocorreu entre 1930 e 1945.
Brossier e Dorronsoro (2017)	Histórica	As dinastias políticas no contexto brasileiro têm ocorrência hereditária, na qual estabelecem a circulação de dinheiro e o repasse de recursos dentro das famílias, ampliando-se para os ambientes sociais e institucionais.
Nobre (2017)	Histórica	No Brasil, o espólio familiar é provedor da política, instituindo a formação do poder governamental e parlamentar em várias de suas esferas.
De Souza (2020)	Histórica	As linhagens políticas fazem parte da história eleitoral brasileira, pois a estratégia da hereditariedade no governo é bastante utilizada no âmbito nacional.
Samuels (2001)	Histórica	Pesquisas históricas e sociológicas apresentam o compromisso fundamental das famílias na construção do arcabouço social e político das cidades brasileiras.

Quadro 3 – As dinastias políticas nas cidades brasileiras (continuação)

Autores	Variáveis	Conclusões
Faoro (2008)	Histórica	A singularidade administrativa da governabilidade brasileira se deu pelos trâmites patrimonialistas que constatavam a dinâmica social, política e econômica.
Canêdo (1995)	Histórica	A entrada na carreira política de integrantes de alguns grupos familiares implica rituais que transcendem práticas afirmativas como a vocação e necessitam do conhecimento das regras pré-estabelecidas para convivência.
Holanda (1995)	Histórica	Alguns políticos são descendentes de famílias cujo poder político remete ao Brasil Império, e esses políticos conseguem se perpetuar no cargo ao longo dos anos.
Messenberg (2009)	Histórica	Possuir parentes com tradição na política apresenta-se como um instrumento facilitador na disputa a um cargo eletivo.
Codato; Lorencetti; Prata (2021)	Histórica	Os políticos brasileiros utilizam os cargos eletivos como carreiras profissionais, de forma que esses estadistas passam suas vidas trabalhando em cargos eleitorais do governo, se tornando profissionais da política partidários.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme observado no Quadro 3 as dinastias políticas no Brasil têm um marco no coronelismo, para em seguida o poder político e econômico ser estabelecido pela elite da sociedade, e mesmo no período ditatorial, os integrantes das famílias da alta sociedade continuaram a ter protagonismo na política.

Nesse contexto as classes se diferenciam, pois, um grupo qualificado como minoria ou elite está estruturado e possui o poder de decisão, enquanto o outro agrupamento de indivíduos é constituído pelos que sofrem as ações desse poder que é a maioria da população, ou seja, a massa social (Pareto, 1968; Mosca, 1939).

Desse modo, é importante estabelecer que quando a expressão “elite” está associada à palavra “política” sua compreensão passa a fazer referência a uma concepção de poder designando aqueles que possuem, entre outros atributos, os que lhes concebem a capacidade de dirigir a vida política das pessoas na localidade que pertencem (De Vasconcelos Raposo, 2019).

Nessa conjuntura, segundo o Quadro 3, é possível observar que algumas famílias desempenham a função de coordenar a organização política e social do país, as quais atuam moderando os conflitos e contradições existentes entre os diversos grupos sociais, políticos e econômicos que sustentam à sociedade brasileira (Silva, 2022).

Em vista disso, o Brasil possui como algumas de suas características a presença de várias famílias com tradições em disputas eleitorais, de maneira que, as dinastias políticas fazem parte da história eleitoral brasileira, portanto, pertencer a uma família que tenha tradição na política

configura-se uma vantagem expressiva na competição do pleito eleitoral, pois entram na disputa com vários incentivos e benefícios (De Souza, 2020).

Nesse quesito, é importante considerar que os componentes patrimoniais e econômicos são elementos de propriedade material, mas que na política brasileira permitem a conversão em capital político, que em conjunto com o capital familiar favorecem os agentes políticos nos seus pleitos eleitorais (Nobre, 2017).

Deste modo, o pensamento patrimonialista brasileiro sob a perspectiva contemporânea, pode ser definido como a entrada na carreira política de integrantes de alguns grupos familiares, que provém tanto do processo de desenvolvimento da socialização quanto da sua capacidade de reprodução, o qual implica em rituais que transcendem de práticas afirmativas como a vocação e necessita do conhecimento das regras pré-estabelecidas para convivência (De Souza, 2020; Canêdo, 1995).

Consequentemente, os herdeiros das dinastias políticas no Brasil são educados politicamente para poderem receber políticos em jantares, participar dos comícios e cerimônias realizadas pelos pais acompanhando seus familiares nos compromissos políticos.

Dessa forma, muitos políticos brasileiros confidenciaram terem sido preparados a vida toda para entrarem na carreira política, grande parte desses herdeiros dinásticos inicia suas atividades eleitorais em funções municipais (De Souza, 2020).

Portanto, na proporção que as famílias permanecem a ingressar na política brasileira nos âmbitos local e nacional, a conjuntura da dinâmica social e política do país se modifica consideravelmente. Nesse pensamento, ao procurar compreender sobre as dinastias políticas direcionadas ao contexto brasileiro é indispensável avaliar o que são e principalmente quais as perspectivas futuras das famílias políticas (Silva, 2022).

Ademais, as eleições brasileiras possuem algumas especificidades em relação às disputas políticas, visto que, existe uma grande rivalidade entre as famílias para permanecer no poder, dessa maneira, a competição por grupos familiares distintos em busca do domínio político está associada a várias condicionantes econômicas e sociais, assim, os vencedores irão se beneficiar de vantagens favorecidas pelo governo (Canêdo, 1995).

É importante ressaltar que o Brasil constitui um caso de relevância empírica para investigar as dinastias políticas por diversas razões. Entre elas, pode-se citar ser um país qualificado como subdesenvolvido e por apresentar problemas diversificados, visto que possui um território continental com uma realidade bastante diferenciada entre os estados federados.

Consequentemente, uma grande parte das cidades brasileiras possuem dificuldades de natureza governamental, como a falta de água, ausência de saneamento, precário atendimento

na saúde e educação, estes por sua vez comprometem a qualidade de vida da população, esses lugares também sofrem com adversidades de essência socioeconômica (Barros et al., 2000).

Seguindo esse pensamento, as dinastias políticas podem monopolizar o sistema e ocasionar a redução das ideias plurais no processo decisório da política brasileira, distorcendo a representação política da sociedade, provocando delongas e paralisação das atividades em desfavor da sociedade que comprometem o desenvolvimento (De Souza, 2020).

Isto posto, é possível reconhecer na política dos municípios brasileiros a existência de uma forte relação entre o governo municipal e o poder econômico local, essa integração entre instituições acontece tanto no município quanto nas proximidades e regiões vizinhas, porém, pode ser compreendida também como algo mais limitado, a exemplo das ruas e bairros, possuindo uma natureza mais sociológica (Ribeiro, 2012).

Portanto, ressaltamos que o Brasil em 2016 possui 5.570 municípios, dos quais 4.890 dispõem de menos de 50 mil habitantes, o que representa 88% das cidades brasileiras, ou seja, apenas 12% das localidades possuem uma população acima de 50 mil pessoas (IBGE, 2021). Isso quer dizer que, conforme a classificação do órgão censitário, aproximadamente 90% das cidades brasileiras são consideradas pequenas.

Muitos dos pequenos municípios brasileiros possuem uma dependência do poder público governamental e, geralmente dispõem de uma economia subordinada à estrutura pública, que se sustenta condicionada aos repasses financeiros do Estado e da União, nessas cidades que são mais dependentes do ente governamental ocorrem disputas políticas acirradas para o comando do governo municipal (Paloni, 2008).

Alguns estudiosos sustentam a opinião de que as dinastias políticas nas famílias brasileiras são um indicador de “atraso” no progresso, reduzindo a prosperidade e o processo de maturidade da democracia do país, portanto, implicam na redução do desenvolvimento (Miguel; Marques; Machado, 2015).

Por conseguinte, diante desse cenário o político busca frequentemente a sua carreira de governo, e para isso, procura ter credibilidade e confiança de seus eleitores fazendo alianças com seus pares, para perpetuar o seu poder, conseqüentemente por meio das dinastias políticas que possivelmente prevalece nas pequenas cidades brasileiras (Ribeiro, 2012).

Entretanto, vale destacar que a justiça eleitoral brasileira instrumentalizou algumas regras para evitar a perpetuação dos políticos nos cargos executivos, assim, os impedimentos legais estão disponíveis na “Lei de Inelegibilidades” (Brasil, 1990), essa norma dispõe em seus dispositivos jurídicos em que circunstâncias os candidatos podem perder a elegibilidade.

Portanto, no sentido de evitar que alguns políticos se favoreçam da máquina pública para perpetuar o seu poder político, a Constituição Federal (CF) em seu artigo 14, parágrafo 7º estabelece que parentes (consanguíneos e conjugais) de políticos que exerçam cargos no executivo, não podem concorrer a função na mesma jurisdição, bem como, os prefeitos itinerantes, os quais utilizam a alternância de domicílio eleitoral para permanecer no poder, porém, estão ressalvados os casos de reeleição (Silva, 2022).

Assim, contextualizando, o parágrafo 7º do art. 14 da CF que apresenta quem são inelegíveis na localidade de instância do titular, o cônjuge e os parentes de sangue ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem tenha substituído no período de seis meses que antecedem a eleição, porém, a exceção se dará na possibilidade do titular de mandato eletivo ser candidato à reeleição (Brasil, 1990).

CAPÍTULO 2

O presente capítulo está organizado do seguinte modo: Inicialmente é apresentada uma breve introdução sobre a seção, posteriormente, no segundo campo foi desenvolvido o procedimento metodológico para selecionar a amostra representativa dos municípios brasileiros. Na terceira parte são demonstradas as características dos políticos eleitos nas cidades brasileiras selecionadas. No que tange a quarta divisão é destinada ao processo de mensuração dos atributos que permitem o reconhecimento das dinastias políticas nos municípios da amostra. Na quinta e última seção divulgamos uma correlação de algumas variáveis desta investigação.

Capítulo 2 – Contextualização das dinastias políticas nos municípios brasileiros

Essa divisão apresenta uma amostra aleatória constituída por 360 elementos provenientes dos 5.570 municípios da República Federativa do Brasil no ano de 2016, com o propósito de detectar as linhagens políticas nas prefeituras que compõem o território nacional.

Portanto, esse capítulo apresenta um recorte no universo das cidades brasileiras, no sentido de poder identificar a magnitude das dinastias políticas no Brasil. Primordialmente, a amostragem dos municípios tem por objetivo revelar, por meio de uma porção representativa, as prefeituras governadas pelos clãs familiares atuantes na política.

Dessa forma, partimos do pressuposto que a identificação das dinastias políticas no Brasil pode contribuir para o reconhecimento das especificidades da natureza política de várias cidades, nesse sentido a descoberta da presença desse fenômeno pode promover benefícios informacionais para a organização política da sociedade.

Além disso, do ponto de vista teórico esse estudo pode proporcionar contribuições para futuras pesquisas em diversas áreas do conhecimento, principalmente para a ciência política e os campos conexos, com a intenção de fornecer subsídios conceituais e empíricos sobre o objeto de pesquisa que são as dinastias políticas.

Desse modo, em relação ao enfoque prático, essa pesquisa irá fomentar informações estratégicas aos agentes da política local, nessa conjectura as autoridades governamentais poderão se utilizar dos recursos informacionais disponíveis nessa investigação, que podem ser utilizadas para incrementar as ações sociais, baseadas nas especificações das políticas estabelecidas para cada município.

2.1- Procedimentos Metodológicos

Essa segmentação compreende a estratégia empírica utilizada na pesquisa, cujo propósito é auxiliar na identificação da existência das dinastias políticas nos municípios brasileiros. Para isso, utilizamos uma planilha no Excel com os 5.570 elementos que compreendem todas as cidades brasileiras no ano de 2016. Em seguida, realizamos uma amostra aleatória, através do cálculo amostral com o uso da calculadora Qualtrics, que com um nível de confiança de 95% e um erro de 5% obteve uma amostragem de 360 observações.

Dessa forma, para selecionar hipoteticamente os 360 componentes que serão analisados criteriosamente para reconhecer a presença do fenômeno político familiar, foi realizado por meio do software Excel um procedimento representativo para eleger de forma aleatória, quais as cidades serão selecionadas para amostragem da pesquisa.

Portanto, utilizamos a função “aleatórioentre” do Excel para randomizar os elementos, ou seja, introduzir uma seleção aleatória no sentido de eleger quais os itens irão constituir a amostra desse estudo, assim, fizemos uso dessa ferramenta, com a fórmula “procv” que auxiliou na localização dos componentes, para ser possível selecionar as 360 observações da amostragem.

Em seguida, utilizamos alguns procedimentos como o filtro do Excel para separar os municípios por Estados e a função “cont.valores” para quantificar as cidades por unidades da federação. Além disso, organizamos as urbanizações selecionadas com as suas respectivas populações.

Assim, elaboramos a Tabela 1 para exibir o quantitativo da amostra representativa dos municípios que compõem o território brasileiro. Dessa forma, as cidades selecionadas foram resultantes do processo amostral para fins dessa investigação.

Por conseguinte, conforme a Tabela 1 é possível observar através do método amostral que os Estados que possuem mais cidades na constituição de seu território são os mais representativos no processo de amostra, ou seja, quanto maior o quantitativo de municípios que a unidade federativa possui, mais cidades são selecionadas para a amostragem dessa pesquisa.

Logo, a Tabela 1 apresenta uma estratificação comparativa no formato numérico e percentual entre a quantidade de municípios por Estados e os resultados estipulados pela amostra aleatória. Portanto, é possível perceber que os valores percentuais da decomposição das cidades brasileiras são correspondentes à média geral do conjunto de elementos.

Contudo, em concordância com os resultados metodológicos acerca do processo de seleção aleatória das cidades que constituem os 26 estados mais o distrito federal, podemos inferir que alguns municípios alocados nas maiores unidades federativas do país, tais como, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul equivalem a 114 elementos das 360 observações, isto é, aproximadamente 32% da amostra encontram-se nesses três estados do Brasil.

Tabela 1: Distribuição das cidades selecionadas para a amostra

Estados	Quantidade de municípios	Percentual %	Municípios selecionados	Percentual %
Acre	22	0,39	3	0,83
Alagoas	102	1,83	7	1,94
Amazonas	62	1,11	2	0,56
Amapá	16	0,29	1	0,28
Bahia	417	7,49	25	6,94
Ceará	184	3,30	7	1,94
Distrito Federal	1	0,00	0	0,00
Espírito Santo	78	1,40	7	1,94
Goiás	246	4,42	13	3,61
Maranhão	217	3,90	18	5,00
Minas Gerais	853	15,31	48	13,33
Mato Grosso do Sul	79	1,42	11	3,06
Mato Grosso	141	2,53	13	3,61
Pará	144	2,58	14	3,89
Paraíba	223	4,00	18	5,00
Pernambuco	185	3,32	11	3,06
Piauí	224	4,03	15	4,17
Paraná	399	7,17	28	7,78
Rio de Janeiro	92	1,65	4	1,11
Rio Grande do Norte	167	3,00	11	3,06
Rondônia	52	0,93	7	1,94
Roraima	15	0,27	0	0,00
Rio Grande do Sul	497	8,93	27	7,50
Santa Catarina	295	5,30	19	5,28
Sergipe	75	1,35	3	0,83
Tocantins	139	2,50	9	2,50
São Paulo	645	11,58	39	10,84
	5570	100	360	100

Fonte: Adaptado de IBGE (2022).

A partir da tabela acima destaca-se que em uma distribuição por regiões no país é possível identificar uma maior concentração quantitativa de elementos observáveis na região Nordeste, que contempla a maioria dos municípios brasileiros, portanto, essa é a região mais representativa em alguns aspectos da pesquisa.

Além disso, podemos observar na tabela 2 que as regiões Norte e Centro-oeste são as que possuem as menores representatividades, haja vista possuírem menos municípios em relação aos demais territórios, por essa razão são pouco representativos para o propósito dessa pesquisa.

Tabela 2: Regiões brasileiras selecionadas para a amostra

Região	Unidades Federativas	Municípios	Percentual	Amostra	Percentual
Nordeste	9	1.794	32,21	115	31,94
Sudeste	4	1.668	29,95	98	27,22
Sul	3	1.191	21,38	74	20,56
Centro-oeste	4	467	8,38	37	10,28
Norte	7	450	8,08	36	10,00
	27	5.570	100	360	100

Fonte: Adaptado de IBGE (2022).

Do mesmo modo, na Tabela 2, efetuamos a estratificação dos valores absolutos e percentuais relativos aos municípios por regiões e unidades federativas. Dessa forma, obtivemos resultados proporcionais e concordantes, quando comparamos as porcentagens da amostra com o universo dos elementos.

Assim, ainda segundo a Tabela 2, é possível inferir que a região Sul apresenta um percentual amostral intermediário, com uma taxa de 20% da amostra, outra informação relevante que diz respeito a esse território é que o mesmo possui apenas três unidades da federação, sendo a região que possui menos estados do país, porém, é a terceira em números quantitativos de municípios.

Outrossim, destacamos a importância do instrumento metodológico da seleção aleatória a qual contemplou de forma equitativa todas as regiões brasileiras, portanto, utilizamos as cidades selecionadas pela amostra para que estas possam representar a mensuração da prevalência das dinastias políticas em todo o território nacional.

Por conseguinte, destacamos como se desenvolveu a elaboração do banco de dados pertinente às dinastias políticas nos municípios. Para isso, nossa principal fonte de informações foram os resultados eleitorais de 2016 para o executivo municipal, que se referem às cidades brasileiras selecionadas.

Inicialmente, buscamos as informações disponíveis nas plataformas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acompanhado do Portal Dados Abertos do TSE, para assim realizar a coleta de dados de todos os prefeitos eleitos no pleito de 2016, nas cidades previamente selecionadas para essa pesquisa.

Por essa razão, a construção de parte do banco de dados está alicerçada em etapas e critérios previamente estabelecidos para fins desse estudo, conforme exposição apresentada em dez momentos descritos na Tabela 3.

É importante destacar os instrumentos de controle utilizados nessa pesquisa, os quais foram úteis para a elaboração do banco de dados, nessa sequência: a) Os homônimos serão analisados separadamente com um maior rigor e apuração mais detalhada, por meio de uma

dupla checagem e confrontação com mais de uma fonte de dados, em virtude de fornecer segurança e confiabilidade às informações; b) A identificação das dinastias políticas se dará tão somente para o gestor municipal e sua linhagem familiar na política, ou seja, ascendentes, descendentes, colaterais e cônjuges; c) Quanto ao recorte temporal, será investigado somente o pleito do executivo municipal de 2016.

Ressaltamos e justificamos que o fragmento referente ao ano de 2016 remete-se a última eleição municipal brasileira que foi plenamente integralizada, de forma que, utilizamos somente esse pleito eleitoral para ser possível analisar com maior eficácia a mensuração das dinastias políticas.

No entanto, para interpretar uma possível conexão entre os elementos, foram relacionadas variáveis de interesse, as quais estão relacionadas respectivamente com as dinastias políticas e os municípios brasileiros, neste caso, temos como observações associadas às famílias políticas: Gênero, Naturalidade, Idade, Raça, Escolaridade, Ocupação, Parentesco e Partido, do mesmo modo, os elementos integrados as cidades: População, Produto Interno Bruto - PIB e Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, os quais se presumem apresentarem conexões com as dinastias políticas, conforme podemos observar nas especificações descritas na Tabela 4.

Tabela 3: Etapas para construção do banco de dados dos municípios selecionados

1º	Será realizada na plataforma do Tribunal Superior Eleitoral a coleta de todos os prefeitos eleitos que foram selecionados pela amostra.
2º	Para reconhecer a presença das dinastias políticas nos municípios, será analisada uma única eleição (2016), cujo propósito é tornar possível a identificação familiar, através dos sobrenomes dos eleitos, que para fins desse trabalho, somente será considerada a presença da dinastia se o prefeito tem ou teve outros familiares eleitos para o executivo ou legislativo.
3º	Considera-se família para fins dessa investigação, os ascendentes, descendentes, colaterais e cônjuges.
4º	A pesquisa dos membros de uma mesma família se dará através da função do Excel “Formatação Condicional” que identifica e destaca o mesmo texto em toda a planilha, ou seja, o procedimento enfatiza graficamente o sobrenome do prefeito com os demais políticos participantes de eleições relacionadas ao Estado.
5º	Outra forma de identificação das dinastias políticas se dará por meio da investigação nos portais dos municípios na galeria de prefeitos e nas câmaras municipais através do histórico das legislaturas.
6º	Os portais das assembleias estaduais, câmara dos deputados e senado federal serão também consultados no sentido de possibilitar o reconhecimento de membros das dinastias.
7º	A busca para identificar a primeira dama ou o primeiro cavalheiro do município será realizada através do google no sentido de reconhecer o cônjuge para ser possível associá-lo a algum cargo eletivo.
8º	A planilha encontra-se disponível no Portal Dados Abertos do TSE, onde cada Estado possui um arquivo de dados com todos os candidatos a prefeitos e vereadores para o pleito de 2016.
9º	A validação das informações sobre o parentesco será realizada através das certidões eleitorais disponíveis no website do TSE.

Tabela 3: Etapas para construção do banco de dados dos municípios selecionados (continuação)

10°	Para fins de reconhecimento familiar, também serão considerados os nomes atribuídos pelos próprios candidatos no registro eleitoral, bem como, o nome por extenso dos mesmos.
-----	---

Fonte: Elaboração própria (2022)

Portanto, é por meio das possíveis correspondências entre as variáveis de interesses que podemos reconhecer algumas das características dos políticos brasileiros que podem fazer menção à identificação das dinastias políticas. De forma que, utilizamos esses procedimentos para estabelecer prováveis relações entre os clãs políticos e o governo das cidades investigadas por essa amostra.

Por conseguinte, a Tabela 4 exibe um resumo das principais variáveis que irão compor o banco de dados utilizado nesse estudo, dessa forma, apresentamos os elementos que demonstram possuir alguma correlação.

Logo, os elementos disponíveis na Tabela 4 constituem a continuação do banco de dados inicial que foram as 360 cidades selecionadas pela amostra. Desse modo, fizemos uso dessas variáveis para complementar a formação do banco de dados com o propósito de identificar, mensurar e caracterizar as dinastias políticas no Brasil.

Tabela 4 – Síntese das variáveis

Elementos	Termos	Especificações
Dinastias políticas	Gênero	O indivíduo pertence às divisões de gêneros: masculino ou feminino.
	Naturalidade	Origem do nascimento.
	Idade	Idade do político na eleição de 2016.
	Estado Civil	Situação do cidadão em relação ao matrimônio.
	Raça	Cor ou raça declarada.
	Escolaridade	Nível de instrução escolar.
	Ocupação	Profissão principal do político.
	Parentesco	Relação familiar entre os integrantes da mesma linhagem.
	Partido	Filiação partidária.
Municípios brasileiros	Patrimônio	Valor dos bens declarados.
	População	Quantidade de pessoas residentes no município.
	PIB	Produto interno bruto do município.
	IDH	Índice de desenvolvimento humano da cidade.

Fonte: Elaboração própria (2022)

Inicialmente utilizamos os dados dos sufrágios municipais de 2016 sobre os prefeitos eleitos nas cidades selecionadas, coletados no Portal Dados Abertos do TSE (2022), dessa maneira, foi possível integrar em uma planilha do Excel todas as variáveis necessárias para a formação do banco de dados dessa pesquisa.

Conseqüentemente, a planilha foi elaborada com os dados secundários das informações dos prefeitos eleitos no pleito de 2016, que foram provenientes do TSE (2022a) e do Portal Dados Abertos do TSE (2022) na composição das variáveis qualificadas, para que, possam caracterizar e fornecer indícios da possível ocorrência das dinastias políticas nos municípios brasileiros.

Da mesma forma, para construir os indicadores que irão fomentar essa pesquisa, relacionamos as variáveis associadas às cidades com as observações que caracterizam os municípios brasileiros. Esses elementos estão disponíveis em plataformas que apresentam população, PIB e IDH. Portanto, essa ação teve como finalidade integrar os componentes indispensáveis à formação do banco de dados (IBGE, 2022; Meu Município, 2022).

Então, logo após a coleta, os dados foram organizados em formato de painel, de forma que todos os elementos foram estruturados e sumariamente sistematizados, para fins de tratamento, cujo propósito foi preparar as observações para os procedimentos estatísticos através do programa Excel.

Desse modo, para realizar o processo estatístico, utilizamos o software Excel para processar os dados e obter as respostas sobre as correlações das variáveis estudadas, as quais estão armazenadas no repositório OSF¹, para fins de extração e guarda das informações.

Portanto, todas as cidades selecionadas foram classificadas e ordenadas com base nas informações dos prefeitos eleitos para o executivo municipal do sufrágio de 2016, com a implementação das variáveis, em seguida cada cidade foi caracterizada para posteriormente ser identificada pela existência das dinastias políticas.

Assim, o reconhecimento da presença e mensuração do fenômeno político familiar nas cidades brasileiras ocorreu por meio da consulta pelo mesmo sobrenome dos prefeitos e de seus genitores, bem como, através do nome utilizado no registro eleitoral por esses políticos, para ser possível identificar os integrantes da mesma família.

Dessa forma, o procedimento para a identificação familiar foi realizado através da função “Formatação Condicional” do Excel, que comparou todos os textos com o mesmo formato, ou seja, a função permite que o usuário crie regras para identificar automaticamente os dados com a mesma referência.

Sendo assim, os parâmetros estabelecidos para essa pesquisa se utilizou da função “Formatação Condicional”, que realizou o processamento dos sobrenomes dos prefeitos, os

¹ Repositório OSF (Open Science Framework) disponível em: <<https://osf.io/8d4qc/>>

quais corresponderam aos registros de outros políticos destacados na planilha, como forma de obter informações sobre as possíveis formas de parentescos.

Por conseguinte, todos os municípios selecionados foram caracterizados conforme as variáveis de interesse, cujo propósito foi retratar os atributos das cidades para ser possível relacionar estes elementos com a existência do fenômeno político das dinastias, dessa forma, essas análises contribuíram para identificar os clãs familiares destas localidades.

Na sequência, as cidades que foram pré-selecionadas pela existência das dinastias políticas passaram por uma validação das informações sobre o reconhecimento da ocorrência política familiar, de forma que, foram realizados confrontos de informações por meio da verificação das certidões eleitorais dos candidatos que estão disponíveis no website do Tribunal Superior Eleitoral.

Desse modo, utilizamos também nessa investigação os dados biográficos dos prefeitos obtidos por meio das plataformas governamentais, como os websites das prefeituras e câmaras legislativas, no sentido de reconhecer os parentescos com outros políticos, de forma que, esses elementos em muitos dos casos, não dispunham dos mesmos sobrenomes, porém, foram passíveis de identificação através das certidões eleitorais e documentos comprobatórios.

Além disso, empregamos a correlação de Pearson no sentido de relacionar as variáveis, pois, essa função é definida como uma mensuração de associações bivariadas (força) para o grau de ligação entre duas variáveis, portanto, mede o direcionamento e o nível da conexão linear entre dois elementos quantitativos (Figueiredo Filho e Silva Júnior, 2009).

Diante desse contexto, realizamos uma comparação entre os resultados obtidos nos municípios brasileiros, cujo propósito foi confrontar algumas características das cidades que possuem uma inclinação para as dinastias políticas, com as demais localidades que não apresentam tendências para com o fenômeno político familiar durante o recorte temporal, dessa forma, foi possível identificar as correlações que mais importam para essa pesquisa.

Posteriormente a realização de todo o processo estatístico, para integrar os elementos aos indicadores que são mais importantes no processo de descoberta da existência das dinastias políticas, foi possível estabelecer quais são os parâmetros substanciais para compreender o comportamento dessa ocorrência política familiar nas cidades brasileiras.

Portanto, a utilização desses dispositivos instrumentais foi capaz de auxiliar na identificação e dimensão das dinastias políticas em diferentes localizações do território brasileiro, desse modo, essa técnica empregou vários recursos e procedimentos metodológicos para fomentar a realização do reconhecimento das dinastias políticas nas cidades brasileiras.

Essa pesquisa se utilizou de observações sobre as conjunturas geopolíticas, sociais e econômicas que podem identificar as dinastias políticas nos municípios em diferentes circunstâncias, com o desígnio de constatar e medir a ocorrência dos clãs familiares na política brasileira.

Logo, essa investigação trará subsídios importantes para a sociedade, pois o reconhecimento, a mensuração e caracterização das dinastias políticas nas cidades do Brasil proporcionam uma melhor compreensão dos atributos políticos, econômicos e sociais da população, além do entendimento de fatores que determinam o contexto desse fenômeno nas cidades.

Na próxima seção apresentamos os resultados e discussões da amostra representativa dos municípios, de forma que iremos decompor cuidadosamente os dados coletados para podermos subsidiar a identificação das dinastias políticas nas cidades brasileiras selecionadas pela amostra, por isso, é importante explicar que essas análises ocorrerão por meio de instrumentos estatísticos capazes de obter respostas eficazes que ajudam a responder à questão de pesquisa, motivo pelo qual simboliza todos os esforços dessa investigação.

2.2- Características dos políticos eleitos e das cidades brasileiras

É por meio da estratificação dos elementos que compõem a nossa base amostral que podemos observar as características fundamentais de cada item selecionado pela amostra, dessa forma, foi possível extrair as informações mais relevantes sobre o comportamento político acerca da seleção realizada nas cidades brasileiras. Assim, descobrimos algumas nuances desses municípios, conforme podemos perceber na apresentação da Tabela 5.

Portanto, segundo a Tabela 5, percebemos que o mapa de porte das 360 cidades brasileiras que foram selecionadas por meio de uma amostra aleatória para fins dessa pesquisa, contempla uma distribuição de cinco categorias para qualificar as cidades através do quantitativo habitacional de cada localidade.

Tabela 5 – Classificação do porte das cidades brasileiras selecionadas pela amostra

Municípios	População	Elementos selecionados
Municípios de Pequeno Porte I	até 20.000 habitantes	240
Municípios de Pequeno Porte II	de 20.001 até 50.000 habitantes	76
Municípios de Médio Porte	de 50.001 até 100.000 habitantes	24
Municípios de Grande Porte	de 100.001 até 900.000 habitantes	19
Metrópole	900.001 ou mais habitantes	01

Fonte: Adaptado de IBGE (2022).

Dessa forma, utilizando-se do critério de categorização instituídos para as cidades brasileiras que fazem parte da metodologia estabelecida pelo IBGE, no sentido de determinar a dimensão de cada município, de maneira que, configuram-se em cinco classes os aspectos das cidades que descrevem as localidades pela quantidade de habitantes.

Assim, os municípios de pequeno porte I são os que possuem até 20.000 pessoas, os de pequeno porte II são as cidades que tem entre 20.001 até 50.000 indivíduos, para os de médio porte calculam-se os que têm 50.001 até 100.000, os de grande porte entre 100.001 até 900.000 habitantes, e por fim acima de 900.001 são denominadas metrópoles.

Entretanto, são perceptíveis pelas divisões dos municípios designados, através dos seus aspectos populacionais, que as cidades de pequeno porte I são as mais representativas conforme a amostra, ou seja, 66,66% dessas localidades são qualificadas por essa representação. Já as urbanizações denominadas de pequeno porte II retratam 21,11%, isto significa que 87,77% das cidades selecionadas são constituídas por essas duas categorias.

Desse modo, quando analisamos a quantidade de municípios em todo o Brasil no ano de 2016 que possuem até 20.000 habitantes, obtemos o quantitativo de 3.776 elementos. Esse resultado foi alcançado através da função “cont.se” do Excel e o critério estabelecido foram as cidades menores que 20 mil pessoas.

Isso significa que os municípios caracterizados como de pequeno porte I representam um percentual de aproximadamente 67,79% das observações no universo total da pesquisa, ou seja, esse número equivale à amostra significativa proposta pelo critério adotado por essa investigação.

Por conseguinte, as informações dispostas nessa amostra corroboram com os dados gerais dos municípios brasileiros divulgados pelo IBGE (2022), onde o órgão censitário aponta que 88% das cidades brasileiras possuem menos de 50.000 habitantes.

A seguir, apresentamos a Figura 1, onde estão situados os 360 municípios brasileiros selecionados pela pesquisa, os quais foram identificados por meio de sua localização no mapa do Brasil. Assim, mediante essa representação gráfica, foi possível reconhecer com maior precisão o retrato amostral de cada região do país, portanto, essa ilustração contribui para uma melhor interpretação dos elementos.

Figura 1 – Mapa das cidades brasileiras selecionadas pela amostra



Fonte: Adaptado de Google Maps (2022).

Nesse contexto é possível perceber na Figura 1 que a amostra da pesquisa contempla a representação dos municípios brasileiros em todos os estados da federação, compreendendo uma abrangência em todo o território nacional.

Da mesma forma, observamos que os estados que possuem menos cidades são pouco representativos para a amostra, porém, as unidades federativas que têm mais urbanizações contemplam mais elementos amostrais. Assim, conforme o mapa, as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam poucos municípios selecionados em concordância com a representação gráfica.

Em vista disso, na análise do conjunto dessa pesquisa é possível compreender que as 360 cidades selecionadas representam 6,48% dos municípios brasileiros em um universo de 5.570 elementos que são correspondentes à totalidade do país, contudo, as 5.210 observações pertinentes aos demais municípios que não foram analisadas correspondem a 93,52% do todo.

Posteriormente, são apresentados os dados dos eleitos em 2016 para o executivo municipal das cidades selecionadas por essa investigação. Assim, as informações estratégicas sobre os prefeitos e seus respectivos municípios são demonstradas através da exposição gráfica de cada território selecionado.

Conseqüentemente, diante da elaboração do banco de dados para caracterizar o pleito do executivo municipal brasileiro de 2016, efetuamos um levantamento estatístico acerca das amostras das idades dos políticos eleitos para o cargo de prefeito, para isso, utilizamos as

funções da estatística descritiva do Excel, de forma que, foi possível analisar a frequência dessa variável em relação aos dados apresentados.

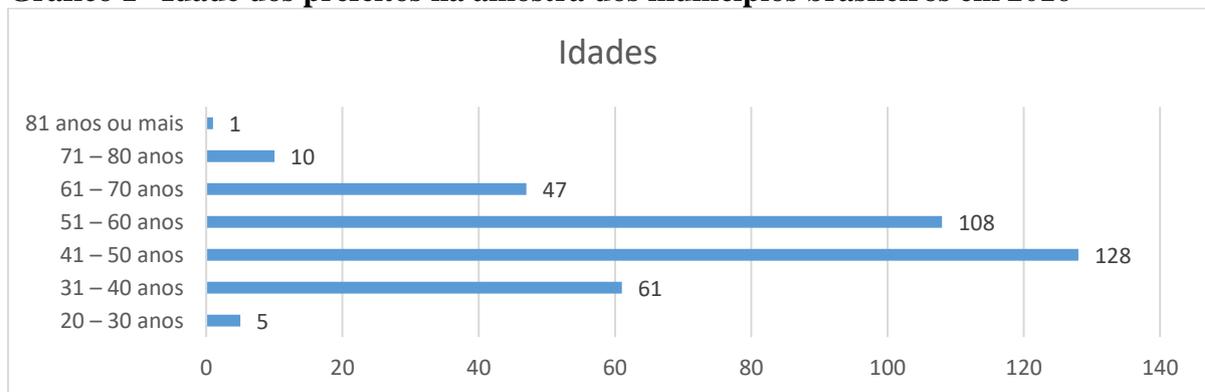
Assim, segundo o Gráfico 1 podemos identificar várias informações relevantes a respeito do perfil dos gestores municipais brasileiros eleitos para o sufrágio de 2016, entre os dados analisados constatamos que o prefeito mais novo tinha a idade de 26 anos, já o mais velho a ser eleito possuía 83 anos de vida.

Logo, a média de idade entre os prefeitos foi de 49,7 anos, sendo a moda a que se refere à idade que possui maior frequência entre os gestores públicos é de 42 anos, ao passo que a mediana também foi calculada em 50 anos.

De igual maneira, essa série de elementos está distribuída de forma multimodal, ou seja, a relação das idades dos prefeitos possui muitas modas, que são os componentes que se repetem durante uma sequência numérica.

Portanto, no Gráfico 1, apresentamos a idade dos prefeitos eleitos na devida proporção representativa relacionada ao universo amostral. Desse modo, podemos identificar uma série de elementos contínuos entre os intervalos de 26 e 83 anos, os quais correspondem à idade dos prefeitos eleitos selecionados por essa amostra.

Gráfico 1– Idade dos prefeitos na amostra dos municípios brasileiros em 2016



Fonte: Elaboração própria (2022)

Todavia, enfatizamos que os componentes designados pela amostra demonstram estatisticamente o universo dos elementos em estudo. Dessa forma, a pesquisa retrata um protótipo das principais características e representatividades dos demais municípios que não foram investigados por essa pesquisa.

Então, da mesma forma que construímos o Gráfico 1, elaboramos uma categorização ilustrada em uma tabela com as idades dos prefeitos, para uma melhor compreensão da proporcionalidade da faixa etária dos gestores municipais. Assim, utilizamos a Tabela 6 para

podemos atribuir mais um instrumento de análise como forma de demonstrar as características dessa variável no sentido de identificar as dinastias políticas.

Conforme a Tabela 6 apresenta posteriormente, a categoria que possui mais elementos representativos é a classe que está entre 41 a 50 anos, portanto, é exatamente como identificamos anteriormente através do Gráfico 1, essa é a etapa mais significativa da divisão, que corresponde a 36% da amostra. Dessa maneira, os elementos que representam a categoria de 51 a 60 anos são também bastante significativos, com 30% de contribuição no quantitativo amostral, ou seja, nessas duas categorias, de 41 a 60 anos, a representatividade em relação à amostra é de 66%.

Tabela 6 – Categoria de idade dos prefeitos brasileiros em 2016

Prefeitos	Categorias	Quantitativo
Idade	20 – 30 anos	05
	31 – 40 anos	61
	41 – 50 anos	128
	51 – 60 anos	108
	61 – 70 anos	47
	71 – 80 anos	10
	81 anos ou mais	01

Fonte: Elaboração própria (2022)

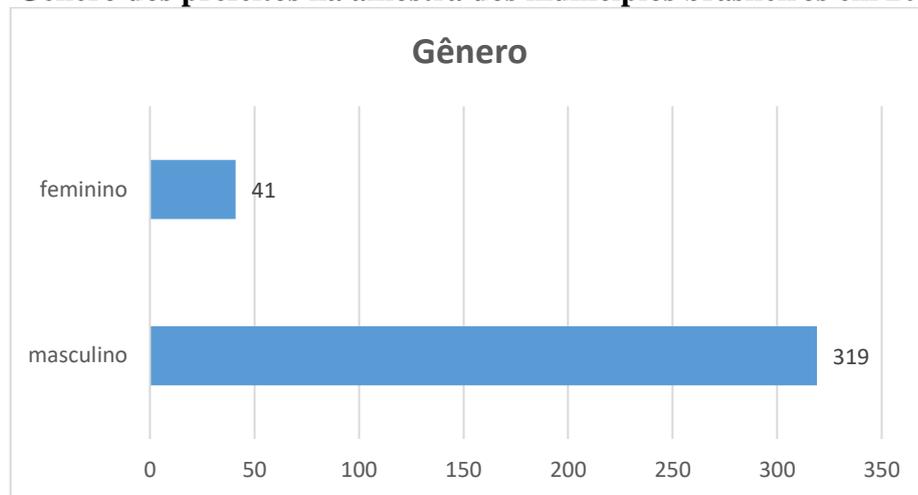
Conseqüentemente, ainda conforme a Tabela 6, podemos extrair que as categorias de 20 a 30 anos, e de 71 a 80 anos ou mais, possuem pouca representação na amostra, o que significa dizer que nessas ordens de agrupamento etário é muito mais difícil o político vencer o pleito, por dois principais motivos respectivamente, no primeiro caso o candidato é muito novo para o cargo, já na segunda situação o postulante é velho demais para a função.

Porém, é relevante ressaltar que essas mesmas faixas etárias de 20 a 30 anos e de 71 a 80 anos ou mais, possivelmente possuem uma propensão para com as dinastias políticas pelas seguintes razões, os mais jovens tendem a possuir alguém que o introduza na política que geralmente é um familiar, da mesma forma, os mais velhos aspiram promover um substituto, os quais destinam todo o seu capital político para eleger um ente da família que possa dar seguimento ao seu legado no governo.

Entretanto, quando analisamos os eleitos quanto aos dois tipos de gêneros (masculino e feminino), conforme a amostra, constatamos várias informações relevantes segundo o Gráfico 2, que apresenta a proporção entre homens e mulheres escolhidos para o pleito de 2016 nas eleições municipais brasileiras.

Dessa forma, observamos no gráfico 2 que os homens eleitos prefeitos representam 319 elementos ou 88,61% e as mulheres eleitas correspondem a 41 observações ou 11,39% do universo analisado. Portanto, das 360 cidades selecionadas pela amostra, pouco mais de 10% dos eleitores desses municípios escolheram as mulheres para comandar o executivo municipal nesse pleito, isso nos remete a vários questionamentos, entre eles podemos destacar o fato das mulheres serem a maioria dos eleitores no Brasil, conforme dados divulgados pelo TSE (2022a).

Gráfico 2– Gênero dos prefeitos na amostra dos municípios brasileiros em 2016



Fonte: Elaboração própria (2022)

Portanto, segundo o TSE (2022a) que apresenta as informações acerca das divisões dos candidatos nesse pleito municipal de 2016, cuja totalidade de postulantes nessa eleição, se desenvolveu da seguinte forma: 155.587 (31,60%) são mulheres, e 336.819 (68,40%) são homens, isso considerando os cargos de prefeitos e vereadores, porém, na disputa majoritária para prefeito, apenas 12,57% dos candidatos são do sexo feminino.

Outra informação do Tribunal Eleitoral em 2016 foi referente à cota de gênero que determina uma reserva mínima, conforme diz a Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997), que estabelece em seu art. 10 § 3º, que nas eleições proporcionais, “(...) cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo” (Brasil, 1997).

Assim, é possível estabelecer mais algumas considerações sobre o gráfico 2 que ilustra o retrato das eleições municipais brasileiras em 2016, enfatizando a pequena participação da mulher na política do país e suas possíveis ligações com as dinastias políticas.

Em outro contexto, a Tabela 7 foi elaborada para identificar a localização dos municípios nos estados do Brasil que foram selecionados pela amostra e tiveram nos seus pleitos eleitorais de 2016 para o executivo municipal a eleição de mulheres prefeitas.

Por isso, através da Tabela 7 é possível extrair algumas considerações importantes sobre a participação das mulheres na política municipal brasileira de 2016, deste modo, observando as unidades da federação que elegeram mulheres para a gestão municipal, podemos identificar, conforme a amostra, que dos 26 estados que integram o país apenas 17 dessas regiões elegeram representantes femininas para a administração de seus municípios.

Tabela 7 – Estados que elegeram prefeitas em 2016

Unidades da Federação	Quantitativo
AP	01
BA	05
CE	02
GO	04
MA	01
MG	05
MS	01
MT	02
PA	02
PB	05
PI	01
PR	03
RN	01
RS	01
SC	01
SP	05
TO	01

Fonte: Elaboração própria (2022)

Além disso, observamos na Tabela 7 que somente quatro desses estados possuem cinco representantes eleitas para a gestão das cidades, com destaque para a unidade da Paraíba, que dos seus 18 municípios selecionados pela amostra cinco mulheres foram eleitas para o executivo.

Porém, as demais unidades federativas tiveram respectivamente quatro administradoras em Goiás, três gestoras eleitas no Paraná, na sequência Ceará, Mato Grosso e Pará optaram por duas representantes femininas em cada região, e os demais oito entes estaduais só elegeram apenas uma única prefeita em cada um dos seus territórios.

Neste mesmo sentido, quando indagamos algumas das possíveis causas para a baixa participação da mulher na política brasileira, é possível estabelecer o pensamento que pessoas

do sexo feminino ainda projetam suas vidas primordialmente para função matrimonial, dessa forma, evitam se envolver com grandes projetos profissionais (Mardegan, 2020).

A partir desse fato construímos a Tabela 8 para identificar o estado civil das mulheres que lograram êxito como prefeitas no pleito municipal brasileiro de 2016, no sentido de extrair algumas relações desses elementos que possam estabelecer respostas que fomentem a identificação das dinastias políticas nesses municípios.

Assim, a Tabela 8 foi elaborada para reconhecer o estado civil das mulheres que se tornaram prefeitas no sufrágio municipal de 2016, com o propósito de relacionar essa ocorrência com as dinastias políticas, visto que, a atuação das mulheres brasileiras na gestão pública das cidades pode ter alguma relação com os clãs políticos. Nesse mesmo contexto, a Tabela 8 poderá apresentar algum prenúncio para uma possível associação familiar que identifique as dinastias nos governos municipais.

Portanto, conforme a Tabela 8, foi possível verificar por meio da amostra representativa que 63,41% das mulheres eleitas prefeitas no Brasil em 2016, tinham o estado civil como casadas, essa informação é bastante relevante quando analisamos na perspectiva das dinastias políticas, pois, esse dado pode ser um indício para reconhecer a presença do fenômeno político familiar nesses municípios.

Tabela 8 – Estado Civil das mulheres prefeitas em 2016

Estado Civil	Quantitativo
Solteiras	07
Casadas	26
Divorciadas	04
Viúvas	04

Fonte: Elaboração própria (2022)

Ademais, 17,07% das eleitas declararam-se solteiras, da mesma forma, 9,75% das prefeitas afirmaram que eram divorciadas e, por fim, 9,75% informaram que eram viúvas. É relevante ressaltar que aproximadamente 20% das mulheres que se declaram como divorciadas e viúvas podem ter algum vínculo familiar que as caracterize como integrantes das dinastias políticas.

Da mesma forma, as prefeitas que se apresentam como solteiras também podem ter laços familiares que as qualifiquem como integrantes das dinastias políticas, por isso, essa pesquisa também tratará de investigar essa possibilidade.

Outrossim, analisamos a qualificação (escolaridade) dos prefeitos eleitos nas 360 cidades que correspondem a amostra da pesquisa, de modo que, iremos destacar no primeiro

momento a escolaridade das mulheres eleitas no sufrágio de 2016, e logo em seguida é apresentado o nível escolar dos homens eleitos prefeitos.

Diante desse contexto, elaboramos a Tabela 9 que trata as informações referentes a escolaridade das mulheres eleitas prefeitas, logo após, a Tabela 10 exibe os dados dos homens escolhidos para o referido pleito, dessa maneira, será possível comparar os níveis de escolaridade para ambos os sexos, conforme apresentação sobre o confronto das duas ilustrações que discorrem sobre as qualificações entre homens e mulheres na política.

Tabela 9 – Escolaridade das mulheres prefeitas em 2016

Escolaridade	Quantitativo
Ensino Médio Completo	12
Superior Incompleto	01
Superior Completo	28

Fonte: Elaboração própria (2022)

Portanto, a Tabela 9 apresenta o retrato do perfil escolar das mulheres na política, ou seja, fica evidente a boa qualificação colegial e acadêmica entre as eleitas para o sufrágio do executivo municipal, de forma que, em um universo de 41 representantes, 68,29% possuem o ensino superior completo, uma prefeita declarou possuir o 3º grau incompleto correspondendo a 2,44% e finalmente 12 ou 29,27% dispõe do ensino médio completo.

Em contrapartida, para fins de identificação do nível de escolaridade dos homens eleitos para os municípios brasileiros construímos a Tabela 10, no sentido de comparar a qualificação entre homens e mulheres escolhidos para a gestão municipal de 2016.

Assim, na Tabela 10, identificamos a escolaridade dos 319 homens eleitos para o executivo das cidades selecionadas, os quais declararam possuir as seguintes qualificações de nível escolar, 1,57% informaram que apenas lê e escrevem; 6,58% declaram possuir o ensino fundamental incompleto; 7,21% dispõem do ensino fundamental completo; 2,51% têm o ensino médio incompleto; 28,21% afirmaram possuir o ensino médio completo; 6,27% relataram que detêm o ensino superior incompleto e 47,65% informaram possuir o curso superior completo.

Tabela 10 – Escolaridade dos homens prefeitos em 2016

Escolaridade	Quantitativo
Lê e Escreve	05
Ensino Fundamental Incompleto	21
Ensino Fundamental Completo	23
Ensino Médio Incompleto	08
Ensino Médio Completo	90
Superior Incompleto	20

Tabela 10 – Escolaridade dos homens prefeitos em 2016 (continuação)

Superior Completo	152
-------------------	-----

Fonte: Elaboração própria (2022)

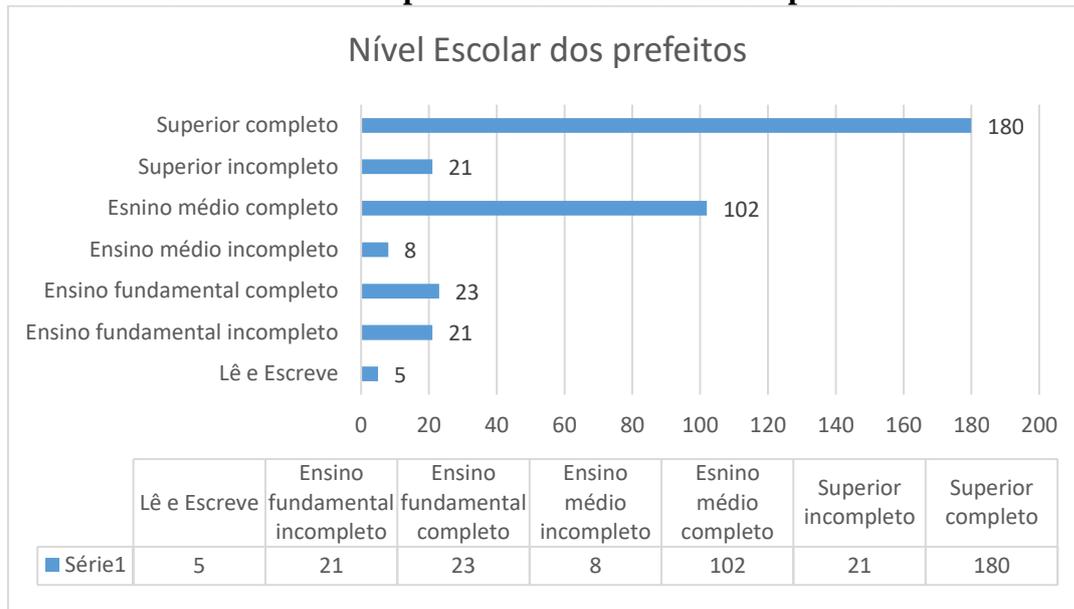
Dessa forma, fazendo uma comparação entre as respectivas tabelas, 9 e 10, foi possível extrair diversas informações, estas por sua vez indicam um maior preparo escolar entre os políticos do sexo feminino. Portanto, quando comparamos em níveis proporcionais, aproximadamente 50% dos homens possuem o ensino superior completo, entre as mulheres esse valor equivale a 70%, e com relação ao ensino médio 17,87% dos homens não possuem o 2º grau completo, entretanto, no caso das mulheres 30% possuem o ensino regular integral.

Logo, essas variáveis nos permitem conceber um perfil dos políticos nos municípios brasileiros, de forma que seja possível constatar que as mulheres nesse seguimento são mais qualificadas que os homens. Em outro ponto de vista, sob a perspectiva das dinastias políticas no Brasil essas informações podem contribuir na identificação desse fenômeno, por meio da estratificação dos dados familiares das eleitas para o executivo municipal.

Portanto, partindo desse ponto de vista, iremos investigar a relação entre os cônjuges na política, pois, em alguns contextos considera-se a possibilidade da relação conjugal se tornar uma vantagem competitiva na perspectiva das dinastias políticas, visto que, quando um dos membros já está no governo, torna-se mais fácil a entrada de outro integrante familiar, é com esse propósito que trataremos essa linha de investigação.

Nesse mesmo contexto, elaboramos o Gráfico 3 no sentido de oferecer uma melhor projeção informacional acerca da qualificação dos prefeitos (homens e mulheres) que foram selecionados pela amostra, portanto, a seguinte ilustração apresenta no formato de diagrama o nível de escolaridade dos gestores municipais no pleito de 2016.

Assim, no Gráfico 3 foi possível observar no recorte amostral a escolaridade dos prefeitos eleitos em 2016, que conforme os 360 elementos selecionados, 102 ou 28% correspondem aos políticos que possuem o 2º grau completo e 180 ou 50,00% informaram possuir o 3º grau completo, e os demais representantes políticos, isto é, 78 ou 21,67% declararam que não têm o ensino médio completo.

Gráfico 3– Escolaridade dos prefeitos na amostra municipal em 2016

Fonte: Elaboração própria (2022)

Na sequência apresentamos as profissões ou ocupações declaradas pelos prefeitos selecionados por essa amostra, portanto, essa ilustração específica está associada ao item escolaridade, cuja finalidade é descrever a relação entre o nível escolar e a função desempenhada pelo gestor, com propósito de caracterizar as dinastias políticas.

Simultaneamente, da mesma maneira que desenvolvemos as demais classificações, elaboramos a Tabela 11 que apresenta as ocupações anunciadas pelos prefeitos das cidades selecionadas para o pleito de 2016, assim, é possível compreender melhor o nível de escolaridade dos eleitos, bem como, associar a variável da profissão com a escolaridade declarada, que podem retratar as características da gestão municipal com as dinastias políticas.

Desse modo, a Tabela 11 anuncia em ordem alfabética a catalogação de 42 profissões informadas pelos 360 gestores municipais investigados por essa pesquisa, logo, é possível identificar as ocupações que mais se destacaram nessa análise.

Assim, conforme a Tabela 11, as funções de empresário e prefeito foram as mais declaradas pela maioria dos gestores como ocupação principal, portanto, os 360 eleitos para gestão municipal informaram de forma diversificada as suas profissões perante o TSE, com destaque para o ofício de empresário sendo o mais citado, quantificando 60 elementos ou 16,67% da amostra, da mesma forma, o cargo de prefeito também foi indicado por 57 indivíduos ou 15,83% dos declarantes.

Desse modo, essas duas ocupações juntas quantificam 32,50% no universo das atividades informadas pelos eleitos, quando estes declararam as suas profissões no pleito

municipal brasileiro de 2016, salientamos que outros destaques também foram identificados por esta investigação, de forma que, as funções de agricultor e comerciante obtiveram respectivamente 7,78% e 5,83% de representatividade na amostra.

Tabela 11 – Ocupação dos prefeitos em 2016

Ocupação Principal	Quantidade	Ocupação Principal	Quantidade	Ocupação Principal	Quantidade
Administrador	16	Economista	01	Odontólogo	07
Advogado	18	Eletricista	01	Outros	15
Agente Administrativo	01	Empresário	60	Pecuarista	07
Agente de Saúde	01	Engenheiro	08	Pedagogo	01
Agricultor	28	Farmacêutico	01	Policia Civil	01
Agrônomo	03	Fiscal	02	Prefeito	57
Aposentado	16	Funcionário Federal	05	Produtor Agropecuário	02
Bancário	01	Funcionário Estadual	07	Professor	14
Comerciante	21	Funcionário Municipal	14	Psicólogo	01
Contador	05	Gerente	02	Radialista	01
Corretor de Imóveis	01	Jornalista	01	Tabelião	03
Deputado	03	Mecânico	01	Técnico em Agronomia	01
Diretor de Empresa	02	Médico	17	Técnico em Enfermagem	01
Dona de Casa	01	Motorista	03	Vereador	09

Fonte: Elaboração própria (2022)

Outra originalidade encontrada na Tabela 11 diz respeito as profissões de advogado e médico, que possuem na devida ordem 5,00% e 4,72% de participação em relação ao recorte da pesquisa, demonstrando a importância dessas ocupações que se destacam como as mais relevantes entre os profissionais liberais que concorrem ao cargo de prefeito no referido pleito.

Contudo, é oportuno destacar também algumas profissões que merecem evidência no aspecto quantitativo, de forma que, os administradores e aposentados possuem respectivamente 4,44% de participação na amostra, nesse contexto, apresentamos uma curiosidade sobre os administradores, pois, dos 16 indivíduos que se autodeclararam com essa ocupação, cinco afirmam possuir apenas o ensino médio completo e dois informaram que dispõem do ensino superior incompleto, ou seja, significa dizer que sete dessas pessoas não possuem a escolaridade acadêmica que as qualifiquem formalmente para essa profissão.

Além disso, outros profissionais liberais de formação superior possuem alguma relevância nessa pesquisa, essas são em ordem de importância, engenheiro (2,22%), odontólogo

(1,94%), contador (1,39%) e agrônomo (0,83%), porém, os demais bacharéis obtiveram apenas um informante para cada área declarada.

Em seguida, chamamos atenção para as funções de professor e pecuarista que possuem respectivamente 3,89% e 1,97% de participações na amostragem, ressalta-se que essas ocupações apesar de serem bastante comuns, se destacam para as sociedades que estão localizadas nos pequenos municípios brasileiros.

Ainda ressaltamos os políticos que auto se declararam com as ocupações de vereadores (2,50%) e deputados (0,83%), assim, da mesma forma dos que informaram serem prefeitos, esses parlamentares devem entender o cargo eletivo como uma ocupação principal, de modo que, julgam que essas funções lhe proporcionam algum tipo de posição importante para a devida manutenção nos cargos públicos.

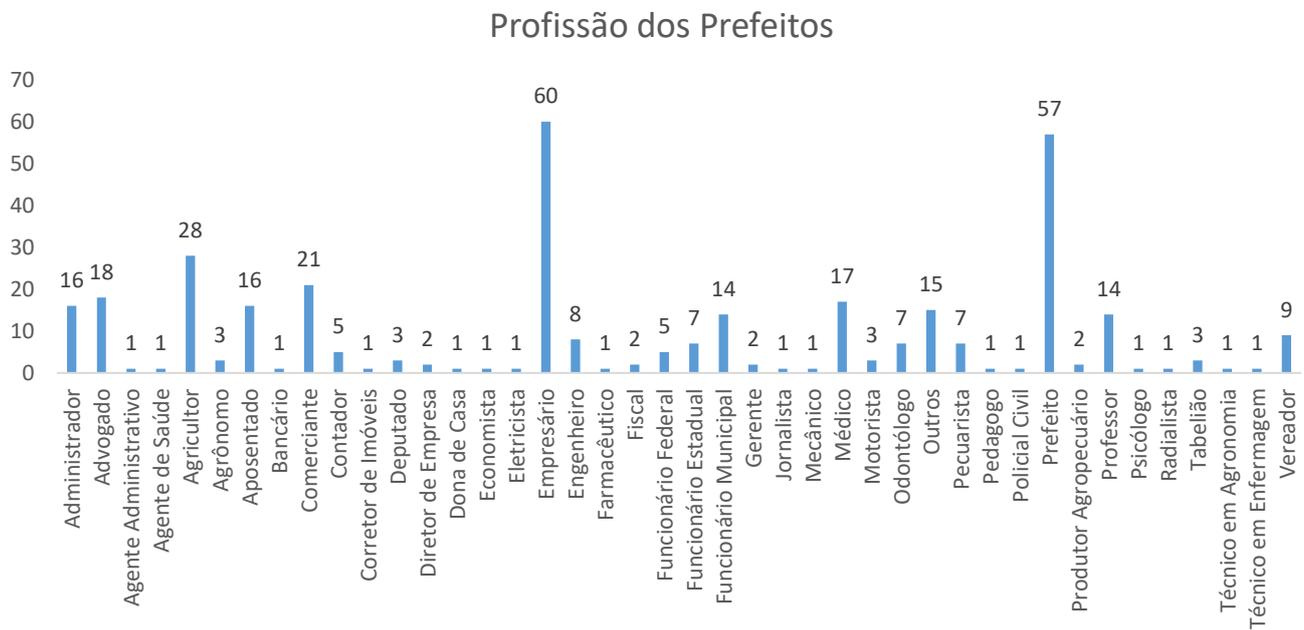
Ademais, muitos dos eleitos informaram como profissão principal a opção de “Outros”, não deixando definida a ocupação predominante do prefeito eleito, essa escolha que possui uma significativa representatividade correspondente a 4,17%, e, pode ser utilizada para omitir o trabalho fundamental do político.

Finalmente, destacamos o cargo de funcionário público municipal que reproduz 3,89% da amostra, essa função pode proporcionar várias vantagens para quem deseja um cargo eletivo no município por vários motivos, principalmente pela razão de conhecer o ambiente administrativo e político da cidade, bem como, a experiência sobre as várias peculiaridades que compõem a gestão pública municipal, portanto, a identificação desse elemento pode contribuir no reconhecimento das dinastias políticas.

A seguir, destacamos todas as ocupações declaradas pelos prefeitos eleitos que serão apresentadas no formato de gráfico, no sentido de proporcionar uma melhor visualização aos dados divulgados, para que, se possam buscar as respostas que irão subsidiar a mensuração das dinastias políticas nos municípios brasileiros.

Nesse contexto, o Gráfico 4 ilustra as duas ocupações que foram mais representativas na classificação das profissões informadas pelos gestores municipais no pleito de 2016, por isso, destacamos na imagem representativa as funções de empresário e prefeito, que provavelmente refletem essa escolha como a busca pelo prestígio e reconhecimento social.

Assim, a seguinte ilustração apresenta as várias profissões informadas pelos prefeitos que estão disponíveis na referida reprodução gráfica, essas atividades profissionais declaradas pelos governantes demonstram um retrato do perfil do político brasileiro para o cargo de gestor do executivo municipal.

Gráfico 4– Ocupação dos prefeitos na amostra municipal em 2016

Fonte: Elaboração própria (2022)

Dessa forma, conforme o gráfico 4, os postulantes ao cargo eletivo de prefeito possuem algumas vantagens quando pertencem a determinados grupos profissionais, portanto, fazem parte dessas classes os empresários e comerciantes, assim como alguns profissionais liberais.

Por esses mesmos motivos, as profissões de médico, advogado e engenheiro possuem uma grande tradição no Brasil com enorme relevância social, pois, essas ocupações fazem parte da escolha acadêmica de grande parte da elite da sociedade, razão que pode caracterizar perfeitamente como uma das possíveis causas da existência das dinastias políticas nos municípios brasileiros.

Portanto, analisando as principais respostas sobre a escolaridade e a profissão dos prefeitos compreendemos que possivelmente existe uma associação entre essas variáveis, pois, ambas proporcionam referências pessoais a esses indivíduos públicos, que refletem positivamente na sua visibilidade entre os votantes.

Isso posto, verificamos que esses políticos declararam ao TSE os seus ativos patrimoniais, dessa forma, concebemos ser importante para essa investigação informar o valor do patrimônio revelado por esses governantes, no sentido de qualificá-los como integrantes da elite, o qual são os detentores dos poderes políticos e econômicos nos municípios.

Desse modo, informamos o valor médio do patrimônio declarado ao TSE (2022a) por estes, assim, serão mantidas as distribuições por profissões, de modo que, indicaremos a média

patrimonial declarada por cada ocupação descrita, por isso, somamos todos os valores individuais e dividimos pela quantidade de elementos de cada categoria, logo, alcançamos o valor médio monetário distribuído entre os bens e direitos de cada classe, mencionada pelos eleitos no pleito municipal de 2016.

Nesse mesmo contexto a Tabela 12 apresenta a relação da média patrimonial atribuída a cada profissão, no sentido de identificar quais são as classes mais representativas que possuem os maiores aportes de valores econômicos declarados pelos políticos, de forma que, por meio deste recurso, identificamos quais as categorias profissionais são mais abastadas economicamente, podendo caracterizar as dinastias políticas nesses municípios.

Conseqüentemente, por meio da Tabela 12, selecionamos as ocupações que declararam junto ao TSE (2022a) a média do montante patrimonial que são mais representativas, no sentido de considerar os maiores valores econômicos por profissões.

Para essa finalidade, separamos os indivíduos por atividades laborais e em seguida associamos aos valores patrimoniais declarados. Após isso calculamos a média do patrimônio de todos os indivíduos por ocupações.

Dessa forma, a Tabela 12 revelou várias informações pertinentes para essa pesquisa, as quais podemos citar a média patrimonial da função de produtor agropecuário que, apesar de ter apenas dois representantes nesse seguimento, obteve um valor médio acima de 9.000.000,00.

Tabela 12 – Média patrimonial por profissão dos prefeitos em 2016

Ocupação Principal	Patrimônio	Ocupação Principal	Patrimônio	Ocupação Principal	Patrimônio
Administrador	782.381,96	Economista	78.521,19	Odontólogo	648.807,36
Advogado	694.305,18	Eletricista	246.841,17	Outros	25.536.017,68
Agente Administrativo	N/D	Empresário	3.323.064,88	Pecuarista	1.418.396,40
Agente de Saúde	26.000,00	Engenheiro	2.260.701,43	Pedagogo	84.300,00
Agricultor	706.726,52	Farmacêutico	577.169,66	Policia Civil	337.000,00
Agrônomo	2.066.785,47	Fiscal	2.473.263,69	Prefeito	1.713.933,66
Aposentado	630.497,87	Funcionário Federal	257.563,24	Produtor Agropecuário	9.080.814,56
Bancário	90.000,00	Funcionário Estadual	303.263,13	Professor	247.579,29
Comerciante	492.688,78	Funcionário Municipal	187.135,34	Psicólogo	440.000,00
Contador	1.099.748,45	Gerente	361.324,79	Radialista	179.000,00
Corretor de Imóveis	276.559,86	Jornalista	210.900,00	Tabelião	2.387.055,20
Deputado	765.002,93	Mecânico	150.000,00	Técnico em Agronomia	60.000,00
Diretor de Empresa	226.537,18	Médico	1.416.040,52	Técnico em Enfermagem	210.000,00

Tabela 12 – Média patrimonial por profissão dos prefeitos em 2016 (continuação)

Dona de Casa	30.000,00	Motorista	193.855,70	Vereador	308.257,55
--------------	-----------	-----------	------------	----------	------------

Fonte: Elaboração própria (2022)

Entretanto, o maior destaque encontra-se nas profissões não definidas, denominadas como “Outros”, essa categoria ocupacional registrou um patrimônio referente a um único indivíduo de 350 milhões, obtendo assim como média da categoria a importância de mais de 25 milhões.

Portanto, na análise da Tabela 12 foi possível compreender alguns comportamentos relacionados às informações declaradas ao Tribunal Eleitoral pelos postulantes aos cargos de prefeitos no Brasil, em muitos desses casos, observamos que o político não informa seu patrimônio, ou seja, a totalidade de seus bens e direitos, entretanto, formalmente essas informações deveriam estar iguais às declarações do imposto de renda da pessoa física, porém, não foi possível levantar essas informações para essa investigação, pois, o ideal seria confrontar esses dados.

Contudo, é perceptível que quando o postulante ao cargo eletivo municipal se lança na política, esse geralmente já estrutura o seu patrimônio para que o mesmo não sofra nenhuma forma de confisco em função de algum processo na justiça, sendo assim, o político se torna bastante vulnerável a uma penalidade judicial em função do cargo, ou seja, na ocorrência de uma infração, a pena é ressarcir o erário com os bens e direitos do político.

Dessa forma, é provável a identificação da omissão do patrimônio declarado por parte de alguns desses gestores municipais, pois, em 25 ocorrências ou aproximadamente 7% dos casos, os prefeitos selecionados por essa amostra declaram que não possuíam patrimônio algum, quando realizaram suas respectivas inscrições eleitorais para o pleito do executivo municipal de 2016.

Nesse mesmo contexto, em várias ocorrências, esses administradores públicos informaram valores ao TSE (2022a) que provavelmente não estão condizentes com a sua realidade, tais como, a alegação do total de bens e direitos no valor de R\$ 1,22 por parte de uma prefeita eleita, em outros casos os gestores públicos declararam como patrimônio total de suas posses, respectivamente os valores de R\$ 2.000,00 e R\$ 5.250,00.

Entretanto, identificamos várias situações distintas sobre o patrimônio dos prefeitos brasileiros eleitos em 2016, que foram selecionados por essa amostragem, de modo que, em algumas categorias profissionais os valores declarados pelos políticos são compatíveis entre os demais profissionais que estão na mesma classe laboral, dessa forma, verificamos que o

patrimônio de alguns políticos correspondem a uma conformidade geral da classe, porém, com pequenas oscilações numéricas, mas em uma mesma faixa patrimonial.

No entanto, compreendemos que muitos dos postulantes a esses cargos públicos eletivos, declaram de modo fidedigno as informações solicitadas pelo Tribunal Eleitoral, porque, quando analisamos seus informes patrimoniais destacando os valores atribuídos aos bens e direitos, constatamos que alguns desses lançamentos foram efetuados conforme as normas contábeis, razão pela qual, indica detalhes de uma transcrição possivelmente extraída da declaração do imposto de renda da pessoa física.

Ademais, elaboramos a Tabela 13 para corroborar com as informações anteriores, no que diz respeito à média patrimonial das profissões informadas pelos prefeitos em 2016 selecionados por essa amostra, de maneira que, a seguinte ilustração irá elucidar sobre os valores mínimos e máximos em cada profissão declarada pelos eleitos.

Por isso, conforme podemos observar na Tabela 13 que apresenta a classificação das profissões dos prefeitos brasileiros no pleito de 2016, contendo informações sobre os valores mínimo e máximo dos patrimônios que foram declarados pelos eleitos perante o TSE (2022a), assim, entendemos que essa catalogação permitiu aperfeiçoar o entendimento acerca da demonstração patrimonial dos gestores municipais selecionados por essa pesquisa.

Tabela 13 – Valores patrimoniais por profissão dos prefeitos em 2016

Ocupação Principal	Patrimônio	Ocupação Principal	Patrimônio	Ocupação Principal	Patrimônio
	32.450,00				310.000,00
Administrador	2.505.002,14	Economista	78.521,19	Odontólogo	1.186.000,00
	72.378,05				21.833,00
Advogado	2.085.000,00	Eletricista	246.841,17	Outros	352.572.936,23
Agente Administrativo	N/D	Empresário	2.000,00		398.577,63
			60.159.206,43	Pecuarista	3.258.000,00
Agente de Saúde	26.000,00	Engenheiro	75.000,00		
			14.841.928,62	Pedagogo	84.300,00
Agricultor	50.000,00	Farmacêutico	577.169,66	Policia Civil	337.000,00
	4.648.000,00				
Agrônomo	208.000,00	Fiscal	1.310.046,00	Prefeito	1,22
	3.819.570,94		3.6636.481,38		36.108.810,43
	10.348,00		66.642,64	Produtor Agropecuá rio	290.050,00
Aposentado	3.580.000,00	Funcionário Federal	732.320,00		17.871.579,12
			30.000,00		12.200,00
Bancário	90.000,00	Funcionário Estadual	922.812,78	Professor	659.000,00
	33.500,00		18.000,00		
Comerciante	2.367.028,34	Funcionário Municipal	672.424,08	Psicólogo	440.000,00
	34.900,00				
Contador	4.566.855,26	Gerente	361.324,79	Radialista	179.000,00
Corretor de Imóveis	276.559,86	Jornalista	210.900,00	Tabelião	218.948,42
					4.555.161,97

Tabela 13 – Valores patrimoniais por profissão dos prefeitos em 2016 (continuação)

Ocupação Principal	Patrimônio	Ocupação Principal	Patrimônio	Ocupação Principal	Patrimônio
Deputado	461.452,86	Mecânico	150.000,00	Técnico em Agronomia	60.000,00
	1.068.553,00				
Diretor de Empresa	226.537,18	Médico	185.000,00	Técnico em Enfermagem	210.000,00
			11.250.000,00		
Dona de Casa	30.000,00	Motorista	78.350,00	Vereador	10.000,00
			293.717,04		1.034.080,53

Fonte: Elaboração própria (2022)

Além disso, destacamos algumas observações descritas por essa ilustração que são bastante relevantes para esse estudo, desse modo, evidenciamos a ocupação declarada de prefeitos que possuem os seguintes valores patrimoniais, R\$ 1,22 como menor valor e R\$ 36.108.810,43 com maior valor, ou seja, significa dizer que o total do patrimônio informado por um prefeito eleito é pouco mais de um real, da mesma forma, outro gestor público declarou em detalhes que possui mais de 36 milhões entre bens e direitos.

Nesses mesmos moldes, outros administradores públicos declararam possuir quantias monetárias pouco significativas a exemplo dos valores informados por um empresário que mencionou possuir R\$ 2.000,00 como valor total de seu patrimônio e de um vereador que comunicou ter apenas R\$ 10.000,00 totalizando suas posses.

Em outra perspectiva, temos o caso de um prefeito que está na categoria profissional denominada como “outros” que relatou dispor de 350 milhões de reais como patrimônio, sendo a maior quantia anunciada entre os políticos investigados por essa amostra, o valor que mais se aproxima desse numerário é a importância de 60 milhões de reais declarada por um empresário, portanto, essas informações são úteis para identificação das dinastias políticas, visto que, os prefeitos que possuem os maiores aportes financeiros declarados, podem ter pretensões políticas no sentido de encaminhar os seus familiares para cargos eletivos.

Diante desse contexto, podemos atribuir ao patrimônio dos prefeitos as seguintes interpretações: 1- Que em várias classes ocupacionais que representam os prefeitos eleitos identificados por essa amostra, houve informações de patrimônios anunciados de forma utópica, ou seja, não realista; 2- Geralmente o postulante a um cargo público no Brasil recebe orientação jurídica e/ou contábil a não registrar bens e direitos no seu nome, como forma de evitar alguma sanção jurídica que comprometa o seu patrimônio; 3- Muitos dos políticos brasileiros registram seus bens e direitos em nome de terceiros ou de familiares para evitar ter seus bens bloqueados, pois, na ocorrência de algum processo o gestor é obrigado judicialmente a ressarcir o erário através do seu patrimônio.

Outrossim, estabelecemos para esse estudo uma relação dos partidos políticos representados por esses governantes municipais, os quais devem indicar um direcionamento que podem ajudar a compreender as dinastias políticas nas cidades brasileiras.

Dessa forma, construímos a Tabela 14 para identificar as informações mais relevantes sobre os partidos políticos no Brasil e sua relação com as dinastias políticas nos municípios, portanto, a seguinte ilustração apresenta de forma evidente a participação dos partidos políticos que elegeram seus filiados nas eleições municipais de 2016.

Tabela 14 – Partidos dos prefeitos selecionados eleitos em 2016

DEM	PC DO B	PDT	PHS	PMDB	PP	PPL	PPS
16	05	20	03	71	29	01	08
PR	PRB	PROS	PRP	PSB	PSC	PSD	PSDB
21	03	03	01	22	10	37	58
PSL	PT	PT DO B	PTB	PTC	PTN	PV	REDE
02	16	03	20	01	03	06	01

Fonte: Elaboração própria (2022)

Portanto, conforme a Tabela 14, podemos observar a relação existente entre os partidos dos prefeitos eleitos no pleito de 2016 que foram selecionados por essa amostra, assim, nesta listagem de grupos políticos foi possível identificar várias características peculiares em torno dessas organizações que podem indicar alguma relação com as dinastias políticas.

Dessa maneira, por meio da referida lista, é possível identificar os maiores agrupamentos partidários, de forma que, o primeiro deles é o PMDB composto de 19,71% dos prefeitos eleitos, o segundo é o PSDB com 16,11% dos gestores e o terceiro é o PSD com 10,27% dos administradores no executivo municipal. Ainda, apontam o PP com 8,05% dos eleitos, o PSB com 6,11% e o PR com 5,83% dos governantes municipais, logo, esses cinco primeiros são mais significativos, entretanto, os demais se encontram abaixo de 5% das representações partidárias.

Do mesmo modo, analisamos os partidos que foram menos representativos na amostra dessa pesquisa, de maneira que, dos 24 grupos partidários examinados, apenas quatro classes políticas (PPL, PRP, PTC, REDE) ou 16,66% dos partidos elegeram apenas um único prefeito cada, no entanto, outras cinco organizações partidárias (PHS, PRB, PROS, PT DO B, PTN) ou 20,83% obtiveram três representantes para gestão municipal de cada legenda.

Isto posto, refletimos sobre o quantitativo de prefeituras conquistadas pelo PMDB, mesmo partido do então presidente da república Michel Temer que foi empossado chefe do executivo federal em agosto de 2016, ou seja, pouco antes das eleições municipais que ocorreram em outubro desse mesmo ano, portanto, associamos a relevância do partido do

presidente nas eleições municipais. Ademais, serão observadas outras relações partidárias para correlacionar com as dinastias políticas nos municípios brasileiros.

Nessa mesma perspectiva, examinamos os partidos dos governadores dos estados brasileiros no ano de 2016, e comparamos com a legenda partidária de todos os prefeitos das cidades selecionadas por essa pesquisa com o propósito de fazer uma breve associação para demonstrar uma provável influência do partido governista do estado nas eleições municipais da unidade federativa.

Por isso, elaboramos a Tabela 15 para podermos relacionar diretamente o partido do governador e a legenda dos prefeitos eleitos no mesmo estado, dessa forma, será mais fácil entender se existe alguma ligação entre esses elementos e, ao mesmo tempo poder associar essas observações com as dinastias políticas municipais.

Portanto, na Tabela 15 foi possível estabelecer uma relação entre 25 estados brasileiros com as respectivas 360 cidades selecionadas pela amostra, assim, confrontamos os partidos dos governadores dos estados eleitos em 2014 com a legenda correligionária dos prefeitos que ganharam o pleito em 2016.

Tabela 15 – Relação entre os partidos dos governadores e os prefeitos eleitos em 2016

UF	Partido	Mun.	Partidos										
AC	PT	03	PSD	PSDB	PT								
	GOV.		01	01	01								
AL	PMDB	07	PSD	PSDB	PSB	PMDB	PT DO B						
	GOV.		01	02	01	02	01						
AM	PROS	02	PDT	DEM									
	GOV.		01	01									
AP	PDT	01	PR										
	GOV.		01										
BA	PT	25	DEM	PC DO B	PDT	PMDB	PP	PSC	PSD	PSDB	PT	PT DO B	PTB
	GOV.		01	01	01	03	04	01	06	01	04	01	02
CE	PT	07	PMDB	PDT	PSDB	PTB	PSB						
	GOV.		01	03	01	01	01						
ES	PMDB	07	PSDB	PSB	PDT	PROS	PTN	PPS					
	GOV.		01	01	02	01	01	01					
GO	PSDB	13	PSD	PMDB	PTB	PSDB	PROS	PR	PP				
	GOV.		03	01	02	04	01	01	01				
MA	PC DO B	18	PSB	PC DO B	PSDB	PR	PTC	PP	PTB	PMDB	PDT		
	GOV.		02	04	01	01	01	03	04	01	01		
MG	PT	48	PMDB	PSD	PT	PSDB	PHS	PR	PTB	PROS	DEM	PPS/PP	PSB
	GOV.		11	03	03	08	03	04	02	01	05	02/02	04
MS	PSDB	11	PR	PSDB	PTB	PDT	PSC	PSB	PSL	PMDB			
	GOV.		02	02	01	01	01	02	01	01			
MT	PDT	13	PSDB	PSD	PMDB	PR							
	GOV.		08	01	01	03							
PA	PSDB	14	PMDB	DEM	PTN	PSD	PSDB	PT					
	GOV.		07	02	01	01	02	01					
PB	PSB	18	PR	PMDB	DEM	PSDB	PT DO B	PSB	PSL	PSD	PTB		
	GOV.		02	04	01	02	02	02	01	02	02		

Tabela 15 – Relação entre os partidos dos governadores e os prefeitos eleitos em 2016 (continuação)

UF	Partido	Mun.	Partidos										
			PTB	PSD	PDT	DEM	PSB	PR					
PE	PSB	11											
	GOV.		01	02	01	01	04	02					
PI	PT	15	PSD	PMDB	PTB	PT	PSDB	PP	PDT				
	GOV.		03	02	01	01	01	06	01				
PR	PSDB	28	PPL	PSC	PSDB	PSD	PDT	PV	PR	PMDB	PPS	PP/PT	DEM
	GOV.		01	08	04	02	02	02	01	04	01	01/01	01
RJ	PMDB	04	PMDB	PRB	PPS	PTB							
	GOV.		01	01	01	01							
RN	PSD	11	PMDB	PSD	PDT	PT	PSDB						
	GOV.		07	01	01	01	01						
RO	PMDB	07	PTB	PMDB	PP	PSDB	PR						
	GOV.		01	03	01	01	01						
RS	PMDB	27	PMDB	DEM	PDT	PT	PP	PTB	PPS				
	GOV.		07	02	05	03	08	01	01				
SC	PSD	19	PT	PMDB	PSD	PP	PSDB						
	GOV.		01	08	04	03	03						
SE	PMDB	03	PMDB	PSB									
	GOV.		01	02									
SP	PSDB	39	PTB	PRP	PR/PDT	PSDB	PSD	PV	PSB	REDE	PPS	PMDB	DEM
	GOV.		01	01	03/01	14	06	02	02	01	02	04	02
TO	PMDB	09	PV	PMDB	PSDB	PRB	PTN	PTB	PSD				
	GOV.		02	02	01	01	01	01	01				

Fonte: Adaptado do TSE (2022b)

Dessa forma, conforme a Tabela 15, é possível identificar que pelo menos 20 estados tiveram prefeitos eleitos pertencentes ao mesmo partido do governador, essas informações são mais visíveis quando analisamos os resultados eleitorais do PMDB, que somente nas cidades da amostra catalogou 71 prefeitos eleitos em 2016, nesse caso sete governadores eram da mesma legenda.

Do mesmo modo, o PSDB elegeu 58 prefeitos no sufrágio de 2016 e tinha cinco governadores do mesmo partido, ou seja, somente esses dois grupos partidários (PMDB e PSDB) formavam 12 governadores e 129 prefeitos, configurando uma quantidade expressiva de representação partidária.

Contudo, a relação partidária entre o governador e os prefeitos na mesma unidade federativa não é unanimidade, assim, como podemos observar no estado de Minas Gerais que, comandado pelo PT em 2014 não conseguiu em 2016 se manter majoritário nas prefeituras.

Portanto, observamos na Tabela 15 que em Minas Gerais se destacam os partidos do PMDB e PSDB com respectivamente 11 e 8 prefeituras, no entanto, o PT só conseguiu eleger apenas três prefeitos entre as cidades selecionadas por essa amostra.

Por isso, por meio da Tabela 15, constatamos a importância dos governadores nas eleições municipais, de forma que, nesse cenário sete governadores eram filiados ao PMDB,

outros cinco pertenciam ao PSDB e ainda cinco faziam parte do PT, porém, observamos que outras conjecturas políticas também são importantes para o processo eleitoral do município.

Conseqüentemente, para observar essa integração partidária concatenamos as legendas dos senadores eleitos pelos estados em concordância com os partidos dos prefeitos, dessa forma, construímos a Tabela 16, cuja intenção foi verificar a relação desses políticos no sufrágio dos municípios brasileiros.

Assim, para essa finalidade a Tabela 16 apresenta a relação partidária dos senadores e suplentes por unidade da federação, esse propósito contribuiu para investigar as relações partidárias entre os diversos cargos eletivos, os quais podem dispor de algum tipo de correlação que pode ocasionar em uma predisposição partidária, conseqüentemente, esse formato será útil para averiguar o reconhecimento das dinastias políticas nos municípios por meio das relações partidárias.

Ademais, utilizamos a denominação S/P para caracterizar os políticos que se encontravam “sem partido”, bem como, inserimos também os suplentes de senadores os quais assumiram em algum momento o cargo durante o período da análise para esse recorte, ou seja, entre 2015 e 2019, visto que, o período determinado de mandato dos senadores no Brasil corresponde a oito anos.

Tabela 16 – Relação dos partidos dos senadores e suplentes em 2016

Estado	Senadores	Partidos					
AC	04	PP (2)	PT (1)	PSD (1)			
AL	04	PP (2)	PTC (1)	MDB (1)			
AM	04	MDB (2)	PSD (1)	PCDOB (1)			
AP	04	DEM (1)	MDB (1)	PSD (1)	REDE (1)		
BA	04	PSB (1)	PSD (1)	S/P	PP (1)		
CE	03	MDB (1)	PT (1)	PSDB (1)			
ES	04	PL (1)	PSDB (1)	PDT (1)	PODE (1)		
GO	06	S/P (1)	DEM (2)	PSB (1)	PTB (1)	MDB (1)	
MA	05	MDB (2)	PSDB (2)	PRTB (1)			
MG	04	PSDB (2)	MDB (1)	CIDADANIA (1)			
MS	04	S/P (1)	MDB (2)	REPUBLICANOS (1)			
MT	06	PL (4)	PDT (1)	PODE (1)			
PA	05	MDB (2)	PSDB (1)	PSOL (1)	PT (1)		
PB	06	PSDB (2)	MDB (2)	PSD (1)	PTB (1)		
PE	04	PTB (2)	MDB (1)	PT (1)			
PI	06	PT (2)	PP (1)	PODE (2)	MDB (1)		
PR	03	PT (1)	MDB (1)	PODE (2)			
RJ	04	PT (1)	PODE (1)	REPUBLICANOS (2)			
RN	04	PT (2)	MDB (1)	DEM (1)			
RO	06	PDT (3)	PP (2)	MDB (1)			
RS	03	PP (1)	PSD (1)	PT (1)			
SC	04	MDB (2)	PSDB (2)				
SE	06	PSB (2)	DEM (2)	PSDB (1)	PSC (1)		
SP	05	PSDB (3)	MDB (2)				
TO	06	PL (2)	PT (1)	PSDB (1)	PDT (1)	PSL (1)	

Fonte: Adaptado do TSE (2022b)

No entanto, pontuamos algumas observações, tais como a mudança na denominação partidária do PMDB para MDB em 2018, a contagem dos senadores ocorreu com os suplentes que, durante o período vigente do mandato, assumiram o cargo de senador. Contudo, ainda em relação às características do senado federal, conforme a legislação vigente disponível no Art. 46, §1º da Seção I do Congresso Nacional, determina que cada estado e distrito federal devem eleger três senadores com dois suplentes (Senado Federal, 2022a).

Por conseguinte, analisamos conjuntamente as Tabelas 15 e 16 no sentido de associar as legendas partidárias entre os cargos eletivos (governador, prefeito, senador) de cada estado brasileiro. Desse modo, encontramos alguns resultados importantes que contribuíram para o andamento dessa pesquisa.

Nessa verificação, realizamos uma breve averiguação entre os elementos para descobrir quais partidos possuem observações comuns para os cargos eletivos de governador, prefeito e senador, assim, foi possível reconhecer os estados que possivelmente apresentam uma identidade partidária.

Portanto, entre os 25 estados selecionados pela amostra para essa investigação, podemos destacar as federações que não possuem nenhuma relação direta entre os partidos políticos nas análises desse referido pleito, desse modo, podemos evidenciar os seguintes casos: Amazonas, Amapá, Mato Grosso e Rio de Janeiro.

Entretanto, nas ocorrências dos entes federativos como Alagoas, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Sergipe e Tocantins, houve registro de apenas um elemento partidário em comum. Já no cenário do Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, tiveram dois registros entre as legendas. Por fim, nos casos do Pará, Paraíba, Paraná e Rondônia, essas regiões obtiveram três ou mais elementos com a mesma referência partidária.

Nesse mesmo contexto, a Tabela 17 apresenta as legendas eleitas para o Senado Federal brasileiro no período de 2015-2023, as quais obtiveram 23 grupos partidários, totalizando 101 políticos entre senadores e suplentes. Convém ressaltar que os partidos (PL, PODEMOS, REPUBLICANOS, CIDADANIA, PSOL, PSL) somente elegeram senadores, ou seja, essas legendas não conseguiram eleger nenhum prefeito e nem governadores para essa temporada.

Por isso, o partido que mais elegeu senadores nessa legislatura foi o MDB, com 17 eleitos, seguido pelo PSD com 16 congressistas e o PT com 14 parlamentares. Assim, damos ênfase para uma observação relevante que é a liderança quantitativa de políticos eleitos pelo partido do MDB antigo (PMDB) que desponta majoritariamente em todos os cargos eletivos analisados (presidente, governadores, senadores e prefeitos).

Tabela 17 – Partidos dos senadores eleitos nos Estados brasileiros entre 2015-2023

DEM	PC DO B	PDT	PRTB	MDB	PP	PSL	S/P
04	01	04	01	17	06	01	03
PR	PL	PODE	CIDADANIA	PSB	PSC	PSD	PSDB
01	03	05	01	03	01	16	10
PSL	PT	REPUBLICANOS	PTB	PTC	PSL	PSOL	REDE
01	14	02	03	01	01	01	01

Fonte: Adaptado do TSE (2022b)

Assim, fazendo algumas ponderações com o propósito de associar os cargos eletivos as dinastias políticas municipais, observamos que grande parte dos partidos que elegeram de modo majoritário os seus correligionários políticos para as mais distintas funções eletivas, são normalmente os mesmos vitoriosos em diversos cargos públicos nas eleições brasileiras.

Isso posto, podemos indagar que essas legendas mantêm uma rede de políticos que possuem uma grande integração partidária, sendo provavelmente um agrupamento familiar, dessa forma, iremos investigar os deputados federais por unidades da federação, para que, possamos realizar uma correlação entre esses partidos políticos, no sentido de poder identificar com maior clareza as dinastias políticas nessas cidades.

Portanto, realizamos um levantamento quantitativo dos parlamentares federais eleitos por Estados, para em seguida apresentar uma ilustração que visualize a relação entre os deputados federais e os partidos políticos, para esse propósito, utilizamos a Tabela 18 no sentido de extrair a quantidade desses parlamentares, e em seguida faremos uso de um diagrama para poder associar a ligação dos políticos com as dinastias.

Desse modo, segundo a Tabela 18, é possível estabelecer algumas considerações, tais como, a representatividade do estado de São Paulo que responde com 70 deputados, outro ente federativo a ser destacado é a unidade de Minas Gerais com 53 parlamentares, já a federação do Rio de Janeiro desponta com 46 representações na câmara dos deputados.

Tabela 18 – Relação quantitativa dos deputados federais por Estado em 2014

Acre	Alagoas	Amapá	Amazonas	Bahia	Ceará	Espirito Santo	Goiás
08	09	08	08	39	22	10	17
Pará	Paraíba	Paraná	Pernambuco	Minas Gerais	Maranhão	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
17	12	30	25	53	18	08	08
Piauí	Santa Catarina	Tocantins	Roraima	Rio Grande do Sul	São Paulo	Rio Grande do Norte	Rio de Janeiro
10	16	08	08	31	70	08	46
Fonte: Adaptado do TSE (2022b)							Sergipe
							08

Entretanto, os entes federativos com pouca representatividade na câmara são os seguintes: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Roraima, Rio Grande do Norte e Sergipe, ou seja, nove estados possuem apenas oito políticos cada um, designados para representar a unidade federativa.

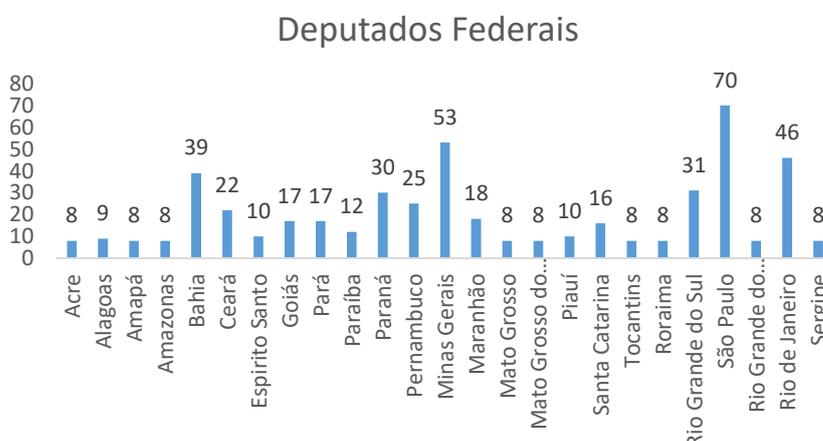
Por esse motivo, é possível perceber a importância dos estados que possuem mais representantes no parlamento federal, visto que, essas regiões dispõem de mais recursos provisionados pelas emendas parlamentares, de modo que, os deputados eleitos nesses territórios destinam mais verbas para seus redutos eleitorais.

Dessa forma, ressaltamos que a quantidade de deputados federais não é a mesma para todos os estados do Brasil, a dimensão de representantes na câmara federal varia de 8 a 70 parlamentares a depender da unidade federativa, visto que, o método de referência é o Quociente Populacional Nacional (QPN) que conforme a Constituição Federal de 1988, estabelece o número total de deputados federais na quantidade de 513 e essa medida está condicionada a quantidade de habitantes conforme o último censo demográfico, por isso, quanto maior a população do estado, mais deputados são designados para representação federal (Senado Federal, 2022b).

Diante desse contexto, elaboramos o gráfico 5 para poder identificar as legendas dos deputados federais eleitos no pleito de 2014, nessa análise será possível reconhecer quais são os partidos com mais políticos eleitos, da mesma forma, iremos apontar os grupos partidários que foram menos representativos.

Por isso, o gráfico 5 retrata os principais partidos dos deputados federais eleitos em 2014. Nessa análise, daremos ênfase às legendas partidárias para ser possível associar esses elementos com as dinastias políticas nos municípios.

Gráfico 5 – Deputados federais por Estados do Brasil em 2014



Fonte: Elaboração própria (2022)

Ademais, contextualizando o gráfico 5, constatamos que o PT elegeu 70 deputados, tornando-se a maior bancada na câmara federal nesse pleito. Dessa forma, outros partidos se destacaram quantitativamente, como o PMDB e o PSDB, com respectivamente 66 e 54 parlamentares em cada uma das legendas.

Porém, as legendas menos representativas para deputados federais foram PRTB, PSL e PT do B ambas com apenas um congressista, logo, percebemos o protagonismo do PMDB que novamente se destaca na análise para esse cargo eletivo, da mesma forma, que aparece em evidência nas demais funções eleitorais anteriormente examinadas.

Outrossim, para fins do propósito da pesquisa que é identificar as dinastias políticas nos municípios brasileiros, se faz necessário nessa seção averiguar os partidos políticos no pleito de 2014 que possuem mais deputados federais por unidades federativas, portanto, desenvolvemos a Tabela 19 para essa finalidade.

Tabela 19 – Relação dos partidos com mais deputados federais por Estado em 2014

Acre	Alagoas	Amapá	Amazonas	Bahia	Ceará	Espirito Santo	Goiás
PT (3)	N/D	N/D	PSD (2)	PT (8)	PT (5)	PT (2)	PSDB (6)
Pará	Paraíba	Paraná	Pernambuco	Minas Gerais	Maranhão	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
N/D	PMDB (3)	N/D	PSB (6)	PT (9)	PMDB (3)	PSB (2)	N/D
Piauí	Santa Catarina	Tocantins	Roraima	Rio Grande do Sul	São Paulo	Rio Grande do Norte	Rio de Janeiro
PSB (3)	PMDB (5)	PMDB (3)	N/D	PT (8)	PSDB (14)	N/D	PMDB (8)
Fonte: Adaptado do TSE (2022b)							Sergipe
							N/D

Além disso, identificamos que a legenda do PT foi majoritária em seis estados nas eleições de 2014, seguida na devida ordem pelo partido do PMDB com cinco unidades federativas, e na sequência o PSDB com o PSB obtiveram dois entes federados cada um, entretanto, as demais circunscrições onde ocorreram os sufrágios que não possuíam um único partido como majoritário foi atribuído o conceito N/D (não definido).

De maneira distinta aos outros cargos eletivos, a função de deputado federal no pleito de 2014 foi preenchida majoritariamente pelas seguintes legendas em ordem de importância (PT, PMDB, PSB), esse formato é divergente das demais ocupações governamentais eletivas (presidente, governador, senador, prefeito), já estudadas por essa pesquisa que destacaram o protagonismo do PMDB no período de 2014/2016.

Isto posto, significa dizer que o PMDB foi o partido que mais elegeu políticos no Brasil no período entre 2014 e 2016, conforme as investigações eleitorais para os diversos cargos eletivos, dessa forma, essa informação será de grande relevância na averiguação das dinastias políticas das cidades selecionadas pela amostra.

Portanto, para estabelecer essa concepção em relação aos partidos políticos, construímos a Tabela 20, que apresenta os deputados estaduais eleitos em 2014, contudo, pela quantidade de dados trataremos as informações de forma fragmentada, descrevendo apenas os partidos que obtiveram mais deputados eleitos por unidades da federação, ou seja, iremos quantificar apenas os eleitos das legendas majoritárias no referido pleito.

Tabela 20 – Relação dos partidos com mais deputados estaduais por Estado em 2014

Estado	Partido Majoritário	Deputados Estaduais Eleitos	%
Acre	PT	05	15,65
Alagoas	PSDB	04	13,33
Amapá	PRB	04	11,47
Amazonas	PSD	04	11,99
Bahia	PT	11	20,02
Ceará	PROS	12	20,62
Espirito Santo	PMDB	04	13,61
Goiás	PSDB	07	21,00
Maranhão	PMDB	04	10,70
Mato Grosso	PSD	04	16,02
Mato Grosso do Sul	PMDB	06	21,41
Minas Gerais	PT	10	15,71
Pará	PMDB	08	14,76
Paraíba	PSDB	04	12,13
Paraná	PSC	12	18,33
Pernambuco	PSB	15	29,56
Piauí	PSB	03	17,97
Rio de Janeiro	PMDB	15	18,96
Rio Grande do Norte	PMDB	05	17,29
Rio Grande do Sul	PT	11	19,24
Roraima	PMDB	03	14,26
Santa Catarina	PMDB	10	22,22
São Paulo	PSDB	22	24,94
Sergipe	PMDB	04	14,03
Tocantins	SD	04	13,58

Fonte: Adaptado do TSE (2022b)

Assim, para completar essa etapa da investigação que tem por objetivo caracterizar as dinastias políticas por meio dos sufrágios, examinamos os atributos dos deputados estaduais e suas influências na política municipal, que podem contribuir para mensurar as famílias políticas nas cidades brasileiras estudadas por essa pesquisa.

Dessa forma, sintetizamos os dados apresentados pela Tabela 20 no sentido de aperfeiçoar as informações, as quais foram direcionadas aos elementos mais relevantes segundo o contexto dessa pesquisa, que é aferir a prevalência das dinastias políticas nos municípios brasileiros.

Para esse propósito, se fez necessário compreender quais são as legendas partidárias majoritárias em cada estado brasileiro no pleito de 2014, bem como, quais os percentuais de

participação dos partidos predominantes em torno das eleições proporcionais para deputado estadual em cada unidade federativa.

Em função disso a Tabela 20 foi constituída para contemplar os 25 estados brasileiros selecionados pela amostra, os quais foram identificados pelo partido mais votado no referido pleito e incorporado à quantidade de deputados estaduais eleitos pela legenda, desse modo, associamos o percentual obtido nessa eleição para o partido mais preponderante do estado.

Primordialmente, ressaltamos o protagonismo do partido PSB em Pernambuco que conquistou quase 30% das vagas para a câmara estadual, foi a maior participação proporcional entre todas as unidades federativas, porém, no caso do Maranhão apesar do PMDB despontar entre os demais partidos, o desempenho dessa legenda foi o menor em comparação aos outros entes federados com apenas 10,70% do universo partidário.

Entretanto, quando extraímos aos dados absolutos, constatamos que o PMDB foi o partido dominante para as eleições proporcionais de deputados estaduais no pleito de 2014, obtendo a liderança partidária em nove estados, acompanhado respectivamente pelas legendas do PT e PSDB, ambas foram majoritárias em quatro unidades federativas cada uma.

Portanto, essa análise corrobora com os achados anteriores, aonde os partidos (PMDB, PSDB e PT) demonstraram protagonismo em vários sufrágios investigados, porém o maior destaque é para a legenda do PMDB que dos seis cargos eletivos averiguados (presidente, governador, senador, prefeito, deputados federais e estaduais) esse partido se sobressai como majoritário em pelo menos cinco dessas funções eletivas (presidente, governador, senador, deputado estadual e prefeito), a exceção foi apenas para o cargo de deputado federal que prevaleceu o PT com a maioria dos eleitos.

Dessa maneira, podemos constatar por meio dessas averiguações que os partidos PMDB, PSDB e PT foram respectivamente às legendas mais relevantes no período 2014-2016, obtendo as maiores votações durante os sufrágios ocorridos nesse recorte temporal, desse modo, direcionamos de forma preliminar as investigações sobre a mensuração das dinastias políticas nos municípios brasileiros com base nesses resultados.

Ademais, iremos realizar uma correlação entre esses componentes (cargos eletivos) com o propósito de verificar uma possível associação existente entre essas unidades, procurando aferir se há alguma relação entre as funções eletivas, para isso, listamos os cinco primeiros partidos por ordem de importância quantitativa, para todas as ocupações eleitorais que foram majoritárias (prefeitos, governador, senador, deputados federais e estaduais), em seguida calculamos a correlação existente entre esses elementos.

Assim, construímos a Tabela 21 com todos os elementos partidários para prosseguir com o cálculo das correlações, dessa forma, foi possível extrair uma provável relação entre essas observações, bem como, apresentar uma maior visibilidade das legendas mais importantes nos sufrágios 2014/2016 para os diferentes cargos eletivos.

Tabela 21 – Relação dos partidos majoritários em cargos eletivos 2014/2016

Prefeitos		Governador		Senador		Deputado Federal		Deputado Estadual	
PMDB	71	PMDB	07	PMDB	17	PT	06	PMDB	09
PSDB	58	PT	05	PSD	16	PMDB	05	PT	04
PSD	37	PSDB	05	PT	14	PSB	03	PSB	02
PSB	22	PSB	02	PSDB	10	PSDB	02	PSD	02
PR	21	PSD	02	PP	06	PSD	01	PSC	01

Fonte: Adaptado do TSE (2022b)

Desse modo, na Tabela 21 é possível observar os partidos mais relevantes nos pleitos de 2014 e 2016, de maneira que, apresentamos uma sequência de cargos eletivos com as sucessivas legendas em ordem de importância na representação partidária para cada eleição, assim, conforme informações anteriores, o PMDB desponta com protagonismo em todos os sufrágios analisados, entretanto, apenas para deputado federal é que esse partido não é majoritário, contudo, aparece em segundo lugar nesse pleito com uma diferença muito pequena.

Diante desse contexto, seguimos com as análises das correlações que serão realizadas por etapas, tendo como base as eleições para prefeito confrontando com os demais cargos eletivos, portanto, a primeira verificação se dará para as funções de prefeito e governador respectivamente, por meio da Tabela 22.

Conforme a Tabela 22, abaixo, podemos observar que o nível de correlação existente entre os cargos de prefeito e governador é de 0,938075595 o que significa dizer que a correlação é forte, visto que, esse valor é positivo e muito próximo de 1, estabelecendo uma associação entre esses elementos, por isso, existe correlação entre esses dois cargos.

Tabela 22 – Correlação dos partidos para prefeito e governador 2014/2016

Prefeitos		Governador		Correlação
PMDB	71	PMDB	07	
PSDB	58	PT	05	
PSD	37	PSDB	05	
PSB	22	PSB	02	
PR	21	PSD	02	

Fonte: Adaptado do TSE (2022b)

Da mesma forma, construímos a Tabela 23 para analisar uma possível correlação entre os cargos de prefeito e senador para os pleitos de 2014/2016, nesse contexto se verificará a existência da correlação entre essas funções eletivas.

Tabela 23 – Correlação dos partidos para prefeito e senador 2014/2016

Prefeitos		Senador		Correlação
PMDB	71	PMDB	17	
PSDB	58	PSD	16	
PSD	37	PT	14	
PSB	22	PSDB	10	
PR	21	PP	06	

Fonte: Adaptado do TSE (2022b)

Assim, em concordância com a Tabela 23, observamos que o nível de correlação existente entre os cargos de prefeito e senador é aproximadamente 0,904703977, significando dizer que a correlação é forte, porque, esse valor é positivo e próximo de 1 determinando uma correspondência entre esses elementos, portanto, é afirmativa a existência de uma correlação entre essas ocupações públicas.

Simultaneamente, concebemos a Tabela 24 para averiguar o possível grau de correlação existente entre as funções de prefeito e deputados federais para o período entre 2014 e 2016, portanto, conforme essas observações investigamos uma provável convergência entre esses cargos eletivos.

Tabela 24 – Correlação dos partidos para prefeito e deputados federais 2014/2016

Prefeitos		Deputado Federal		Correlação
PMDB	71	PT	06	
PSDB	58	PMDB	05	
PSD	37	PSB	03	
PSB	22	PSDB	02	
PR	21	PSD	01	

Fonte: Adaptado do TSE (2022b)

Logo, segundo a Tabela 24, concebemos uma correlação factual entre as ocupações de prefeito e deputado federal na ordem de 0,987267941 indicando uma correspondência muito forte, visto que, esse parâmetro é perto de 1 validando uma conformidade desses componentes, consequentemente é positiva a correlação entre essas funções políticas.

E para finalizar essa etapa de análise das correlações partidárias, elaboramos a Tabela 25 no sentido de examinar uma eventual correlação entre os cargos de prefeito e deputados estaduais no decurso entre 2014 e 2016, sendo assim, em congruência com esses termos realizamos uma verificação para um possível vínculo entre essas ocupações.

Tabela 25 – Correlação dos partidos para prefeito e deputados estaduais 2014/2016

Prefeitos		Deputado Estadual		Correlação
PMDB	71	PMDB	09	0,905856127
PSDB	58	PT	04	
PSD	37	PSB	02	
PSB	22	PSD	02	
PR	21	PSC	01	

Fonte: Adaptado do TSE (2022b)

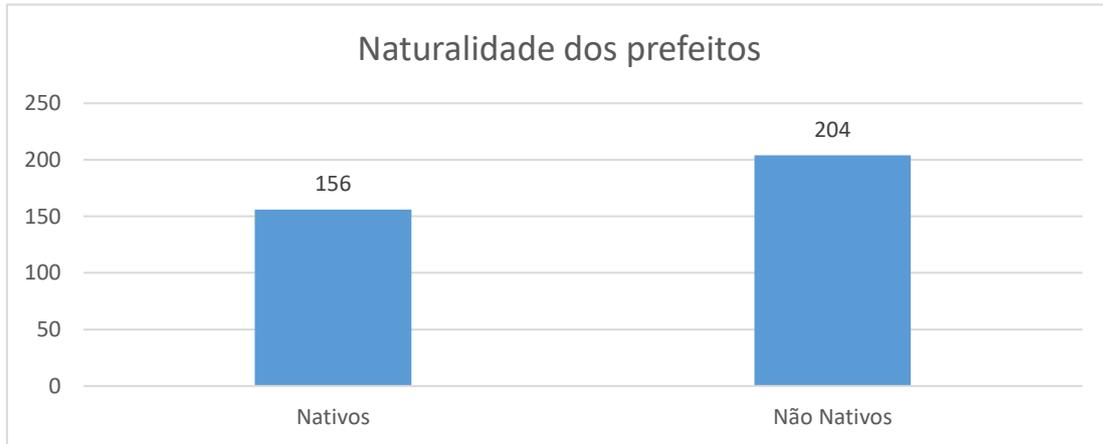
Dessa forma, segundo a Tabela 25, podemos verificar que a correlação estabelecida entre os cargos de prefeito e deputados estaduais é de 0,905856127 demonstrando uma correlação positiva, dado que, esse indicador é próximo de 1, constatando uma correspondência direta entre os elementos, sendo válida a correlação entre essas variáveis.

Diante desse contexto, foi possível verificar que todos os cargos eletivos analisados possuem uma correlação partidária alta entre a função de prefeito e os demais cargos públicos eletivos, estas associações serão importantes para identificar as dinastias políticas nos municípios selecionados pela amostra.

Ademais, iremos apresentar a ligação entre os elementos que discorrem sobre a naturalidade dos políticos eleitos selecionados, ou seja, a relação dos governantes com a cidade na qual foram vencedores para o pleito de 2016, é através dessa análise integrada que se fará uma correspondência entre o local de nascimento desses eleitos, com os municípios brasileiros nas quais esses administradores públicos ganharam o sufrágio municipal.

Portanto, o propósito de se investigar esses elementos é pela razão de se conhecer a proporção dos políticos nascidos nos municípios para os quais foram eleitos gestores públicos municipais, bem como, compreender a dimensão dos administradores não originários, ou seja, os que não são nativos das cidades em que se tornaram prefeitos, desse modo, essa relação poderá contribuir para apontar as dinastias políticas nesses municípios.

Em vista disso, elaboramos o Gráfico 6 no sentido de reconhecer quais os políticos que nasceram nos municípios em que se tornaram prefeitos nas eleições brasileiras de 2016. Nessa perspectiva, considerando as 360 cidades da amostra, temos as seguintes proporções: 204 (57%) constituem os não nascidos nos municípios que foram prefeitos e 156 (43%) são os nativos, ou seja, são de origem da cidade que se elegeram gestores públicos municipais.

Gráfico 6 – Prefeitos nativos e não nativos nas eleições de prefeito em 2016

Fonte: Elaboração própria (2022)

Assim, em relação ao gráfico 6, podemos inferir que em média 45% dos prefeitos eleitos eram nativos das cidades que disputaram as eleições municipais. Esse dado é de suma importância para os propósitos desse trabalho, que estuda a identificação das dinastias políticas nos municípios brasileiros.

Isto posto, podemos refletir que os políticos que lideram suas famílias em torno do governo geralmente concentram-se em manter seus membros familiares no comando das cidades, as quais fazem parte do seu reduto eleitoral.

Além disso, realizamos um levantamento da raça declarada pelos prefeitos eleitos nas cidades selecionadas, para isso, elaboramos o Gráfico 7, de modo que, foi possível constatar algumas particularidades da política brasileira em relação à cor ou raça informada pelos gestores dos municípios.

Gráfico 7 – Raça declarada pelos prefeitos nas eleições de 2016

Fonte: Elaboração própria (2022)

Dessa forma, o Gráfico 7 apresenta no formato de diagrama a raça autodeclarada pelos prefeitos das cidades selecionadas, assim, evidenciamos que a cor predominantemente informada pelos políticos é “branca”, porém há os que se autodenominam descendentes da origem “parda”, essas duas denominações quantificam 349 elementos, ou melhor dizendo 96,94% dos indivíduos se identificam com essas raças.

Assim, no Gráfico 7, extraímos as seguintes proporções, 245 indivíduos se autodeclararam “brancos”, ou seja, 68% indicaram possuir essa raça, outras 104 pessoas afirmaram serem “pardas”, isto é, 29% se declararam dessa ascendência, além disso, oito políticos disseram ser de origem “pretas”, correspondentes a 2% da população, e por fim três indivíduos ou 1% informaram que são “amarelos” totalizando as 360 observações.

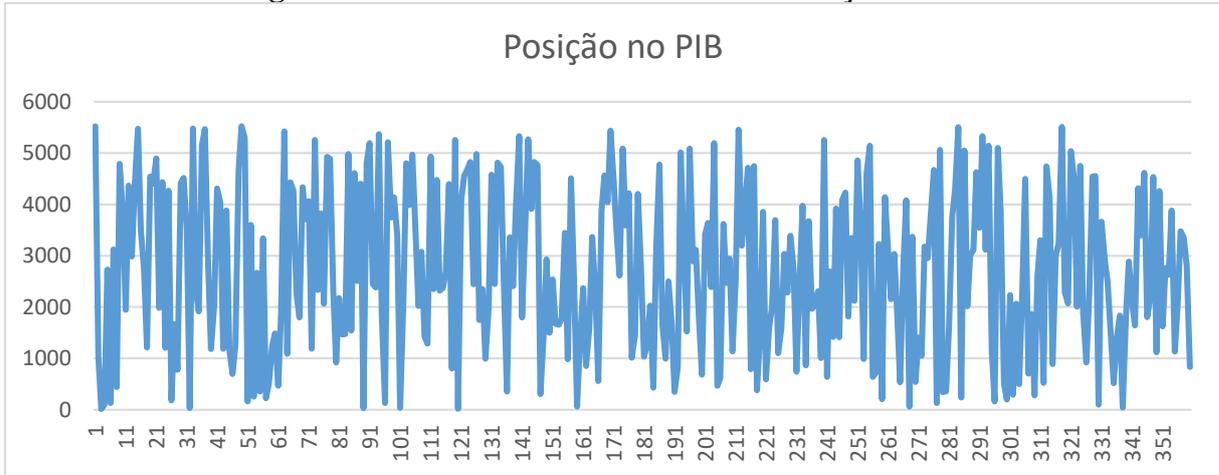
Na sequência, relacionamos os municípios da amostra com o respectivo Produto Interno Bruto (PIB), cujo propósito foi associar as cidades a um nível de riqueza, dessa maneira, esse indicador pode contribuir para identificar as dinastias políticas por meio de associações com outras variáveis.

Logo, catalogamos os municípios da amostra com base na listagem do PIB de 2017 que foi publicada pelo IBGE. Desse modo, essa associação se desenvolveu por ordem de importância, ou seja, a lista inicia-se pelo município mais rico e segue até o mais pobre. Assim, o PIB representa toda a riqueza produzida por um país, estado ou município, a base de cálculo é frequentemente estimada com base em um ano civil ou 365 dias (IBGE, 2022).

Ademais, a apuração do PIB pode ser fundamentada com o enfoque na demanda, na oferta ou no rendimento que se chega ao mesmo resultado, isto significa que o objetivo é medir a economia, pois o indicador é calculado com essência em tudo que é produzido por um determinado território, em um período estabelecido (IBGE, 2022).

Portanto, para mensurar a participação no PIB brasileiro das cidades selecionadas por essa amostra, elaboramos o Gráfico 8 para verificar o ranking dos municípios mais abastados economicamente, essas localidades também serão identificadas e examinadas no contexto das dinastias políticas.

Sendo assim, o Gráfico 8 descreve a relação dos 360 municípios brasileiros relacionados pela amostra que foram organizados e classificados pelo PIB 2017, dessa forma, as cidades foram apresentadas em ordem de importância econômica. De modo que, foi possível identificar pela listagem que a cidade de Goiânia–GO possui o maior PIB, situando-se na colocação 14 do ranking nacional. Entretanto, o município de São Félix do Piauí–PI é o território com a menor riqueza entre as unidades federativas da amostra, ocupando a posição 5.522.

Gráfico 8 – Ranking do PIB das cidades selecionadas nas eleições de 2016

Fonte: Elaboração própria (2022)

Outrossim, verificamos na referida ilustração que apenas nove cidades estão entre os 100 primeiros lugares no ranking do PIB nacional, da mesma forma, oito municípios despontam até a posição 200 em meio aos mais ricos, além de outras seis localidades se estabelecerem entre os 300 primeiros colocados. Nesse contexto, recordamos que os 360 elementos estão distribuídos por ordem de mérito econômico entre as 5.570 cidades brasileiras.

Ademais, relacionamos a população dessas cidades com os seus respectivos PIB para efetuar uma correlação entre essas duas variáveis, cuja intenção é verificar a existência de alguma correspondência entre esses elementos.

Portanto, calculamos a correlação entre as variáveis do PIB e da população dos municípios da amostra conforme o Quadro 4, dessa forma, aplicamos a fórmula de cálculo da correlação disponível no Excel, assim, por meio da função “correl” foi possível estabelecer que existe uma correlação negativa na ordem de - 0,379478926. Isso quer dizer que os dois elementos se movimentam em direções opostas, ou seja, as variáveis são inversamente relacionadas, logo, quando o número de uma variável aumenta, o inverso ocorre com o valor da outra.

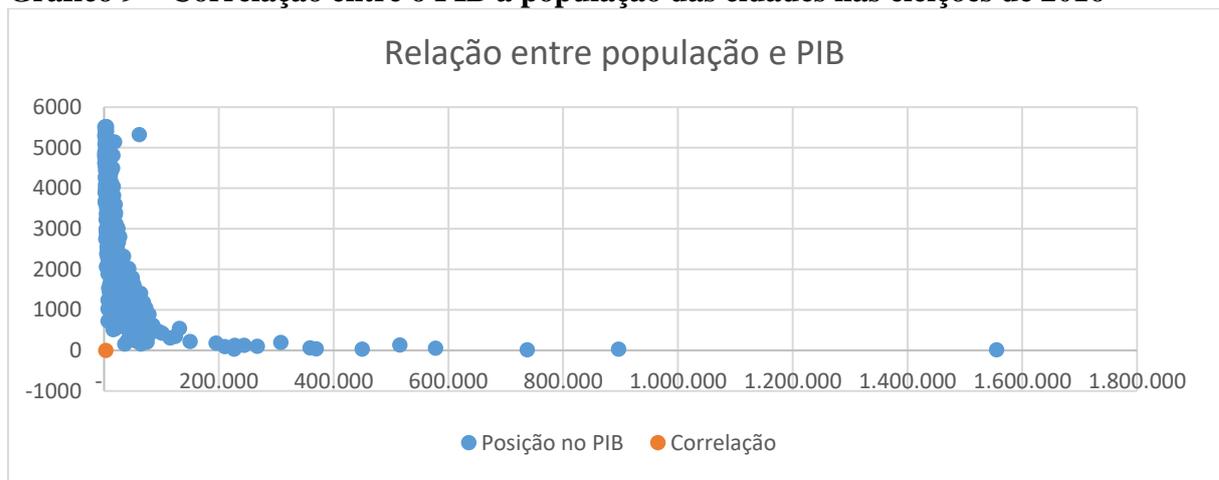
Quadro 4 – Resultado da correlação PIB versus População

População	Posição no PIB	Correlação
360 municípios	Ranking das cidades selecionadas	=correl(a2:a361;b2:b361)
		r= - 0,379478926

Fonte: Elaboração própria (2022)

Para corroborar com essa análise, elaboramos o gráfico 9 no sentido de validar as informações do quadro 4. Dessa forma, é plausível visualizar com mais clareza a relação entre a posição no PIB de 2017 e a população estimada para os municípios selecionados pela amostra. Assim, nessa ilustração, é pertinente observar a dispersão dos elementos na correlação inversa, portanto, nesse sentido, a imagem ajuda a compreender o comportamento das observações quando estão concatenadas.

Gráfico 9 – Correlação entre o PIB a população das cidades nas eleições de 2016



Fonte: Elaboração própria (2022)

Isso posto, percebe-se que a ocorrência apresentada no Gráfico 9 se denomina uma correlação negativa forte por estar mais próximo de - 1, desse modo, podemos observar que quanto melhor é a colocação no PIB, maior é o número de habitantes da cidade, como pode ser observado na disposição das observações compreendidas na ilustração 9.

Da mesma forma, considerando esse mesmo contexto, associamos o número de habitantes das cidades selecionadas por essa investigação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dessas mesmas localidades, com o propósito de verificar a existência de uma correlação entre esses elementos, os quais podem ser substanciais para mensurar as dinastias políticas nesses municípios.

Logo, a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nessa pesquisa foi importante para mensurar a qualidade de vida dos habitantes das cidades selecionadas pela amostra, visto que, esse índice se fundamenta em três principais aspectos relacionados a saúde, educação e renda, que permitem avaliar através desses parâmetros o desenvolvimento humano (PNUD, 2022).

Assim, por definição o IDH é um índice numérico que oscila entre 0 e 1, de modo que, quanto está mais perto de zero, piores são os indicadores de análise nas questões da saúde, educação e renda, em contrapartida, quanto mais o dígito se aproxima de 1 retrata uma melhor conjuntura na qualidade de vida da sociedade na concepção dos mesmos elementos analisados (PNUD, 2022).

Portanto, ao analisarmos as cidades selecionadas sob a perspectiva do IDH encontramos várias informações que podem subsidiar a identificação das dinastias políticas, dessa forma, destacamos o município de Itamarati-AM, que possui o IDH de 0,477 na posição 341 do ranking, ou seja, o mais baixo entre as cidades da amostra, entretanto, a cidade de Vitória-ES é a que ostenta o maior IDH na mesma amostragem, com o indicador de 0,845 sendo o 4º colocado entre os municípios brasileiros.

Então, para interpretar os resultados fornecidos pelo IDH precisamos entender que o indicador está entre zero que significa (nenhum desenvolvimento humano) e vai até 1 (desenvolvimento humano total). Consequentemente, o índice possui a seguinte distribuição lógica entre 0,00 até 0,499 representando um baixo desenvolvimento humano. Na mensuração de 0,500 a 0,799 indica um desenvolvimento médio, e quando a aferição supera 0,800 o desenvolvimento é avaliado como alto (PNUD, 2022).

Nessas condições, após avaliarmos o IDH das 360 cidades, constatamos que apenas dois municípios (Itamarati-AM e Olivença-AL) estão com baixo desenvolvimento, isto é, aproximadamente 0,56% da amostra, entretanto, em relação às cidades que representam o desenvolvimento médio essas somam 354 elementos, ou seja, 98,33% das observações reproduzem esse parâmetro, e por fim, quatro cidades (Botucatu-SP, São José dos Campos-SP, Pirassununga-SP e Vitória-ES) ou 1,11% que refletem um alto desenvolvimento com medidas que mensuram a qualidade de vida da população.

Dessa maneira, registramos o ranking referente ao IDH das cidades brasileiras relacionadas por essa pesquisa, de forma que, localizamos em ordem crescente as posições dessas localidades que foram classificadas conforme o IDH 2010, assim, observamos que o ordenamento está entre a 4ª e a 341ª posições, ressaltamos que em vários casos as cidades estão na mesma colocação segundo os critérios avaliativos do índice, portanto, constatamos que em diversas situações alguns municípios se encontram no mesmo ordenamento numérico.

Logo após, no Quadro 5, efetuamos uma correlação entre o IDH e a população das cidades selecionadas, com a perspectiva de verificar a existência de alguma correspondência entre esses elementos, deste modo, associamos essas variáveis para encontrar possíveis informações que possam corroborar na mensuração das dinastias políticas desses municípios.

Assim, conforme o Quadro 5 é possível identificar a existência da relação entre o IDH e a população das cidades da amostra, as quais apresentam uma correlação negativa ou inversa por meio dessas variáveis, no entanto, apesar do índice resultante revelar-se um pouco discreto, ou seja, - 0,25765375 conforme o cálculo da correlação desenvolvido pelo Excel, esse resultado se apresenta significativo, visto que, à medida que a população da cidade aumenta, imediatamente a posição do município ocupada no IDH se torna mais relevante, ou melhor, conforme observaremos adiante no Gráfico 10.

Quadro 5– Resultado da correlação IDH versus População

População	Posição no IDH	Correlação
360 municípios	Ranking das cidades selecionadas	=correl(c2:c361;d2:d361)
		r= - 0,25765375

Fonte: Elaboração própria (2022)

Portanto, no Quadro 5, observamos uma correlação em que o coeficiente se aproxima de 0, sendo assim, percebe-se que quando uma variável aumenta o valor, normalmente a outra diminui, isto é, existe uma correlação negativa e inversa entre essas observações que permitem indicar uma correspondência inversamente proporcional entre esses dois elementos.

Nessa mesma perspectiva, foi possível conceber o Gráfico 10 que proporcionou obter mais informações acerca da integração entre essas variáveis, de modo que, se tornou mais fácil visualizar os dados que tiveram as concentrações entre os índices 0,5 e 0,6 com 96 elementos, e de 0,6 a 0,7 com 140 observações.

Logo, entre os índices 0,5 e 0,7 foram quantificados 236 elementos, ou 65% de representatividade no universo da pesquisa, entretanto, os demais indicadores dimensionaram respectivamente, três ou 0,83% dos componentes entre os índices 0,4 a 0,5, do mesmo modo para as categorias de 0,7 a 0,8 ou mais, constituíram 122 itens ou 33,89% das unidades.

Desse modo, o Gráfico 10 revela que mais de 60% das cidades analisadas pela correlação entre população em relação ao IDH estão no meio dos indicadores 0,5 e 0,7, caracterizando o desenvolvimento como médio, isso significa dizer que os critérios estabelecidos para avaliação dos três principais aspectos do índice como: educação, saúde e renda estão dentro da margem esperada para um país como o Brasil.

Gráfico 10 – Correlação entre o IDH a população das cidades nas eleições de 2016



Fonte: Elaboração própria (2022)

Outrossim, destacamos o comportamento da dispersão dos elementos do Gráfico 10 que correlaciona a população e o IDH, nessa relação entre variáveis verificamos que quando o município possui menos habitantes esse tem uma predisposição de obter um índice de desenvolvimento mais baixo, entretanto, quando a cidade dispõe de uma população maior há uma propensão de atingir índices mais altos.

Ademais, no próximo capítulo iremos identificar e mensurar as dinastias políticas nos municípios brasileiros, com base nas características das cidades e nos atributos dos políticos que conjuntamente já foram apresentados e esmiuçados por essa pesquisa, dessa forma, vamos investigar e selecionar conforme o método proposto, as cidades que tem inclinações para o governo dos clãs políticos.

CAPÍTULO 3

O capítulo 3 está estruturado da seguinte forma, primeiramente é discorrida uma sucinta introdução sobre o contexto da seção, em seguida, no próximo campo é realizada uma explanação sobre a metodologia e o processo de instrumentalização utilizado para mensurar a prevalência das dinastias políticas nas cidades. Na sequência, foram realizadas as estimativas das dinastias políticas nos municípios brasileiros, seguidas das análises sobre os resultados dessa investigação. Ao final, realizamos mais duas averiguações para confronto das informações no sentido de validar a metodologia utilizada.

Capítulo 3 – Mensuração das dinastias políticas nos municípios brasileiros

Nesse momento trataremos a identificação e mensuração das dinastias políticas por meio da seleção das cidades brasileiras, que ocorreram mediante três amostras estabelecidas para essa pesquisa, dessa forma, utilizamos a base de dados do Portal Dados Abertos do TSE (2022), que dispõe publicamente de planilhas com informações sobre todos os políticos postulantes aos cargos eletivos para o pleito municipal de 2016.

3.1- Metodologia da prevalência das dinastias políticas nas cidades brasileiras

Inicialmente construímos um banco de dados com os 360 municípios selecionados, ordenados nos seus respectivos Estados, em seguida associamos as cidades aos nomes e sobrenomes dos prefeitos que foram eleitos em 2016. Na sequência destacamos o sobrenome dos respectivos gestores dos municípios, por meio da função “Formatação Condicional” do Excel, assim, conseguimos identificar as correspondências entre os nomes de políticos em cargos eletivos (vereadores, prefeitos, deputados federais e estaduais).

Dessa forma, realizamos vários tipos de buscas nos arquivos do TSE, acompanhado das consultas na plataforma do Tribunal Eleitoral (Divulgação de candidaturas e contas eleitorais), para ser possível evidenciar se os cognomes dos prefeitos possuem alguma relação com os demais políticos eleitos no Estado.

Portanto, para realizar esse procedimento de investigação, foram utilizados recursos automatizados para identificar os dados dos políticos, desse modo, conduzimos essa

averiguação através da formatação condicional, que é um mecanismo do Excel baseado em regras pré-estabelecidas por meio de uma condicionante.

Assim, a ferramenta “formatação condicional” foi indispensável quando se projetou enfatizar de modo instantâneo (visualmente) a importância para uma determinada ocorrência, de modo que, essa função proporcionou a utilização dos formatos das células de maneira seletiva e automatizada com base em seu conteúdo (Laureano e Pedrosa, 2016).

Logo, iniciamos o processo de verificação individual para cada gestor público do executivo municipal, no sentido de identificar um possível reconhecimento familiar com os demais integrantes da política estadual (vereadores, prefeitos e deputados), estabelecendo como propósito auferir de alguma maneira o parentesco entre esses políticos.

Entretanto, para aplicar esse método, realizamos as buscas fundamentadas nos sobrenomes dos prefeitos a serem investigados, pautando-se principalmente em epítetos compostos. Por conseguinte, realizamos o processo no Excel, observando os seguintes passos: (formatação condicional/ nova regra/ formatar as células que contenham/ texto específico/ sobrenome/ formatar). Esse foi o caminho utilizado para identificar os sobrenomes congêneres entre os políticos.

Destaca-se ainda que outro caminho que utilizamos para o reconhecimento das famílias políticas se deu através do uso das palavras-chave na plataforma de busca do “Google”, que por meio de combinações de palavras específicas (político+cidade) ou (genitores+cidade), foi possível identificar vários vínculos de parentescos dos políticos investigados.

Além disso, no momento em que identificamos as cidades, cujos políticos possuem uma semelhança de sobrenomes com o prefeito investigado para o mencionado Estado, imediatamente, separamos e qualificamos o referido município com a denominação “dinastias políticas”, em seguida para validar o processo, comparamos os nomes dos políticos e de seus genitores por meio das certidões dos candidatos disponíveis no Portal do TSE.

Nesse mesmo contexto, que trata as certidões de cada candidato, onde os postulantes aos cargos eletivos devem postar eletronicamente seus documentos comprobatórios, para que, o TSE possa atestar a sua idoneidade como cidadão nas esferas cíveis e criminais, permitindo o pleno gozo das atividades políticas do indivíduo.

Portanto, esses documentos (certidões) plotados na plataforma do TSE pelos candidatos pretendentes a um cargo público, apresentam as informações pessoais dos políticos que foram utilizadas para um confronto de dados, com objetivo de validar o processo de investigação, comparamos os genitores dos prefeitos com os pais dos demais candidatos.

Outro mecanismo que ajudou bastante nas buscas para identificar os parentescos dos prefeitos foram as consultas na interface do TSE, esse dispositivo não só contribuiu para

detectar os sobrenomes semelhantes dos políticos no mesmo município, como também, expandiu a consulta para os diversos cargos eletivos.

Assim, simultaneamente no ambiente virtual do TSE, ocorreram os confrontos das informações encontradas pelas buscas nos documentos pessoais e certidões dos políticos que foram anexadas na referida plataforma, desse modo, identificamos as evidências de parentescos por meio da confrontação desses comprovantes de identificação pessoal, ou seja, quando comparamos as informações de dois ou mais parentes foi possível reconhecer as relações consanguíneas.

É importante mencionar que outros meios também foram utilizados para identificar as dinastias políticas nos municípios brasileiros, dessa forma, fizemos consultas e investigações nos portais institucionais das prefeituras, de modo que, encontramos nos websites de algumas cidades a galeria de ex-prefeitos, da mesma maneira, consultamos e averiguamos os registros de ex-parlamentares disponíveis nas plataformas das câmaras municipais e estaduais, assim como, na câmara dos deputados e no senado federal.

Além disso, realizamos uma busca direcionada a primeira dama e o primeiro cavalheiro do município, no sentido de identificar algum cargo eletivo ocupado pelo cônjuge do gestor municipal, assim, procuramos reconhecer se a companheira do prefeito foi nomeada para alguma função municipal, pois, tradicionalmente a esposa do administrador da cidade exerce os cargos de secretária da assistência social, na gestão da saúde, ou na pasta da educação, essas funções lhe proporcionam uma grande visibilidade política.

Da mesma forma, elaboramos outra investigação direcionada aos pais dos prefeitos por meio do mecanismo de pesquisa “Google”, com o propósito de identificar algum indício de vínculo político nos genitores dos dirigentes dos municípios, assim, verificamos a paternidade do administrador público, com base na coleta de informações disponíveis nas certidões eleitorais.

Entretanto, somente foram reconhecidas as cidades conforme as dinastias políticas, aqueles municípios que passaram pelo crivo das certidões documentais do TSE e, somente assim puderam confirmar os requisitos de identificação familiar entre os membros políticos, portanto, a identificação que caracterizou o reconhecimento da dinastia política, só foi finalizada após a confirmação documental familiar fornecido pelas certidões eleitorais.

Desse modo, considerando os aspectos metodológicos utilizados no sentido de identificar e mensurar as cidades que possuem uma predisposição para as dinastias políticas, elaboramos a Tabela 26, esta por sua vez contempla os resultados auferidos pelo reconhecimento dos municípios brasileiros que apresentaram comprovação para o fenômeno político dos clãs familiares.

Portanto, a Tabela 26 revela um reconhecimento original das dinastias políticas nos municípios selecionados. Para isso, empregamos, conforme a ilustração mencionada, uma percentagem para as ocorrências que determinam a participação do fenômeno político familiar em cada uma das unidades federativas.

3.2- Prevalência das dinastias políticas nos municípios brasileiros

Sendo assim, na Tabela apresentada posteriormente é possível identificar os 26 entes federados que compõem o território brasileiro com seus respectivos municípios selecionados pela amostra, de maneira que, cada cidade selecionada foi investigada para fins de apuração das dinastias políticas, que teve como base fundamental o reconhecimento familiar na política estadual pelo mesmo sobrenome do prefeito eleito no ano de 2016.

Tabela 26 – Identificação das Dinastias Políticas nos municípios brasileiros

Estados	Municípios selecionados	Identificados pelas Dinastias Políticas	Percentual %
Acre	03	01	33,33
Alagoas	07	02	28,57
Amazonas	02	00	0,00
Amapá	01	01	100,00
Bahia	25	07	28,00
Ceará	07	01	14,28
Distrito Federal	00	00	0,00
Espírito Santo	07	01	14,28
Goiás	13	03	23,07
Maranhão	18	08	44,44
Minas Gerais	48	11	22,91
Mato Grosso do Sul	11	05	45,45
Mato Grosso	13	02	15,38
Pará	14	01	7,14
Paraíba	18	08	44,44
Pernambuco	11	03	27,27
Piauí	15	09	60,00
Paraná	28	07	25,00
Rio de Janeiro	04	01	25,00
Rio Grande do Norte	11	04	36,36
Rondônia	07	00	0,00
Roraima	00	00	0,00
Rio Grande do Sul	27	07	25,92
Santa Catarina	19	01	5,26
Sergipe	03	00	0,00
Tocantins	09	02	22,22
São Paulo	39	09	23,07
	360	94	26,11

Fonte: Elaboração própria (2022)

Logo, por meio da utilização de diversos recursos metodológicos, foi possível constatar que em média 26,11% das cidades brasileiras apresentam a prevalência de governos municipais

formados pelas dinastias políticas, em vista disso, esses municípios foram associados as suas características que previamente já foram exploradas ao longo dessa pesquisa, porém, iremos destacar os principais aspectos dessas localidades.

Da mesma forma, os políticos qualificados pelas dinastias políticas também já foram caracterizados no decorrer dessa pesquisa, contudo, faz-se necessário dar ênfase e ressaltar os atributos relacionados a esses membros dos clãs políticos, assim, destacamos os 94 prefeitos dos municípios brasileiros classificados pelas dinastias políticas, portanto, essa constatação se desenvolveu por meio de um processo que perpassou por várias etapas de investigação para ser possível à validação do método.

Assim, conforme a Tabela 26, destacamos algumas características pertinentes às dinastias políticas nos municípios brasileiros, dessa forma, enfatizamos que foi o estado do Amapá que teve maior adesão ao governo dos clãs políticos, porém, esse território dispôs de apenas uma cidade representada para essa averiguação.

Em outra análise na Tabela 26, verificamos que os municípios do estado do Piauí apresentaram uma grande inclinação para as dinastias políticas, pois, evidenciamos que 60% das cidades analisadas foram identificadas com a gestão das famílias políticas, portanto, esse foi o perímetro que mais se destacou proporcionalmente para o governo dos clãs políticos, tendo em vista que dos 15 municípios selecionados nove foram reconhecidos pela administração política familiar.

Nesse mesmo contexto, destacamos mais três estados brasileiros que tiveram suas cidades em destaque para essa investigação, conforme menciona a Tabela 26, portanto, elencamos respectivamente as regiões do Maranhão, Mato Grosso do Sul e Paraíba, esses entes federativos obtiveram por meio de seus municípios uma média de 45% de identificação para com as dinastias políticas, conseqüentemente, esse percentual se sobressai em relação as demais unidades averiguadas.

Entretanto, é importante observar que nos estados do Amazonas, Rondônia e Sergipe, não foi possível identificar em nenhuma cidade a ocorrência das dinastias políticas. Ressaltamos que os mesmos métodos foram utilizados de forma equitativa. Ademais, em outros entes federados, como Distrito Federal e Roraima, também não conseguimos reconhecer qualquer indício das dinastias políticas, em virtude da não seleção pela amostra para essas localidades.

Outro ponto em destaque na análise da Tabela 26 diz respeito a quantidade de estados por regiões, dessa forma, iremos identificar a divisão territorial brasileira e suas representatividades na perspectiva das dinastias políticas, portanto, exibimos na Tabela 27 as

zonas regionais com o quantitativo e o percentual de municípios classificados pelos governos das famílias políticas.

Portanto, na Tabela 27 é possível identificar várias observações importantes, visto que, as cidades que mais se destacam na pesquisa estão na região Nordeste com 44,68% de reconhecimento para as dinastias políticas, seguida, proporcionalmente dos municípios situados no Sudeste com uma representação das famílias políticas na ordem de 23,40%. É relevante destacar que o Sul também apresentou um grande direcionamento para o governo dos clãs familiares, dado que, apesar de possuir apenas três estados, esse território identificou 15,96% das cidades para a administração política das famílias.

Tabela 27 – As regiões brasileiras classificadas pelas dinastias políticas

Região	Unidades Federativas	Municípios da amostra	Percentual %	Dinastias Políticas	Percentual %
Nordeste	9	115	31,94	42	44,68
Sudeste	4	98	27,22	22	23,40
Sul	3	74	20,56	15	15,96
Centro-oeste	4	37	10,28	10	10,64
Norte	7	36	10,00	05	5,32
	27	360	100	94	100

Fonte: Adaptado de IBGE (2022).

Nesse mesmo contexto, a Tabela 27 também apresenta um destaque para a região Centro-oeste, pois, esse referido território quando comparado com o Norte, exibe algumas particularidades associadas às dinastias políticas, assim, apesar de contemplar apenas quatro unidades federativas integrando 37 municípios para a amostra obteve uma participação de 10,64% para as dinastias políticas, ou seja, o dobro da divisão territorial do Norte, que com 36 cidades atingiu apenas 5,32% de representação para os clãs familiares.

Além disso, a Tabela 27 proporcionou um estudo importante por revelar as características das dinastias políticas nas regiões brasileiras, de modo que, somente as cidades do Nordeste e Sudeste representam quase 68% de toda a amostra das famílias políticas, entretanto, os municípios localizados nas divisões do Centro-oeste, Norte e Sul retratam 32% dos clãs políticos no território brasileiro.

Outro ponto a ser observado na Tabela 27 trata-se de uma média acerca das dinastias políticas, pois, encontramos 94 elementos, ou seja, 26,11% da amostra representam as famílias políticas, porém, a média entre as regiões é 18,80%, o que significa dizer que temos alguns territórios com maiores inclinações para os clãs familiares do que outros, assim, a divisão territorial do Nordeste destoa entre as demais regiões com valor acima da média.

Ainda sobre os dados das Tabelas 26 e 27, se faz necessário demonstrar as características das cidades e dos políticos desses municípios que possuem dinastias políticas, dessa forma, espera-se compreender melhor sobre o ambiente social e político que é mais favorável para a frequência dos clãs familiares, bem como, entender os atributos demográficos dessas cidades.

3.2.1- Características dos municípios brasileiros que possuem dinastias políticas

Para essa finalidade, elaboramos a Tabela 28 com o propósito de apresentar as características da população nas 94 cidades reconhecidas pelas dinastias políticas, desse modo, iremos qualificar esses municípios conforme o seu tamanho ou porte, assim, a referida ilustração irá descrever ordenadamente a relação das cidades por categorias.

Portanto, segundo a Tabela 28, podemos observar alguns atributos associados as cidades reconhecidas pelas dinastias políticas, dessa forma, conforme a distribuição demográfica é possível identificar aproximadamente 61% dos municípios que possuem até 20.000 habitantes, logo, essa observação é bastante importante para a pesquisa, tendo em vista que mais da metade das famílias políticas que governam as cidades brasileiras estão concentradas em municípios de pequeno porte I (IBGE, 2021).

Tabela 28 – Classificação do porte das cidades brasileiras selecionadas pela amostra

Municípios	População	Elementos da amostra	Dinastias políticas
Municípios de Pequeno Porte I	até 20.000 habitantes	240	57
Municípios de Pequeno Porte II	de 20.001 até 50.000 habitantes	76	22
Municípios de Médio Porte	de 50.001 até 100.000 habitantes	24	05
Municípios de Grande Porte	de 100.001 até 900.000 habitantes	19	09
Metrópole	900.001 ou mais habitantes	01	01

Fonte: Adaptado de IBGE (2022).

Nesse mesmo sentido, a Tabela 28 identifica que 23% das cidades administradas pelos clãs políticos apresentam população entre 20.001 e 50.000 habitantes, sendo consideradas ordenadamente como municípios de pequeno porte II. Essa distribuição populacional constata que 84% dos municípios brasileiros classificados pelo fenômeno político familiar das dinastias são constituídos por municípios de pequeno porte.

Diante desse contexto, conforme a Tabela 28, apenas 15 cidades selecionadas pela amostra das dinastias políticas possuem uma população acima de 50.001 habitantes, isso representa 16% em um universo de 94 elementos que estão distribuídos entre as demais classificações, além disso, os portes habitacionais dessas cidades possuem a seguinte

distribuição, cinco observações, ou 5,32% dos municípios são de médio porte, outras nove cidades ou 9,57% são de grande porte, e por fim, apenas um único município, ou 1,06% é considerado metrópole.

Outro ponto que merece ser observado na Tabela 28 trata-se de um desdobramento dos municípios de pequeno porte I, que possuem até 20.000 habitantes e uma representatividade de 60% na amostra, dessa forma, reordenamos essas cidades, no sentido de identificar os municípios com até 5.000 habitantes, entre 5.001 e 10.000 pessoas, de 10.001 até 15.000 cidadãos, e entre 15.001 e 20.000 indivíduos.

Então, esse novo reordenamento populacional das cidades de pequeno porte I tem o propósito de restabelecer e reclassificar quantitativamente as áreas de concentrações demográficas dos municípios de até 20.000 habitantes, assim, esses recortes podem indicar e corroborar com algumas teorias, as quais relatam que nas pequenas cidades brasileiras existem uma grande dependência socioeconômica dos grupos políticos familiares (De Souza, 2020).

Ademais, para essa finalidade, elaboramos a Tabela 29 no sentido de extrair em detalhes a concentração populacional em quatro divisões distintas e progressivas de habitantes nos municípios de pequeno porte I, que estão disponíveis na amostra representativa das cidades brasileiras classificadas pelas dinastias políticas.

Assim, segundo a Tabela 29, constatamos que em um universo de 57 cidades, correspondentes aos municípios brasileiros de pequeno porte I e reconhecidos pelas dinastias políticas, estão disponíveis as seguintes composições demográficas: 31% possuem até 5.000 habitantes, 33% apresentam entre 5.001 e 10.000 pessoas, 20% dispõem entre 10.001 e 15.000 indivíduos, e 16% reportam entre 15.001 e 20.000 cidadãos.

Tabela 29 – Reordenamento da amostra nas cidades brasileiras de pequeno porte I

População	Elementos selecionados
Até 5.000 habitantes	18
De 5.001 até 10.000 habitantes	19
De 10.001 até 15.000 habitantes	11
De 15.001 até 20.000 habitantes	09

Fonte: Adaptado de IBGE (2022).

Dessa forma, conforme a Tabela 29, aproximadamente 85% das cidades brasileiras de pequeno porte I que foram identificadas pelas dinastias políticas, possuem até 15.000 habitantes, portanto, essa constatação reforça o argumento de alguns autores quanto à existência de uma predisposição das pequenas cidades brasileiras para a política dos clãs familiares, essas

alegações partem do pressuposto de que quanto menor for o município mais dependente será da política (De Souza, 2020).

Porém, como o foco da pesquisa é mensurar as dinastias políticas nos municípios brasileiros, não foi possível estabelecer uma relação plausível que constate que as pequenas cidades brasileiras possuem uma maior propensão para as dinastias políticas, tendo em vista que 66% dos municípios brasileiros possuem até 20.000 habitantes (IBGE, 2022).

Em outro contexto, observamos além dos atributos demográficos das cidades reconhecidas pelas dinastias políticas, nessa conjuntura, examinamos esses municípios na perspectiva do Produto Interno Bruto (PIB), com o propósito de apresentar mais características que fundamentem a identificação das cidades brasileiras relacionadas pelas dinastias políticas.

Sendo assim, elaboramos a Tabela 30 para mensurar a riqueza dos municípios brasileiros classificados pelo governo dos clãs familiares, dessa forma, associamos as cidades reconhecidas pelas dinastias políticas e sua posição no PIB de 2017, de modo que, seja possível relacionar essas urbanizações com um indicador econômico.

Portanto, a Tabela 30 apresenta uma distribuição ordenada e crescente da posição do PIB de 2017 das cidades brasileiras selecionadas pela amostra, e classificadas pelos critérios estabelecidos para o reconhecimento das dinastias políticas, logo, esses municípios foram associados a um indicador econômico que estimou a quantidade de riqueza circulante em cada cidade definida por esse estudo.

Dessa forma, extraímos as informações econômicas por meio do Produto Interno Bruto das cidades brasileiras selecionadas que representam as dinastias políticas, conforme a distribuição estabelecida na Tabela 30, logo, esses indicadores direcionam as riquezas das cidades, e apresentaram alguns pontos relevantes para essa pesquisa.

Tabela 30 – Relação entre o PIB 2017 e as cidades brasileiras com dinastias políticas

Posição no PIB 2017	Quantidade de cidades
01 – 100	06
101 – 999	16
1000 – 1999	15
2000 – 2999	14
3000 – 3999	10
4000 – 4999	21
5000 – 5570	12

Fonte: Adaptado de IBGE (2022).

Assim, elencamos primeiramente as divisões sobre as concentrações de riquezas dos municípios qualificados pelas dinastias políticas, que estão disponíveis por ordem de importância na Tabela 30, as quais destacamos as posições entre 4000 e 4999, esta classificação

representa 22% da amostra, ou seja, é a especificação mais importante da análise, pois, apresenta uma concentração significativa de elementos quanto aos aspectos econômicos dos municípios estabelecidos por essa amostra.

Outro ponto relevante a ser observado na Tabela 30 trata-se da identificação de apenas seis cidades (Goiânia–GO, Natal–RN, Itajaí–SC, Juiz de Fora–MG, Ponta Grossa–PR, Cabo de Santo Agostinho–PE) que fazem parte do ranking dos 100 primeiros municípios brasileiros com maior participação no Produto Interno Bruto, esse levantamento está em conformidade com a lista das cidades por ordem de importância, disponíveis no PIB Brasil de 2017, segundo a divulgação realizada pelo órgão censitário (IBGE, 2022).

Na Tabela 30, é possível observar que entre as posições 101/999, 1000/1999 e 2000/2999, têm respectivamente 16, 15 e 14 elementos representativos, significando uma estabilidade das observações nessas subdivisões, as quais possuem uma frequência aproximada, entretanto, entre a distribuição 3000/3999 identificamos 10 cidades, representando um decréscimo de comportamento na frequência do indicador econômico dessas observações.

Sendo assim, a Tabela 30, apresenta na divisão 5000-5570 uma representação de 12 cidades, as quais integram o universo constituído por 94 municípios, ordenados conforme as posições no PIB Brasileiro de 2017, dessa forma, recordamos que essas cidades foram selecionadas por uma amostra e posteriormente reconhecidas pelas dinastias políticas.

Além disso, também realizamos a associação das 94 cidades brasileiras identificadas pelo governo dos clãs familiares com os seus respectivos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para ser possível compreender a expectativa da qualidade de vida das pessoas que residem nesses municípios, portanto, através da relação do IDH (2010) e das cidades brasileiras reconhecidas pelas dinastias políticas, podemos avaliar a perspectiva do desenvolvimento humano nessas localidades.

Por isso, elaboramos a Tabela 31 no sentido de identificar e compreender o posicionamento do IDH (2010) das cidades brasileiras reconhecidas pelas dinastias políticas, as quais serão apresentadas e classificadas conforme o referido índice de desenvolvimento, utilizado para avaliar o bem-estar social dos indivíduos que residem nessas localidades.

Tabela 31 – Relação entre o IDH 2010 e as cidades brasileiras com dinastias políticas

Grupo de IDH	Classificação no IDH 2010	Quantidade de cidades
IDH Baixo	0,000 – 0,499	0,0
IDH Médio	0,500 – 0,799	94
IDH Alto	0,800 – 0,899	0,0
IDH Muito Alto	0,900 – 1,000	0,0

Fonte: Adaptado de (Atlas Brasil, 2010).

Dessa forma, alocamos por meio da Tabela 31 todos os municípios brasileiros da amostra reconhecidos pelas dinastias políticas em 2016, e associamos as classes dos seus respectivos índices de desenvolvimento humano, consequentemente, essa relação conjunta teve como propósito elucidar questões sobre a qualidade de vida nestas cidades.

Portanto, segundo os critérios estabelecidos pelo IDH 2010, todos os municípios brasileiros selecionados pela amostra das dinastias políticas foram identificados no grupo do IDH Médio, ou seja, essas cidades obtiveram indicadores entre 0,500 e 0,799 apresentando uma característica esperada para um país como o Brasil.

Neste sentido, faz-se necessário destacar algumas dessas cidades em relação ao IDH 2010, assim, conforme o Atlas Brasil (2010), os dez primeiros municípios que mais se aproximaram do IDH Alto foram respectivamente: Goiânia-GO (0,799), Itajaí-SC (0,795), Santa Barbara d'Oeste-SP (0,781), Ourinhos-SP (0,778), Juiz de Fora-MG (0,778), Veranópolis-RS (0,773), Ituverava-SP (0,765), Natal-RN (0,763), Ponta Grossa-PR (0,763), Panambi-RS (0,761).

Diante desse contexto, vale destacar que vários desses municípios que tiveram um IDH relativamente alto na perspectiva dessa pesquisa também se destacaram com um PIB elevado, porém, essa constatação não se aplica a todos os elementos selecionados pela amostra das dinastias políticas, visto que, o Produto Interno Bruto é apenas um dos componentes que fazem parte da constituição do Índice de Desenvolvimento Humano.

Outro ponto a ser observado nas cidades classificadas pelas dinastias políticas que possuem o IDH próximo ao nível alto é que esses municípios estão mais situados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste, ou seja, essas unidades da federação fazem parte dos territórios brasileiros considerados mais abastados.

Da mesma maneira, apresentamos na Tabela 31 as cidades que obtiveram um indicador próximo ao IDH baixo, conforme o Atlas Brasil (2010), logo, relacionamos em ordem de importância esses municípios que tiveram os seus índices próximos de 0,500, portanto, listamos na devida ordem as dez cidades brasileiras selecionadas pelas dinastias políticas com os menores indicadores: Monte Santo-BA (0,506), Pau D'Arco do Piauí-PI (0,514), Inajá-PE (0,523), Campos Largo do Piauí-PI (0,528), Cacimbinhas-AL (0,531), Miguel Alves-PI (0,539), Mari-PB (0,548), São Domingos-PB (0,548), Porto-PI (0,549), São José do Piauí-PI (0,552).

Consequentemente, de forma oposta as cidades com um IDH próximo a alto, os municípios que registram os índices de desenvolvimento próximos ao IDH baixo estão mais concentrados nas regiões Nordeste e Norte do Brasil, assim, as dez primeiras cidades

selecionadas pela amostra das dinastias políticas que possuem os menores indicadores de qualidade de vida estão situadas no Nordeste brasileiro.

3.2.2- Atributos dos prefeitos dinásticos nos municípios brasileiros

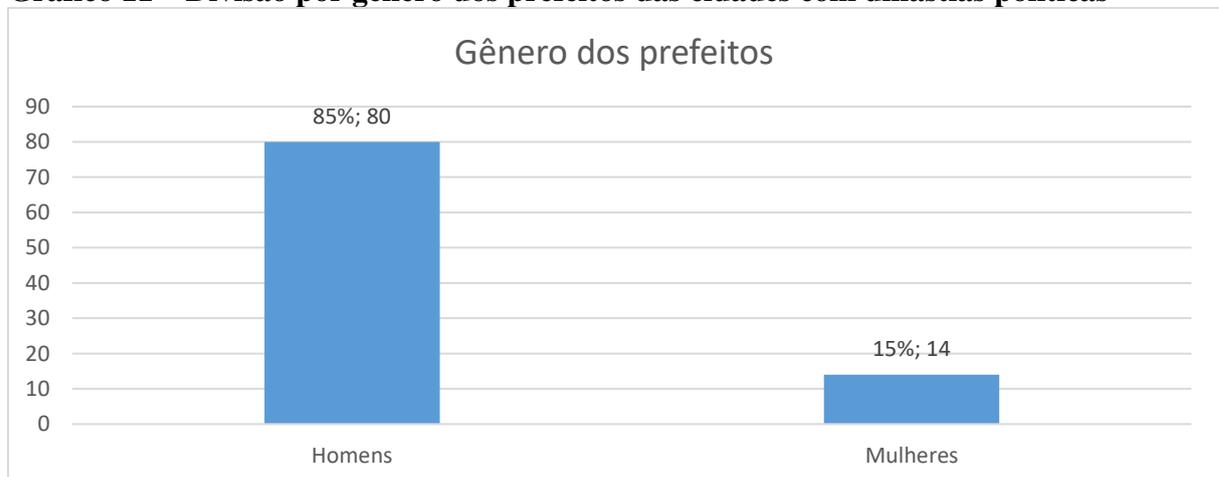
Portanto, assim como realizamos as caracterizações dos municípios brasileiros selecionados pela amostra das dinastias políticas, apresentamos nessa seção as peculiaridades atribuídas aos prefeitos dessas cidades, dessa forma, utilizamos as mesmas variáveis de interesse apresentadas no capítulo anterior para descrever os gestores municipais que pertencem às famílias políticas.

Desse modo, descrevemos algumas características dos gestores municipais selecionados por essa amostra, e se enquadraram na classificação das dinastias políticas, logo, utilizamos nessa apresentação alguns elementos que já foram anunciados na seção anterior, porém, com ênfase nas observações reconhecidas pelos governos das famílias políticas.

Então, consoante as variáveis de interesse anteriormente apresentadas, a primeira característica associada aos prefeitos com origens nas dinastias políticas que iremos descrever é a divisão por gênero, ou seja, a classificação entre homens e mulheres no governo dos clãs políticos das cidades brasileiras.

Deste modo, elaboramos o Gráfico 11, no sentido de compreender as especificidades entre homens e mulheres integrantes dos clãs políticos nos municípios brasileiros, de modo que, separamos por gêneros os gestores públicos municipais, selecionados pela amostra nas eleições de 2016 e qualificados como membros das dinastias políticas.

Gráfico 11 – Divisão por gênero dos prefeitos das cidades com dinastias políticas



Fonte: Elaboração própria (2023).

Assim, conforme o Gráfico 11 estabelecemos a classificação entre os gêneros dos prefeitos que foram reconhecidos pelas dinastias políticas nas eleições de 2016, dessa forma, separamos esses gestores municipais entre masculino e feminino, logo, obtivemos em um universo representativo de 94 elementos, as seguintes proporções, 80 homens e 14 mulheres, desse modo, esse pensamento ratifica as vantagens eleitorais para os candidatos do sexo masculino (Anzia e Berry, 2011).

Portanto, segundo as informações do Gráfico 11 que apresenta a participação das mulheres nas dinastias políticas, é possível compreender que essa referência vem corroborar com as pesquisas de Folke, Rickne e Smith (2021); Labonne, Parsa e Querubin (2019), nas quais apresentam que as dinastias políticas favorecem a participação feminina na política dos municípios brasileiros.

Em outra perspectiva, analisamos o estado civil dos prefeitos reconhecidos pelas dinastias políticas nos municípios brasileiros, portanto, verificamos a condição matrimonial dos políticos selecionados por essa amostra. Dessa forma, elaboramos a Tabela 32, no sentido de apresentar a situação conjugal dos gestores municipais integrantes dos clãs políticos, os quais refletiram na identificação das famílias políticas nas cidades brasileiras.

Tabela 32 – Estado civil dos prefeitos identificados pelas dinastias políticas

Condição matrimonial	Quantidade
Solteiro	11
Casado	67
Separado	02
Divorciado	09
Viúvo	05

Fonte: Elaboração própria (2023).

Logo, conforme a Tabela 32 é possível observar que 71,28% dos prefeitos possuem o estado matrimonial como casado, entretanto, a condição de solteiro representa 11,70% da amostra, assim como, a categoria de divorciado quantifica 9,57% do universo, o regime de viúvo evidencia 5,32% dos elementos, e por fim, os separados constituem 2,13% do todo.

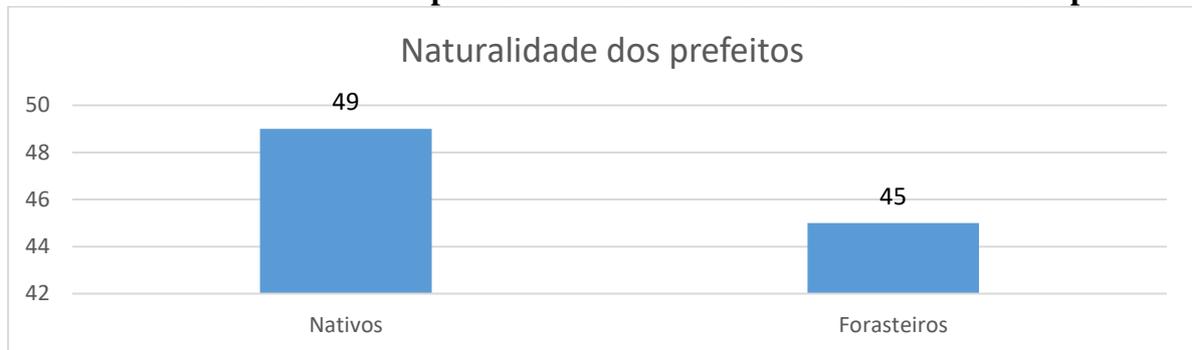
Neste mesmo ponto de vista, realçamos o estado civil com a situação de casado que contempla mais de 70% dos prefeitos, portanto, essa informação fortalece os argumentos de vários estudos sobre as dinastias políticas que tratam a constituição das famílias para o fortalecimento dos clãs políticos (Folke, Rickne e Smith, 2021).

Em outro contexto, observamos a naturalidade dos prefeitos que foram selecionados pela amostra das dinastias políticas, no sentido de se conhecer a origem desses gestores públicos municipais, de forma que, realizamos as divisões entre os administradores nativos, cujo local

de nascimento é a cidade que estão governando, e os demais gestores públicos que não são nascidos nos municípios dos quais se tornaram prefeitos.

Para esse propósito desenvolvemos o Gráfico 12, no sentido de identificar a origem ou naturalidade dos prefeitos classificados pelas dinastias políticas, pois, somente assim será possível constatar algumas teorias que associam diretamente os políticos nativos aos clãs familiares, entretanto, compreendemos que essa relação pode ter alguma influência, porém, não é unânime, pois, encontramos políticos considerados forasteiros em uma proporção considerável que se enquadram nas dinastias políticas (Barros et al., 2000).

Gráfico 12 – Naturalidade dos prefeitos das cidades brasileiras com dinastias políticas



Fonte: Elaboração própria (2023).

Portanto, é evidente a pequena diferença entre os prefeitos considerados nativos, quando comparados com os gestores municipais julgados como forasteiros, assim, em números proporcionais os administradores nascidos no próprio município formaram uma pequena maioria com 49 ou 52%, entretanto, os governantes municipais não nascidos nas cidades selecionadas pela amostra registraram 45 ou 48% em um universo de 94 elementos.

Todavia, o Gráfico 12 apresenta informações relevantes que corroboram com as características das dinastias políticas, visto que, na amostra inicial com as 360 cidades brasileiras tinham as seguintes proporções, 56,67% dos prefeitos constituíam os não originários dos municípios em que foram prefeitos, e 43,33% eram os nativos das cidades que se elegeram gestores municipais.

Por isso, entendemos que essa comparação entre os prefeitos nativos e não nativos, favorece a compreensão de que as dinastias políticas se tornam mais intensas quando as cidades estão sob a tutela dos prefeitos nativos, dessa forma, é possível perceber no Gráfico 12 um incremento médio de 8% no percentual dos gestores públicos municipais integrantes dos clãs políticos familiares.

Portanto, em relação à idade dos políticos reconhecidos pelas dinastias nas cidades selecionadas por essa amostra, foi possível identificar a faixa etária dos 94 prefeitos que governam os municípios classificados pelos clãs familiares, em razão disso, elaboramos a Tabela 33 para exibir o intervalo entre as idades desses gestores públicos.

Tabela 33 – Idade dos prefeitos das cidades brasileiras com dinastias políticas

Idade dos prefeitos	Quantidade
20 – 29 anos	01
30 – 39 anos	17
40 – 49 anos	27
50 – 59 anos	27
60 – 69 anos	19
70 – 79 anos	01
Acima de 80 anos	02

Fonte: Elaboração própria (2023).

Dessa forma, conforme a Tabela 33 é possível reconhecer a média das idades dos prefeitos eleitos em 2016, os quais foram identificados pelas dinastias políticas nas cidades brasileiras, portanto, verificamos que o político mais novo possui 26 anos e o mais velho tem a idade de 83 anos, entretanto, a média etária entre os gestores públicos é de 50 anos.

Assim, observamos na tabela 33 que os prefeitos provenientes das famílias políticas estão mais concentrados na faixa etária entre 40 e 59 anos, ou seja, esse intervalo de idades representa 57,45% entre os 94 indivíduos. Contudo, os políticos cujas idades estão entre 20 e 39 anos quantificam 19,15% do total, assim como, os administradores municipais que estão no intervalo etário entre 60 e 79 anos, esses reproduziram 21,28% do total, e por fim, os gestores públicos que possuem acima de 80 anos quantificam 2,12% do universo amostral.

Em outra perspectiva estratificamos a raça declarada pelos prefeitos selecionados pela amostra das dinastias políticas, nesse contexto, observamos quais as etnias reveladas pelos gestores municipais oriundos das famílias políticas, para isso, elaboramos a Tabela 34 no sentido de conhecer o perfil relacionado à descendência racial dos gestores municipais integrantes dos clãs políticos.

Tabela 34 – Raça dos prefeitos das cidades brasileiras com dinastias políticas

Etnia dos prefeitos	Quantidade
Branca	64
Preta	03
Parda	25
Amarela	02

Fonte: Elaboração própria (2023).

Nessa conjuntura, relacionamos a raça declarada ao TSE pelos prefeitos eleitos em 2016 selecionados por essa amostra, dessa maneira, identificamos a etnia dos políticos com o propósito de conhecer a origem desses gestores públicos municipais, assim, inferimos que 68% declararam ser da cor branca, outros 27% informaram ser da raça parda, 3% disseram ser de descendência preta, e por fim, 2% informam ser de origem amarela.

Ademais, em concordância com a Tabela 34, foi possível compreender por meio da literatura que, alguns candidatos postulantes aos cargos eletivos na política brasileira, possuem vantagens eleitorais que não são exclusivamente para os integrantes das famílias dinásticas, mas também para os candidatos da raça branca (Broockman e Soltas, 2020).

Da mesma forma, investigamos a escolaridade dos prefeitos selecionados por essa amostra, no sentido de tornar possível compreender o nível de formação escolar desses políticos, bem como, mensurar a qualificação desses governantes que pertencem às famílias políticas, assim, elaboramos a Tabela 35 para identificar o grau de competência educacional atribuído aos prefeitos dinásticos dos municípios brasileiros.

Tabela 35 – Escolaridade dos prefeitos das cidades brasileiras com dinastias políticas

Nível Escolar	Quantidade
Lê e escreve	01
Ensino Fundamental incompleto	01
Ensino Fundamental completo	05
Ensino Médio incompleto	01
Ensino Médio completo	21
Ensino Superior incompleto	06
Ensino Superior completo	59

Fonte: Elaboração própria (2023).

Portanto, conforme dispõe a Tabela 35, as escolaridades dos prefeitos nas cidades brasileiras reconhecidas pelas dinastias políticas possuem as seguintes distribuições, 62,77% desses governantes afirmam ter o ensino superior completo, outros 22,34% dos gestores municipais declararam possuir o segundo grau completo, assim como, 6,38% comunicaram que possuem o 3º grau incompleto, e 8,5% informaram que não têm o ensino médio.

Nessa mesma circunstância, quando analisamos as ocupações dos prefeitos das cidades brasileiras identificadas pelas dinastias políticas, é possível constatar uma variedade de funções ocupacionais, porém, algumas dessas atividades laborais estão muito associadas aos clãs políticos familiares, portanto, determinadas profissões desenvolvidas por integrantes das famílias políticas facilitam o acesso aos cargos eletivos.

Dessa forma, para poder identificar as várias ocupações desenvolvidas pelos gestores públicos municipais, elaboramos a Tabela 36 no sentido de expandir o rol de atividades

ocupacionais dos administradores municipais, bem como, relacionar as profissões dos prefeitos eleitos em 2016 integrantes das dinastias políticas.

É importante ressaltar que foram catalogadas 26 profissões dos prefeitos reconhecidos pelas dinastias políticas, e que algumas dessas ocupações tiveram destaques quantitativos quando associadas às famílias políticas, visto que, foi possível identificar o protagonismo dessas atividades relacionadas aos clãs políticos.

Assim, na Tabela 36, podemos reconhecer as profissões mais associadas aos prefeitos das cidades brasileiras identificadas pelas dinastias políticas, portanto, as ocupações declaradas pelos governantes municipais que estão mais relacionadas com as famílias políticas são respectivamente, prefeito e empresário, ambas quantificaram 30,85% de todas as atividades laborais informadas pelos gestores públicos.

Do mesmo modo, a Tabela 36 apresenta as demais ocupações declaradas pelos prefeitos, de forma que, relacionamos outras atividades ocupacionais desenvolvidas pelos governantes municipais membros das famílias políticas, portanto, seguem em ordem de importância as funções de aposentado, advogado e outros, que juntas representam 21,28% das profissões autodeclaradas pelos gestores.

Nesse contexto, examinando a Tabela 36, é possível destacar as profissões de administrador e professor, que respectivamente possuem 5,32% cada uma dessas ocupações, na sequência ainda foi possível evidenciar as atividades de agricultor, médico e vereador que quantificaram 4,26% em cada um desses ofícios.

Outro ponto a ser observado na Tabela 36 trata-se da auto declaração dos prefeitos que informaram como ocupação principal ao TSE os respectivos cargos eletivos de vereadores, prefeitos e deputados, portanto, essas funções políticas quantificaram 25,53% da amostra das profissões dos gestores municipais.

Tabela 36 – Ocupações dos prefeitos das cidades brasileiras com dinastias políticas

Profissões dos Prefeitos	Quantidade	Profissões dos Prefeitos	Quantidade
Administrador	05	Funcionário Público Municipal	02
Advogado	06	Gerente	01
Agricultor	04	Jornalista	01
Agrônomo	01	Médico	04
Aposentado	08	Odontólogo	02
Bancário	01	Outros	06
Comerciante	01	Pecuarista	03
Contador	02	Policial Civil	01
Deputado	02	Prefeito	18
Economista	01	Produtor Agropecuário	01
Empresário	11	Professor	05
Engenheiro	02	Tabelião	01
Funcionário Público Federal	01	Vereador	04

Fonte: Elaboração própria (2023).

Logo, é possível compreender na Tabela 36 que a profissão declarada pelo político, está associada a várias condicionantes relacionadas à sua visibilidade eleitoral, portanto, deduzimos ser mais oportuno para um candidato informar sua atividade principal como um profissional liberal ou membro de uma empresa privada, entretanto, pode ser mais vantajoso em certas circunstâncias ser relacionado a um cargo eletivo.

Em outro contexto, acerca da amostra dos municípios brasileiros reconhecidos pelas dinastias políticas, investigamos os níveis de parentesco entre os prefeitos que são integrantes das famílias políticas, nessa perspectiva, desenvolvemos a Tabela 37 que apresenta uma relação entre os membros familiares identificados durante essa pesquisa.

Portanto, através das informações disponíveis na Tabela 37, foi possível estabelecer a relação de parentesco entre os prefeitos identificados pelos clãs políticos familiares nos municípios brasileiros, dessa forma, os relacionamentos consanguíneos foram reconhecidos por meio das certidões do TSE.

Dessa maneira, foi possível o reconhecimento familiar, por meio da identificação dos cônjuges com auxílio do “Google”, e de algumas galerias de ex-prefeitos e ex-vereadores que estão disponíveis nos portais dos municípios, além disso, houve também a inspeção de parentescos dos prefeitos com parlamentares das câmaras legislativas dos Estados e da União.

Tabela 37 – Relação de parentescos políticos dos prefeitos das cidades brasileiras

Dinastias Políticas	Vínculos familiares	Quantidade
Prefeito	Pai	43
	Mãe	03
	Cônjuge	15
	Irmão	20
	Filho	05
	Tio	03
	Sobrinho	02
	Primo	03

Fonte: Elaboração própria (2023).

Assim, na Tabela 37 é possível estabelecer várias considerações sobre os vínculos familiares que identificaram as dinastias políticas nos municípios brasileiros, logo, inferimos que a principal relação entre os clãs familiares na política é instituída principalmente pelos filhos que sucedem os pais, visto que, esse elemento representou 45,74% das conexões familiares.

Da mesma forma, conforme a Tabela 37, outro membro familiar de relevância nas dinastias políticas das cidades brasileiras, são os irmãos dos prefeitos que retrataram uma participação quantitativa de 21,28% entre os integrantes das famílias políticas, ou seja, esse

componente familiar constitui um dos parentes mais próximos quando se trata das sucessões dos clãs políticos.

Nessa mesma circunstância, em concordância com a Tabela 37, outro integrante da família política que merece destaque nessa pesquisa é o cônjuge, portanto, essa observação é bastante representativa quando comparada com os demais elementos, uma vez que, reproduz em média 15,96% do universo das dinastias políticas nos municípios brasileiros.

Nesse sentido, ressaltamos a importância da mulher nas dinastias políticas brasileiras, visto que, a participação das mulheres na política aumenta quando essas estão na condição de herdeiras políticas, ou seja, são componentes de famílias políticas, dessa forma, destacamos que a representação das mulheres se intensifica quando elas são integrantes das dinastias políticas.

É relevante salientar, segundo a Tabela 37 que as relações entre os pais dos prefeitos para com as sucessões das dinastias políticas nas cidades brasileiras retratam uma situação bastante atípica, pois, quantificam apenas 5,32% das ocorrências, determinando que normalmente são os filhos que sucedem os pais nesse desencadeamento político.

Portanto, diante desse contexto identificado na Tabela 37, compreendemos que a relação entre pais e filhos perante as dinastias políticas ocorrem naturalmente com sucessão dos descendentes, visto que, quando associamos um vínculo de parentesco político ao prefeito, a primeira relação familiar que ocorre são os pais que antecedem os atuais gestores municipais.

Em outra conjuntura, quando investigamos as filiações partidárias dos prefeitos reconhecidos pelas dinastias políticas, constatamos algumas particularidades, as quais estão diretamente associadas aos partidos políticos dos gestores municipais integrantes das famílias políticas brasileiras.

Entretanto, é importante apresentar quais são os partidos com as maiores inclinações para os clãs políticos, diante desse contexto, elaboramos a Tabela 38 para essa finalidade, de modo que, descrevemos a relação das organizações partidárias brasileiras que possuem afiliados integrantes das dinastias políticas.

Tabela 38 – Partidos dos prefeitos reconhecidos pelas dinastias políticas

Partidos	Quantidade	Partidos	Quantidade	Partidos	Quantidade
DEM	06	PDT	04	PC DO B	02
PP	07	PMDB	23	PR	07
PPS	01	PSB	06	PROS	01
PSD	10	PSC	02	PT	06
PSDB	16	PV	01	PTB	02

Fonte: Elaboração própria (2023).

Assim, na Tabela 38, os partidos políticos que mais se destacaram entre as cidades brasileiras reconhecidas pelas dinastias políticas foram respectivamente, PMDB (24,47%), PSDB (17,02%) e PSD (10,64%), ou seja, esses três partidos representam juntos 52,13% em um universo de 94 municípios.

Ademais, inferimos por meio da Tabela 38 que, os membros das dinastias políticas dos municípios brasileiros são normalmente filiados aos mesmos partidos dos seus precursores políticos, ou seja, significa dizer que esses prefeitos e seus familiares são integrantes de partidos políticos tradicionais seguindo a ideologia e tradição de seu incumbente.

Logo, ainda conforme a Tabela 38, constatamos que dos 15 partidos políticos que representam os integrantes dos clãs familiares, apenas três dessas organizações contemplam mais de 50% dos respectivos municípios, de modo que, as demais sociedades partidárias, isto é, 12 agremiações constituem proporcionalmente 47,87% das demais representações.

Outrossim, examinamos o contexto patrimonial dos prefeitos selecionados por essa amostra, na perspectiva de compreender a condição econômica dos respectivos políticos, para isso, desenvolvemos a Tabela 39 com o propósito de identificar o valor patrimonial declarado pelos governantes dinásticos municipais.

Portanto, na Tabela 39 é possível identificar algumas especificidades acerca dos patrimônios (bens e direitos) dos prefeitos selecionados pela amostra das dinastias políticas, assim, conforme a referida ilustração, 8,51% desses políticos declararam perante o TSE que não possuem nenhum patrimônio.

Tabela 39 – Patrimônio dos prefeitos das cidades brasileiras com dinastias políticas

Patrimônio – R\$	Quantidade
0,00	08
10.000,00 – 100.000,00	11
100.000,01 – 500.000,00	35
500.000,01 – 1.000.000,00	14
1.000.000,01 – 1.500.000,00	13
1.500.000,01 – 2.000.000,00	04
2.000.000,01 – 5.000.000,00	06
5.000.000,01 ou mais	03

Fonte: Adaptado de TSE (2022a).

Dessa forma, em concordância com a Tabela 39, observa-se que 11,70% dos gestores municipais identificados como membros dos clãs familiares nas cidades brasileiras declaram possuir entre 10 e 100 mil reais como patrimônio total, logo, esses políticos provavelmente devem subestimar seus bens e direitos para evitar possíveis problemas com a justiça, pois, no

caso de algum processo contra o gestor público, o mesmo responde judicialmente com o confisco do seu patrimônio.

Nesse sentido, ainda segundo a Tabela 39, verifica-se que 37,23% dos administradores municipais integrantes das famílias políticas declaram possuir um patrimônio entre 100 e 500 mil reais, visto que, essa classe patrimonial representa a maioria dos gestores públicos municipais investigados por essa pesquisa.

Nessa conjuntura, a Tabela 39 ainda apresenta um grupo patrimonial bastante significativo, que fazem parte dos prefeitos identificados como membros das famílias políticas, assim, esses gestores públicos informaram possuir entre 500 mil e 1,5 milhões de reais como patrimônio, portanto, essa classe de administradores municipais integrantes das linhagens políticas representa 28,72% dos governantes das cidades selecionadas por essa amostragem.

Em seguida, conforme a Tabela 39, elencamos os gestores públicos dos municípios que declararam possuir um patrimônio acima de 1.500.000 reais, logo, esses prefeitos representam 13,83% da amostra em relação ao patrimônio declarado pelos integrantes das famílias políticas no governo das cidades brasileiras.

Ademais, para amparar o entendimento acerca do patrimônio dos prefeitos brasileiros selecionados pela amostragem, realizamos uma análise direcionada a evolução patrimonial dos governantes municipais, visto que, é importante compreender como se comporta a evolução do patrimônio dos gestores das cidades, quando esses são integrantes das dinastias políticas.

Diante desse propósito, elaboramos a Tabela 40 com o desígnio de estabelecer o comportamento do patrimônio dos prefeitos brasileiros membros das dinastias políticas, assim, realizamos uma análise comparativa patrimonial, de maneira que, relacionamos o patrimônio dos políticos quando iniciam nos cargos eletivos e confrontamos com os bens e direitos declarados por esses prefeitos no pleito de 2016.

Tabela 40 – Evolução patrimonial dos prefeitos das cidades com dinastias políticas

Patrimônio	Evolução positiva (+)	Evolução negativa (-)	Quantidade
0,00	0	0	4
10.000,00 – 100.000,00	7	2	9
100.000,01 – 500.000,00	25	7	32
500.000,01 – 1.000.000,00	17	2	19
1.000.000,01 – 1.500.000,00	11	3	14
1.500.000,01 – 2.000.000,00	1	2	3
2.000.000,01 – 5.000.000,00	3	3	6
5.000.000,01 ou mais	4	3	7
	68	22	94

Fonte: Adaptado de TSE (2022b).

Dessa forma, conforme a Tabela 40 foi possível estabelecer uma relação comparativa acerca da evolução patrimonial dos prefeitos integrantes das dinastias políticas, de maneira que, identificamos uma evolução positiva e crescente do patrimônio (bens e direitos) declarados pelos administradores municipais.

Portanto, é possível verificar na Tabela 40 que 74% das ocorrências são de origem positiva para o crescimento patrimonial dos políticos, entretanto, em 26% dos demais casos declarados, estabelecem um cenário negativo ou nulo na evolução do patrimônio do gestor público municipal.

Sendo assim, em concordância com a Tabela 40, os políticos que declararam possuir bens e direitos entre os valores de 100.000,01 e 500.000,00 reais, foram os que obtiveram os maiores crescimentos patrimoniais, da mesma forma, outros prefeitos dessa mesma categoria informaram que obtiveram reduções em seus patrimônios.

No entanto, com o propósito de acrescentar uma maior garantia e confiabilidade para resguardar os dados e a metodologia dessa pesquisa, realizamos duas novas amostras com a utilização dos mesmos métodos utilizados, para assim, ser possível confrontar as informações e atestar a eficácia dos procedimentos empregados nessa investigação.

3.3- Confronto das amostras dos municípios brasileiros para identificação e classificação das dinastias políticas

3.3.1- Segunda amostra das cidades brasileiras para classificação dos municípios que possuem dinastias políticas

Assim, para garantir uma maior segurança e robustez nas informações sobre as dinastias políticas nos municípios brasileiros, elaboramos a Tabela 41, que apresenta novamente uma amostra representativa das cidades que integram o território brasileiro, portanto, para fins de validação do método, reproduzimos mais uma vez a amostragem das unidades federativas em todas as regiões brasileiras.

Dessa forma, a Tabela 41 exhibe uma estratificação proporcional no formato numérico e percentual entre o número de municípios por Estados e os resultados estabelecidos pela amostra aleatória. Em vista disso, é plausível compreender que as unidades municipais são correspondentes e compatíveis com a média da estimativa de cada ente da federação.

Portanto, na Tabela 41 é possível observar através da técnica da amostragem, que os estados que tem mais cidades na composição de sua jurisdição são mais distintivos no procedimento da amostra, isto quer dizer que quanto maior o número de municípios que o ente

federativo possui, mais urbanizações são selecionadas para compor a amostra dessa investigação.

Tabela 41- Distribuição das cidades selecionadas para a amostra

Estados	Quantidade de municípios	Percentual %	Municípios selecionados	Percentual %
Acre	22	0,39	02	0,55
Alagoas	102	1,83	02	0,55
Amazonas	62	1,11	05	1,39
Amapá	16	0,29	03	0,83
Bahia	417	7,49	28	7,78
Ceará	184	3,30	15	4,17
Distrito Federal	1	0,00	0	0,00
Espírito Santo	78	1,40	03	0,83
Goiás	246	4,42	24	6,67
Maranhão	217	3,90	09	2,50
Minas Gerais	853	15,31	63	17,50
Mato Grosso do Sul	79	1,42	01	0,28
Mato Grosso	141	2,53	05	1,39
Pará	144	2,58	08	2,22
Paraíba	223	4,00	16	4,44
Pernambuco	185	3,32	17	4,72
Piauí	224	4,03	18	5,00
Paraná	399	7,17	12	3,34
Rio de Janeiro	92	1,65	07	1,94
Rio Grande do Norte	167	3,00	06	1,68
Rondônia	52	0,93	07	1,94
Roraima	15	0,27	01	0,28
Rio Grande do Sul	497	8,93	36	10,00
Santa Catarina	295	5,30	19	5,28
Sergipe	75	1,35	04	1,11
Tocantins	139	2,50	06	1,67
São Paulo	645	11,58	43	11,94
	5570	100	360	100

Fonte: Adaptado de IBGE (2022).

Todavia, com a metodologia utilizada na seleção dos municípios que integram os 26 estados mais o distrito federal do Brasil, foi possível deduzir que algumas cidades localizadas nos maiores estados da nação, especificamente, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul representam 142 componentes entre as 360 observações, ou seja, cerca de 40% da amostra estão localizadas nessas três regiões brasileiras.

Desta maneira, em um arranjo distribuído entre as regiões do país é possível reconhecer através da Tabela 41, uma aglomeração quantitativa de elementos nas regiões Nordeste e Sudeste, que representam a maioria das cidades brasileiras, conseqüentemente, essas são as extensões territoriais mais significativas em vários aspectos dessa investigação acadêmica.

Ademais, observamos na Tabela 41, que as regiões Norte e Centro-oeste são as que dispõem da menor representatividade em relação às cidades do Brasil, considerando, que esses

territórios possuem menos municípios em comparação com as demais unidades federativas, por essa razão, são pouco distintivas para a finalidade dessa pesquisa.

Do mesmo modo, na Tabela 42 efetuamos uma estratificação das regiões e unidades federativas, assim, apresentamos as correspondências entre os números inteiros e percentuais inerentes as cidades brasileiras, dessa forma, alcançamos resultados equivalentes e concordantes, quando confrontamos os percentuais auferidos pela amostra com o conjunto completo dos elementos.

Tabela 42- Regiões brasileiras selecionadas para a amostra

Região	Unidades Federativas	Municípios	Percentual	Amostra	Percentual
Nordeste	9	1.794	32,21	115	31,95
Sudeste	4	1.668	29,95	116	32,22
Sul	3	1.191	21,38	67	18,62
Centro-oeste	4	467	8,38	30	8,33
Norte	7	450	8,08	32	8,88
	27	5.570	100	360	100

Fonte: Adaptado de IBGE (2022).

Portanto, a Tabela 42 apresenta uma estratificação proporcional e correspondente das regiões brasileiras com base na segunda amostra proposta para fins de validação dessa pesquisa, de forma que a amostragem representa proporcionalmente o percentual que corresponde a cada unidade federativa.

Logo, na Tabela 42 inferimos que a região Sul expõe um percentual da amostra ao nível intermediário, revelando uma taxa aproximada de 19% referente ao universo da pesquisa, além disso, outra informação significativa nessa decomposição é que essa extensão territorial possui apenas três unidades federativas, sendo a região que possui menos estados do país, porém é a terceira em quantidade de municípios.

Outrossim, salientamos a relevância das ferramentas “aleatorioentre” e “procv” do Excel que permitiu o processo da seleção aleatória a qual contemplou equitativamente todas as regiões brasileiras, portanto, utilizamos os resultados dessa nova amostragem, para que esses elementos possam comprovar a eficiência do método utilizado, cujo objetivo é mensurar a magnitude das dinastias políticas em todo o território nacional.

Consequentemente, a Tabela 43 apresenta uma nova identificação desenvolvida pelos métodos mistos (automatizado e manual), das dinastias políticas nas cidades brasileiras que foram mais uma vez selecionadas por uma nova amostra, para isso, utilizamos um esquema gráfico nos formatos numérico e percentual que se referem às ocorrências que constata a presença do fenômeno político familiar em cada um dos entes federados.

Portanto, na Tabela 43 identificamos as 27 unidades federativas que compõem a nação brasileira, com suas respectivas cidades selecionadas para essa amostra, de modo que, cada município foi investigado para fins de reconhecimento das dinastias políticas, que teve como fundamento a identificação familiar na política estadual, através do mesmo sobrenome do prefeito eleito no pleito municipal de 2016.

Tabela 43 – Identificação das dinastias políticas nos municípios brasileiros

Estados	Municípios selecionados	Identificados pelas Dinastias Políticas	Percentual %
Acre	02	00	0,00
Alagoas	02	02	100,00
Amazonas	05	00	0,00
Amapá	03	01	33,33
Bahia	28	11	39,29
Ceará	15	06	40,00
Distrito Federal	00	00	0,00
Espírito Santo	03	00	0,00
Goiás	24	05	20,83
Maranhão	09	03	33,33
Minas Gerais	63	17	26,98
Mato Grosso do Sul	01	00	0,00
Mato Grosso	05	02	40,00
Pará	08	03	37,50
Paraíba	16	05	31,25
Pernambuco	17	09	52,94
Piauí	18	05	27,77
Paraná	12	02	16,66
Rio de Janeiro	07	02	28,57
Rio Grande do Norte	06	03	50,00
Rondônia	07	00	0,00
Roraima	01	00	0,00
Rio Grande do Sul	36	06	16,66
Santa Catarina	19	05	26,32
Sergipe	04	02	50,00
Tocantins	06	03	50,00
São Paulo	43	11	25,58
	360	103	28,61

Fonte: Elaboração própria (2023)

Diante desse contexto, através da utilização de diversos instrumentos metodológicos validados pelas certidões que estão disponíveis na plataforma do TSE, foi possível constatar por meio da segunda averiguação, que em média 28,61% dos municípios brasileiros demonstram uma predisposição dos governos municipais para as dinastias políticas, por isso, essa nova investigação resultou em uma prova metodológica que se propôs em medir reiteradamente o predomínio das cidades brasileiras que possuem a gestão das famílias políticas.

Assim, da mesma forma que encontramos na primeira investigação 26,11% dos municípios reconhecidos pelas dinastias políticas, na segunda averiguação identificamos 28,61% das cidades que foram qualificadas pela gestão dos clãs políticos, desse modo, podemos inferir que as duas pesquisas obtiveram resultados próximos e simultâneos.

Além disso, nessa nova análise sobre as cidades caracterizadas pelas dinastias políticas, foi possível constatar alguns atributos similares e concordantes que podem ser associados às duas investigações, portanto, em relação aos prefeitos definidos como integrantes das linhagens políticas qualificados no decurso dessa pesquisa, é essencial ressaltar que em ambos os estudos constatamos aspectos políticos e econômicos compatíveis entre os membros das famílias políticas.

Por isso, conforme a Tabela 43, evidenciamos algumas particularidades relacionadas às dinastias políticas nas cidades brasileiras, dessa maneira, ressaltamos que nessa pesquisa os municípios do estado de Alagoas obtiveram total reconhecimento na gestão política dos clãs familiares, entretanto, essa unidade federativa teve apenas duas representações para essa averiguação.

Em outro estudo correspondente a Tabela 43, observamos que o estado de Pernambuco apresentou uma tendência para as dinastias políticas, visto que, identificamos em torno de 53% das cidades com características para a gestão das famílias políticas. Nesse sentido, essa unidade federativa se destacou proporcionalmente pelo comando dos clãs políticos, pois, levando em consideração as 17 cidades selecionadas pela amostra, nove foram identificadas pela administração política familiar.

Nessa mesma conjuntura, enfatizamos mais três estados brasileiros que suas cidades foram significativas para essa investigação conforme a Tabela 43, logo, apontamos na devida ordem, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins, essas unidades federativas obtiveram respectivamente 50% de identificação para com as dinastias políticas.

Contudo, é importante salientar que os municípios situados nos respectivos estados do Acre, Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima, não foi possível reconhecer o fenômeno das dinastias políticas, por isso, destacamos que os mesmos procedimentos metodológicos foram aplicados de forma igualitária, porém, não conseguimos confirmar os vínculos familiares que atestem as cidades dessas regiões brasileiras com atributos para as dinastias políticas.

Outra questão que fica perceptível na análise da Tabela 43 diz respeito a quantidade de estados por regiões, desse modo, identificamos a distribuição regional das unidades federativas

para a concepção das dinastias políticas, logo, elaboramos a Tabela 44 que apresenta a quantidade e o percentual das cidades reconhecidas pela administração das famílias políticas.

Portanto, a Tabela 44 nos permite constatar várias observações significativas, dessa forma, ressaltamos que a região Nordeste se apresenta como a mais relevante quantificando 44,66% de adesão para com as dinastias políticas, esse percentual é equivalente à primeira averiguação que registrou o valor de 44,68% para esse mesmo território.

Em seguida, identificamos o desempenho das cidades do Sudeste que apresentaram um reconhecimento das famílias políticas na ordem de 29,12%, esse percentual possui uma pequena divergência sobre os 23,40% que foram previamente reconhecidos. É importante salientar que os municípios do Sul também demonstraram um direcionamento para a administração política dos clãs familiares, pois, com apenas três estados, essa região registrou 12,62% para a gestão das famílias políticas, relativamente equiparado aos 15,96% registrados anteriormente.

Tabela 44- Regiões brasileiras classificadas pelas dinastias políticas

Região	Unidades Federativas	Municípios da amostra	Percentual %	Dinastias Políticas	Percentual %
Nordeste	9	115	31,94	46	44,66
Sudeste	4	116	32,22	30	29,12
Sul	3	67	18,61	13	12,62
Centro-oeste	4	30	8,34	07	6,80
Norte	7	32	8,89	07	6,80
	27	360	100	103	100

Fonte: Adaptado de IBGE (2022).

Da mesma forma, a Tabela 44 apresenta as cidades das regiões Centro-oeste e Norte, com várias especificidades relacionadas às dinastias políticas, assim, esses dois territórios federativos contemplaram respectivamente 30 e 32 municípios que foram selecionados pela amostra, portanto, essas regiões obtiveram uma representatividade de 6,80% cada uma em relação às dinastias políticas, isto é, equivalente ao percentual dos clãs familiares da região Sul.

Entretanto, no registro da investigação anterior sobre o reconhecimento das dinastias políticas, essas regiões brasileiras quantificaram em ordem os seguintes percentuais 10,64% para o Centro-oeste e 5,32% para o Norte. Diante disso, temos uma divergência percentual para o Centro-oeste e uma convergência relativa para o Norte.

Além disso, a Tabela 44 apresenta um estudo relevante por identificar as características peculiares das dinastias políticas nas regiões brasileiras, desse modo, verificamos que apenas as cidades do Nordeste e Sudeste correspondem a 73,78% de toda a amostra das famílias políticas, no entanto, os municípios situados nas regiões Centro-oeste, Norte e Sul representam apenas 26,22% dos clãs familiares que governam as cidades do Brasil.

3.3.2- Terceira amostra das cidades brasileiras para classificação dos municípios que possuem dinastias políticas

Portanto, para sustentar um maior rigor e confiabilidade das informações sobre as dinastias políticas nas cidades brasileiras, elaboramos a Tabela 45, que apresenta reiteradamente uma terceira amostragem de representação dos municípios que constituem a nação brasileira, dessa forma, para revalidar a metodologia utilizada, reproduzimos novamente a amostra dos territórios federados do Brasil.

De maneira que, a Tabela 45 evidencia uma decomposição correspondente em forma numérica e percentual entre as cidades brasileiras e os resultados estipulados decorrentes da amostra aleatória. Por essa razão, é admissível perceber que os elementos que compreendem os municípios são equivalentes e correlacionados com a média estimada para cada unidade federativa brasileira.

Assim, conforme a Tabela 45, observa-se por meio do procedimento da amostragem que as regiões que possuem uma maior quantidade de municípios em sua composição respectivamente apresentam mais destaque representativo no processo da amostra, portanto, é possível perceber que quanto mais cidades o estado possui, mais urbanizações são escolhidas para representar o respectivo território.

Tabela 45- Distribuição das cidades selecionadas para a amostra

Estados	Quantidade de municípios	Percentual %	Municípios selecionados	Percentual %
Acre	22	0,39	2	0,56
Alagoas	102	1,83	2	0,56
Amazonas	62	1,11	1	0,28
Amapá	16	0,29	0	0,00
Bahia	417	7,49	26	7,23
Ceará	184	3,30	16	4,44
Distrito Federal	1	0,00	0	0,00
Espírito Santo	78	1,40	4	1,11
Goiás	246	4,42	11	3,06
Maranhão	217	3,90	11	3,06
Minas Gerais	853	15,31	68	18,88
Mato Grosso do Sul	79	1,42	2	0,56
Mato Grosso	141	2,53	13	3,61
Pará	144	2,58	8	2,22
Paraíba	223	4,00	17	4,73
Pernambuco	185	3,32	8	2,22
Piauí	224	4,03	17	4,73
Paraná	399	7,17	20	5,55
Rio de Janeiro	92	1,65	6	1,66
Rio Grande do Norte	167	3,00	12	3,33
Rondônia	52	0,93	1	0,28
Roraima	15	0,27	1	0,28

Tabela 45- Distribuição das cidades selecionadas para a amostra (continuação)

Estados	Quantidade de municípios	Percentual %	Municípios selecionados	Percentual %
Rio Grande do Sul	497	8,93	31	8,61
Santa Catarina	295	5,30	21	5,83
Sergipe	75	1,35	9	2,50
Tocantins	139	2,50	5	1,38
São Paulo	645	11,58	48	13,33
	5570	100	360	100

Fonte: Adaptado de IBGE (2022).

No entanto, com a técnica empregada para selecionar os territórios que compõem os 26 estados mais o distrito federal brasileiro, é plausível identificar que os maiores estados do país, ou seja, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, apresentam em conjunto 147 elementos entre as 360 observações, isto é, aproximadamente, 40% da amostra está concentrada nesses três territórios do Brasil.

Sendo assim, em uma distribuição ordenada entre os estados do país é concebível identificar através da Tabela 45 um maior agrupamento quantitativo de unidades nas regiões Nordeste e Sudeste, que reproduzem a maior concentração dos municípios brasileiros, por essa razão, esses elementos territoriais são mais representativos em diversos contextos deste trabalho científico.

Ademais, na Tabela 46 elaboramos uma estratificação das regiões e municípios brasileiros, dessa forma, exibimos os elementos representativos com os valores correspondentes ao percentual e numérico pertinentes as cidades brasileiras, conseqüentemente, logramos resultados similares e proporcionais, quando comparamos aos números do universo dos elementos.

Tabela 46- Regiões brasileiras selecionadas para a amostra

Região	Unidades Federativas	Municípios	Percentual	Amostra	Percentual
Nordeste	9	1.794	32,21	118	32,77
Sudeste	4	1.668	29,95	126	35,00
Sul	3	1.191	21,38	72	20,00
Centro-oeste	4	467	8,38	26	7,22
Norte	7	450	8,08	18	5,00
	27	5.570	100	360	100

Fonte: Adaptado de IBGE (2022).

Logo, a Tabela 46 apresenta uma decomposição harmônica e uniforme que corresponde as regiões brasileiras, baseada na terceira amostra que foi realizada para validar essa pesquisa, de modo que, essa estratificação possa reproduzir distintivamente os valores que correspondem a cada elemento das unidades federativas.

Isto posto, em concordância com a Tabela 46 constatamos que a região Sudeste apresentou um percentual da amostra um pouco acima da representação, ou seja, houve um pequeno acréscimo, de maneira que, esse indicador superou quantitativamente a região Nordeste que sempre se destacou na quantidade das observações selecionadas, assim, nessa amostragem o Sudeste divergiu na representatividade da média regional.

Portanto, essa estratificação retratada na terceira amostra da região Sudeste obteve um índice de 35% referente ao universo da pesquisa, destoando em 5% em relação ao indicador original, de forma que, é importante ressaltar que essa divergência amostral pode provocar alterações na amostragem desse recorte territorial brasileiro.

No entanto, frisamos a relevância dos instrumentos de apoio metodológico por meio das funções “aleatorioentre” e “procv” do Excel que conceberam o procedimento de seleção aleatória, estabelecendo uma amostra equitativa para todas as regiões brasileiras, sendo assim, empregamos os produtos dessa terceira amostragem, com a finalidade que esses elementos demonstrem a eficácia do método aplicado.

Por consequência, a Tabela 46 foi elaborada fundamentalmente com o propósito de mensurar reiteradamente as dinastias políticas nos municípios brasileiros, essa reprodução exhibe uma nova representação amostral confeccionada por meio dos métodos mistos (automatizado e manual), para identificação das dinastias políticas nas cidades brasileiras.

Assim, através dessa terceira amostra, as cidades brasileiras foram mais uma vez selecionadas e decompostas metodologicamente, de maneira que, na Tabela 47 fizemos uso de esquemas acadêmicos nos aspectos numérico e percentual que identificam às ocorrências dos governos das famílias políticas nos municípios brasileiros.

Tabela 47 – Identificação das dinastias políticas nos municípios brasileiros

Estados	Municípios selecionados	Identificados pelas Dinastias Políticas	Percentual %
Acre	02	02	100,00
Alagoas	02	02	100,00
Amazonas	01	00	0,00
Amapá	00	00	0,00
Bahia	26	06	23,08
Ceará	16	08	50,00
Distrito Federal	00	00	0,00
Espírito Santo	04	00	0,00
Goiás	11	03	27,27
Maranhão	11	06	54,54
Minas Gerais	68	17	25,00
Mato Grosso do Sul	02	00	0,00
Mato Grosso	13	01	7,69
Pará	08	04	50,00
Paraíba	17	07	41,18

Tabela 47 – Identificação das dinastias políticas nos municípios brasileiros (continuação)

Estados	Municípios selecionados	Identificados pelas Dinastias Políticas	Percentual %
Pernambuco	08	03	37,50
Piauí	17	07	41,18
Paraná	20	07	35,00
Rio de Janeiro	06	02	33,33
Rio Grande do Norte	12	03	25,00
Rondônia	01	01	100,00
Roraima	01	00	0,00
Rio Grande do Sul	31	07	22,58
Santa Catarina	21	03	14,29
Sergipe	09	05	55,55
Tocantins	05	02	40,00
São Paulo	48	15	31,25
	360	111	30,83

Fonte: Elaboração própria (2024)

Desse modo, na Tabela 47 analisamos os 26 estados e o distrito federal que constituem a nação brasileira, contemplando os respectivos municípios que foram previamente selecionados para essa terceira amostra, de forma que, cada cidade foi investigada para reconhecer o governo das famílias políticas.

Nessa conjuntura, com a utilização das ferramentas metodológicas conferidas pelas certidões eleitorais que estão localizadas na plataforma do TSE, foi possível atestar através da terceira investigação que aproximadamente 30,83% das cidades brasileiras apresentam uma propensão das famílias para a gestão política municipal.

Diante desse contexto, no sentido de classificar as urbanizações brasileiras na concepção das dinastias políticas, essa reiterada averiguação sucedeu em uma comprovação metodológica que se propôs em medir reiteradamente o predomínio das cidades brasileiras que possuem a gestão das famílias políticas.

Portanto, da mesma forma que as demais investigações auferidas por essa pesquisa, visto que, na primeira averiguação 26,11% das cidades foram identificadas pelas dinastias políticas, na segunda inspeção reconhecemos 28,61% dos municípios qualificados pelos clãs políticos, e na terceira apuração foram constatados que 30,83% das urbanizações são geridas por famílias políticas, desse modo, podemos deduzir que as três pesquisas lograram respostas equivalentes e concordantes.

Vale ressaltar que nesta última análise sobre as cidades qualificadas pelas dinastias políticas, foi concebível compreender certas particularidades equivalentes e específicas que podem estar diretamente relacionadas com as características políticas das famílias e dos municípios que foram investigados.

Por essa razão, conforme a Tabela 47, é possível evidenciar algumas especificidades referentes às famílias políticas nos municípios brasileiros encontradas na terceira pesquisa empreendida para esse trabalho, dessa forma, enfatizamos que nessa amostra as cidades do estado de Alagoas novamente lograram total identificação na gestão das famílias políticas, contudo, essa região obteve repetidamente apenas duas urbanizações para análise.

Alusivo à Tabela 47, verificamos que também os estados do Acre e de Rondônia apresentaram uma adesão total para as dinastias políticas, portanto, inferimos que 100% das cidades que compõem essas regiões são governadas por membros das famílias políticas, dessa forma, essas unidades federativas se destacaram nessa análise proporcional.

Igualmente, ressaltamos mais quatro estados brasileiros em que seus municípios foram expressivos para essa averiguação, em concordância com a Tabela 47. Assim, descrevemos que Ceará, Maranhão, Pará e Sergipe apresentaram indicadores acima de 50% de reconhecimento para com as dinastias políticas.

Todavia, é de suma importância frisar que as cidades localizadas nos respectivos estados do Amazonas, Amapá, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Roraima e Distrito Federal, não foi possível identificar a ocorrência das dinastias políticas, por essa razão, salientamos que foram utilizados os mesmos procedimentos metodológicos, no entanto, não conseguimos atestar vínculos familiares que confirme neste recorte metodológico as urbanizações dessas regiões brasileiras com inclinações para as dinastias políticas.

Ademais, em outro contexto no diagnóstico da Tabela 47, fica evidente a necessidade de classificação por quantidade de estados e unidades federativas, em vista disso, empreendemos uma ordenação regional por estados, enfatizando as dinastias políticas, desse modo, concebemos a Tabela 48 para apresentar essa distribuição.

Sendo assim, a Tabela 48 nos concebe captar diversas ponderações expressivas, de maneira que, reiteradamente a região Nordeste continua apresentando-se como a mais importante, estimando em 42,34% de reconhecimento para com as dinastias políticas, portanto, esse resultado é correspondente e equivalente as demais investigações que registraram respectivamente os valores de 44,68% e 44,66% para essa mesma região.

Posteriormente, averiguamos o retrato dos municípios do Sudeste nessa terceira amostragem que apontaram uma identificação para as dinastias políticas na ordem de 30,63%, essa quantidade possui equidade e correspondência para com a segunda amostra que encontrou 29,12%, porém, ambas retratam uma divergência sobre os 23,40% reconhecidos na primeira amostra.

É valoroso ressaltar que as cidades do Sul também apresentaram uma orientação para a gestão das famílias políticas, dado que, essa região constituída por apenas três estados registrou 15,31% de adesão para a gestão das famílias políticas, relativamente equiparado aos valores de 12,62% e 15,96% registrados nas amostragens anteriores.

Tabela 48- Regiões brasileiras classificadas pelas dinastias políticas

Região	Unidades Federativas	Municípios da amostra	Percentual %	Dinastias Políticas	Percentual %
Nordeste	9	118	32,78	47	42,34
Sudeste	4	126	35,00	34	30,63
Sul	3	72	20,00	17	15,31
Centro-oeste	4	26	7,22	4	3,60
Norte	7	18	5,00	9	8,12
	27	360	100	111	100

Fonte: Adaptado de IBGE (2022).

Nesse mesmo contexto, a Tabela 48 apresenta as cidades brasileiras situadas nas regiões Centro-oeste e Norte, com algumas particularidades inerentes às dinastias políticas, dessa forma, essas duas extensões federativas contemplaram respectivamente 26 e 18 cidades que foram previamente selecionados por essa terceira amostra, de maneira que, essas regiões obtiveram respectivamente 3,60% e 8,12% de adesão para com as dinastias políticas.

Todavia, em relação aos resultados auferidos nessa terceira amostra pertinentes a identificação das dinastias políticas nas regiões Norte e Centro-oeste, ressaltamos que esses territórios brasileiros quantificaram respectivamente na amostra anterior o percentual de 6,80% para cada um desses territórios.

Entretanto, vale ressaltar que, na primeira análise, essas regiões brasileiras registraram 10,64% para o Centro-Oeste e 5,32% para o Norte. Diante desse contexto, temos uma discordância percentual para o Centro-Oeste e uma concordância relativa para o Norte.

Portanto, a Tabela 48 expõe um estudo extremamente importante por identificar os aspectos distintivos das dinastias políticas nas regiões brasileiras, visto que, observamos que as cidades situadas no Nordeste e Sudeste representam 72,97% de toda a amostra das famílias políticas, porém, os municípios das regiões Centro-Oeste, Norte e Sul representam apenas 27,03% das dinastias políticas que governam as cidades tupiniquins.

3.4- Média geral das amostras das dinastias políticas para os municípios brasileiros

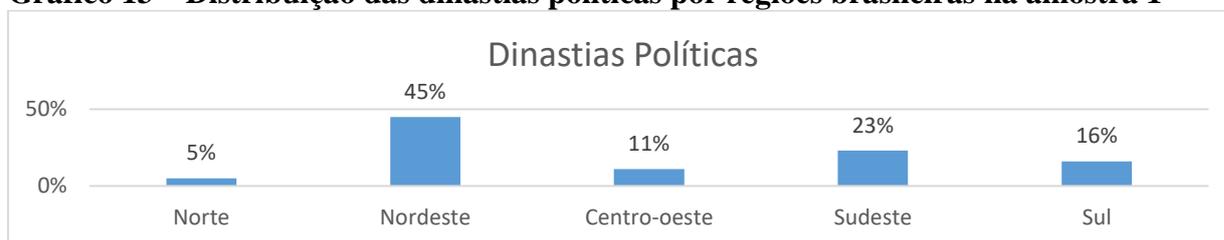
Nessa seção exibimos as três amostras representativas elaboradas por essa pesquisa para mensurar as dinastias políticas nos municípios brasileiros, dessa forma, para auferir uma média entre as três investigações, preparamos essa parte distintiva do trabalho que expõe os resultados das averiguações, bem como, determina uma média única para os três resultados, os quais retrataram o reconhecimento e a prevalência dos clãs familiares no governo das cidades brasileiras.

Portanto, após a apresentação das três matrizes que mensuram as dinastias políticas brasileiras, calculamos uma média entre os resultados desses diagnósticos, para que, se possa obter uma apuração mais segura e confiável no aspecto metodológico, desse modo, é rerepresentada de forma simplificada as diligências que decorreram nos três processos investigativos.

Outrossim, elaboramos o Gráfico 13 no sentido de apresentar uma distribuição ilustrativa que evidencie as dinastias políticas no contexto das regiões brasileiras, portanto, essa representação está fundamentada na primeira amostra e tem o propósito de permitir uma melhor compreensão de como os clãs políticos estão divididos entre os territórios brasileiros.

Desse modo, é possível observar no Gráfico 13 que a região nordeste representa quase metade de todas as dinastias políticas reconhecidas no território nacional, seguida pela região sudeste que também se destaca com aproximadamente um quarto de representatividade em relação as demais unidades federativas. Logo, a distribuição das famílias políticas que governam as cidades brasileiras se concentra primordialmente nas áreas do nordeste e sudeste, as quais ostentam uma representação aproximada de 70% no universo da pesquisa.

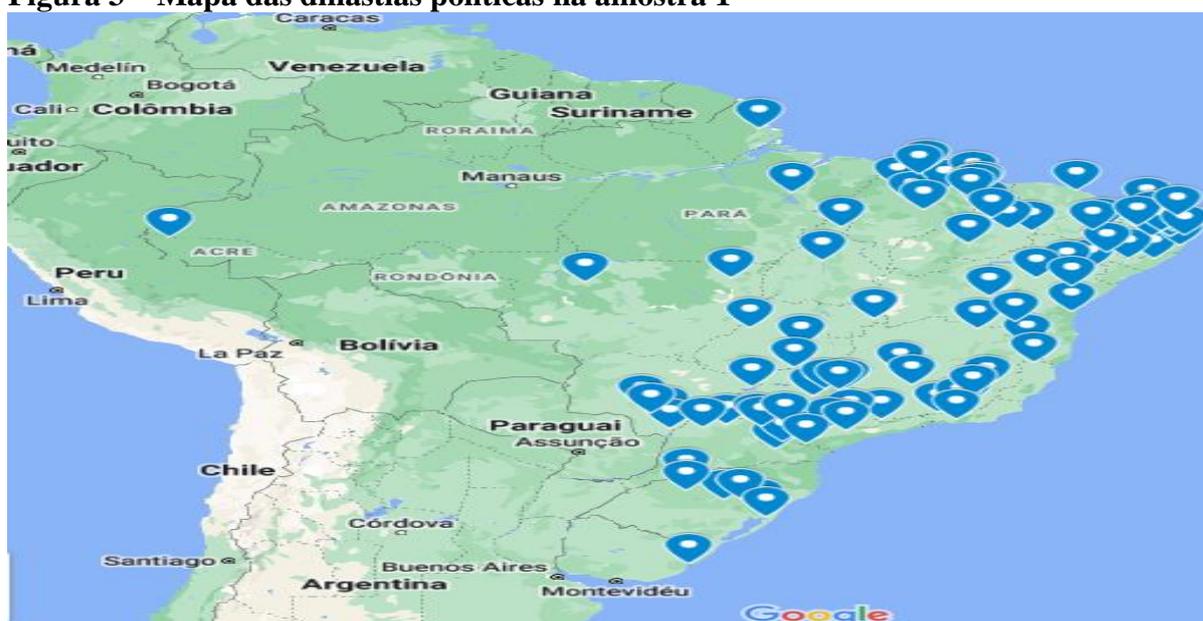
Gráfico 13 – Distribuição das dinastias políticas por regiões brasileiras na amostra 1



Fonte: Elaboração própria (2023)

Além disso, desenvolvemos a Figura 2 para ressaltar os 94 municípios brasileiros reconhecidos na primeira amostra dessa pesquisa, dessa forma, essa ilustração configurou esse objeto para contemplar a fração detectada de 26,11% do universo amostral, visto que, esse formato gráfico permite identificar com maior clareza as cidades classificadas pelo fenômeno político familiar.

Figura 3 – Mapa das dinastias políticas na amostra 1



Fonte: Adaptado do google maps (2023)

Portanto, conforme a Figura 3, é possível observar que as dinastias políticas se concentram principalmente nas regiões nordeste, sudeste e sul, dessa forma, os territórios do norte e centro-oeste demonstram pouca participação das famílias políticas no governo das cidades brasileiras, assim, é necessário considerar que essas unidades federativas possuem menos municípios em relação às outras regiões do país.

Ademais, realizamos esse mesmo estudo com a segunda amostra que foi constituída para validar a metodologia utilizada para o reconhecimento das dinastias políticas, portanto, utilizamos os mesmos critérios para fundamentar e em seguida legitimar a segunda amostragem desta investigação.

Nesse contexto, elaboramos o Gráfico 14 amparado na amostra 2, que reapresenta a distribuição das dinastias políticas nos municípios brasileiros, assim, esse ordenamento apresenta os resultados para essa investigação, no sentido de corroborar com a evidenciação de uma medida uniforme entre as três averiguações.

Dessa forma, é possível observar no gráfico 14 que a região Nordeste repetidamente descreve quase metade das dinastias políticas identificadas no Brasil, seguida pelo Sudeste que do mesmo modo se destaca com quase 30% de representação em relação aos demais territórios brasileiros. Por isso, o ordenamento dos clãs políticos que administram os municípios tupiniquins se concentra essencialmente nas localidades do nordeste e sudeste, indicando cerca de 75% do conjunto da pesquisa.

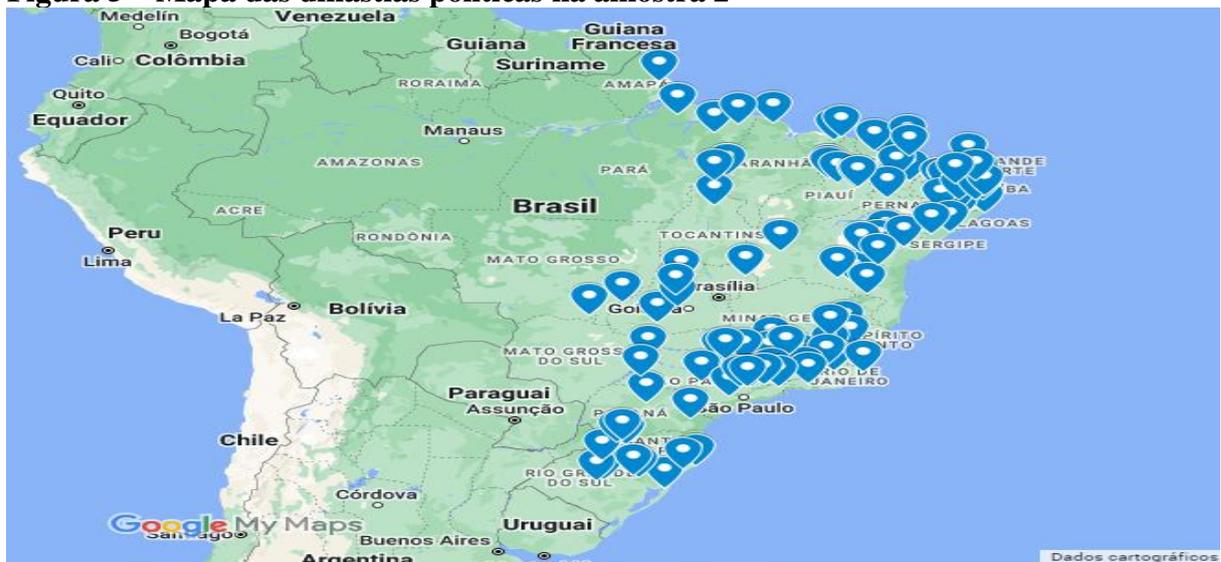
Nessa circunstância, apresentamos um conjunto de palavras que correspondem aos 103 municípios reconhecidos pelas dinastias políticas, os quais representam a segunda amostra elaborada por essa pesquisa, de maneira que, essa respectiva ilustração proporcionou verificar os locais onde predominam os clãs políticos no Brasil.

Além disso, construímos também um mapa representativo para simbolizar a segunda amostra dessa investigação, nesse âmbito, o esquema gráfico permitiu estabelecer em que parte geográfica das regiões brasileiras estão posicionadas as cidades reconhecidas pelo governo das dinastias políticas.

Sendo assim, elaboramos a Figura 5 que interpreta uma configuração dos espaços territoriais ocupados pelos clãs familiares na política das cidades brasileiras, visto que, essa composição apresenta várias especificidades geopolíticas que correspondem a posição geográfica dos municípios.

Nesse contexto, a Figura 5 permitiu compreender a ocorrência, bem como, interpretar as circunstâncias de concentração e localização das dinastias políticas nos municípios brasileiros, de forma que, conforme a ilustração é possível visualizar com clareza que as formações dos clãs políticos possuem uma predisposição de constituição nas regiões nordeste, sudeste e sul, entretanto, o governo das famílias políticas nos territórios do norte e centro-oeste do país, retrataram pouca representatividade acerca das dinastias.

Figura 5 – Mapa das dinastias políticas na amostra 2



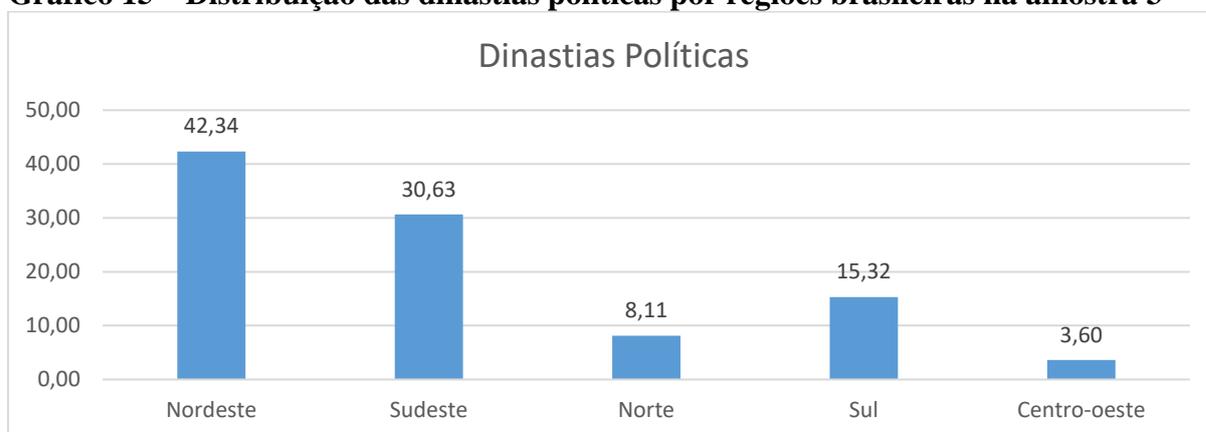
Fonte: Adaptado do google maps (2023)

Nesta conjuntura apresentamos a investigação através da terceira amostra, esta por sua vez foi elaborada para legitimar a técnica utilizada para a identificação das dinastias políticas

nos municípios brasileiros, para isso, fizemos uso dos mesmos métodos previamente estabelecidos no sentido de amparar e comprovar a validade do procedimento metodológico.

Perante o exposto, desenvolvemos o Gráfico 15 ancorado na amostra 3, que reapresenta uma classificação e ordenamento das dinastias políticas nas cidades brasileiras, nessa circunstância, essa disposição evidencia mais um resultado para essa pesquisa, com propósito de revalidar a técnica, por meio da extração de informações utilizada para compor uma medida uniforme entre três distintos bancos de dados.

Gráfico 15 – Distribuição das dinastias políticas por regiões brasileiras na amostra 3



Fonte: Elaboração própria (2023)

Assim, observa-se no gráfico 15 que a região Nordeste reiteradamente reproduz em média 40% das dinastias políticas reconhecidas no Brasil, seguida pelo Sudeste com aproximadamente 30% de participação das famílias políticas brasileiras. Por essa razão, a concentração dos clãs políticos que governam as cidades no Brasil centraliza-se majoritariamente no Nordeste e no Sudeste, que contemplam cerca de 70% do universo da amostra.

Nessa circunstância, desenvolvemos a Figura 5 para apresentar as informações sobre a terceira amostra elaborada para essa pesquisa, dado que, para essa conjuntura foi constituída uma nuvem de palavras que representa graficamente todos os municípios reconhecidos pelas dinastias políticas identificados na 3ª amostra.

Portanto, o processo estruturado na Figura 5 foi constituído para contribuir na evidência da terceira amostra elaborada para essa investigação, visto que, esse instrumento demonstrativo colaborou para uma maior nitidez na apresentação dessas informações, e favoreceu a compreensão e caracterização desta amostragem.

Figura 6 – Cidades brasileiras reconhecidas pelas dinastias políticas na amostra 3



Fonte: <https://wordart.com/>

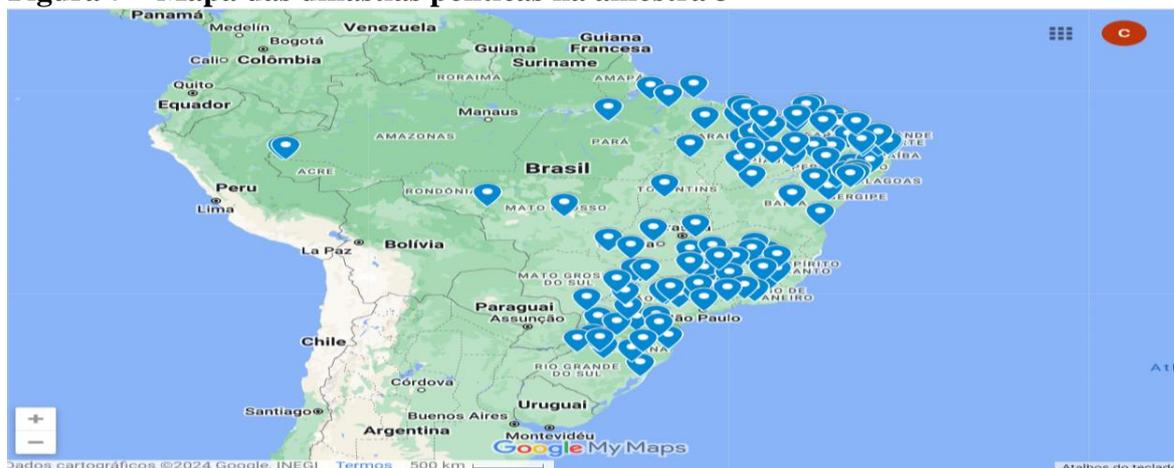
Desse modo, essa reunião de palavras que representa as 111 cidades reconhecidas pelas dinastias políticas, as quais retratam a terceira amostra constituída para essa investigação, de forma que, essa significativa figura permitiu a verificação da localização onde prevalecem as famílias políticas nos municípios brasileiros.

Ademais, elaboramos um mapa ilustrativo para representar os resultados da terceira amostra dessa pesquisa, nesse contexto, o presente esboço gráfico propiciou indicar em que área geográfica as dinastias políticas são estabelecidas nas regiões brasileiras, e quais as cidades foram classificadas pelo governo das famílias políticas.

Por isso, preparamos a Figura 6 que apresenta uma configuração dos espaços ocupados pelas dinastias políticas nas regiões brasileiras, uma vez que, esse agrupamento explicita várias nuances das características geográficas e políticas que estão associadas a uma conjuntura social, histórica e econômica de cada urbanização brasileira.

Nessa conjuntura, a Figura 6 nos permite entender o contexto da geopolítica, bem como, interpretar as circunstâncias dos agrupamentos municipais das dinastias políticas nas cidades brasileiras, assim, no mapa ilustrativo é possível perceber com maior nitidez que as composições das famílias políticas possuem uma inclinação de formação e perpetuação nas regiões nordeste, sudeste e sul.

Figura 7 – Mapa das dinastias políticas na amostra 3



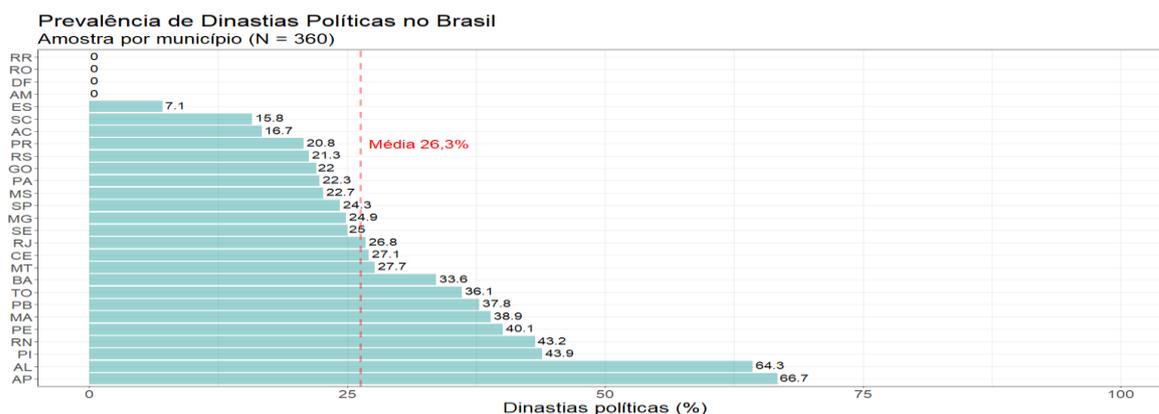
Fonte: Adaptado do google maps (2024)

Portanto, os resultados desenvolvidos na primeira amostra dessa pesquisa corroboram proporcionalmente com as respostas encontradas na segunda e terceira amostras dessa investigação, desse modo, foi preciso estabelecer uma média geral que represente as três averiguações, de maneira que, um único resultado traduza de forma mais fidedigna uma apuração final.

Nesse sentido, trataremos a construção de uma média que represente as dinastias políticas nos municípios brasileiros, pois, na primeira investigação encontramos 94 elementos, ou seja, 26,11% da amostra descreve as famílias políticas, logo, na segunda averiguação foram detectados 103 elementos que reproduz 28,61% das observações e por fim na terceira apuração reconhecemos 111 componentes, isto significa, 30,83% de membros que representam as dinastias políticas.

Em vista disso, para estabelecermos um padrão representativo, elaboramos o Gráfico 16 no sentido de fomentar a construção de uma média final e definitiva que indique com mais propriedade e eficácia a mensuração das dinastias políticas nos municípios brasileiros, sendo assim, essa média irá determinar a prevalência dos clãs políticos nas cidades brasileiras.

Contudo, para compreender o Gráfico 16, nos reportamos a primeira investigação que retratou a prevalência dos clãs familiares nas cidades brasileiras, a qual identificou 94 unidades que representa 26,11% da amostra, nessas condições, para mensurarmos uma média percentual por território, dividimos as observações pela quantidade de regiões, de forma que, a média de participação de cada área corresponde a 18,80% por extensão delimitada no país, ressaltamos que as regiões nordeste e sudeste se destacam com aproximadamente 70% da amostra.

Gráfico 16- Média das amostras das dinastias políticas nas regiões do Brasil

Fonte: Elaboração própria (2023)

Assim, no que se refere à segunda averiguação que trata do reconhecimento das dinastias políticas, constatamos a presença de 103 elementos, isto é, 28,61% dos municípios foram identificados pelas famílias políticas nessa amostra, dessa forma, obtivemos uma média de 20,60% entre essas regiões, portanto, destacamos novamente o protagonismo das áreas situadas no Nordeste e Sudeste do país, que apresentam relevância em relação aos demais entes federados, essa participação é equivalente a 75% da amostragem.

Ainda, referente à terceira apuração que investiga a identificação das dinastias políticas no Brasil, reconhecemos e classificamos 111 cidades, que significa, 30,83% dos municípios selecionados na amostra 3, dessa maneira, temos uma média de 22,20% entre esses territórios, assim, evidenciamos reiteradamente o destaque das regiões localizadas no Nordeste e Sudeste do país, que possuem uma importância significativa entre os demais blocos regionais, com uma representação de 73% da amostra.

Diante do contexto apresentado nas três pesquisas que identificaram as dinastias políticas nos municípios brasileiros, é possível constatar que os diferentes exames apresentaram concordâncias proporcionais entre as cidades reconhecidas pelos clãs familiares, conforme, podemos observar nos respectivos resultados de 94 (26,11%), 103 (28,61%) e 111 (30,83%), porém, quando extraímos uma média entre essas três explorações, obtemos um valor numérico equivalente a 102 observações, e uma estimativa percentual de 28,33%.

Em vista disso, constatamos a validação do método utilizado por essa pesquisa através do Gráfico 16, uma vez que, obtivemos resultados próximos e correspondentes por meio das duas primeiras amostras investigadas que são distintas e complementares, dessa forma, compreendemos que esse estudo determinou que a magnitude das dinastias políticas nos

municípios brasileiros corresponde a uma média aproximada de 26,30% que estão descritas em uma rotina apresentada na Figura 8.

Assim, a Figura 8 descreve a rotina desenvolvida na linguagem R para calcular um valor médio e definitivo nas duas primeiras amostras, de maneira que, esse procedimento estatístico teve como propósito integrar de forma efetiva uma amplitude de diversas pesquisas das dinastias políticas nos municípios brasileiros.

Figura 8 – Código computacional de extração de dados das duas primeiras amostras

```
# Pacotes
library(tidyverse)
library(ggplot2)
library(readr)
# Dados
df <- read_csv("https://docs.google.com/spreadsheets/d/e/2PACX-1vSOTipGGRxwxHGJvLaOV4jKb0Isu8ziBLJYOxxufHogGpa_wF5IzMW4VzIYpj-CdSnEU0julMZdAwb/pub?output=csv")
round(mean(df$prev_1), 1)
round(mean(df$prev_2), 1)
sum(df$sn_sample)
sum(df$sample_1)
df$avg_prev <- (df$prev_1 + df$prev_2)/2
round(mean(df$avg_prev), 1)
# Gráficos
names(df)
df$avg_prev <- round(df$avg_prev, 1)
df %>%
  ggplot(aes(x = reorder(sigla, -avg_prev), y = avg_prev)) +
  geom_col(alpha = .4,
           fill = "#088F8F") +
  coord_flip() +
  theme_bw() +
  geom_text(aes(label = avg_prev),
           vjust = .3,
           hjust = -.1,
           size = 5) +
  geom_hline(yintercept = mean(df$avg_prev, na.rm = T),
            linetype = "dashed",
            size = 1.4,
            color = "red",
            alpha = .4) +
  ylm(0, 100) +
  labs(x = "",
       y = "Dinastias políticas (%)",
       title = "Prevalência de Dinastias Políticas no Brasil",
       subtitle = "Amostra por município (N = 360)",
       caption = "Fonte: Tese de doutorado de Leonardo Rodrigues Ferreira") +
  annotate(geom = "text",
         x = 20,
         y = 32,
         label = "Média 26,3%",
         size = 6,
         col = "red") +
  theme(text = element_text(size=20))
```

Fonte: Elaboração própria (2023)

Porquanto, através da Figura 8 é possível visualizar as configurações do código computacional, que contém um processo de composição de uma série de instruções para que determinadas tarefas sejam executadas, de modo que, essas ações descrevem eventuais ocorrências de infinitas amostras que mensuram as dinastias políticas nas cidades do Brasil.

Sendo assim, esse resultado é correspondente a duas primeiras amostras averiguadas e estão em congruência com o método estabelecido, portanto, o Gráfico 14 se propõem a testar inúmeras vezes as 360 observações na perspectiva das dinastias políticas.

Desse modo, conforme a metodologia utilizada para as sequências de amostragens embarcadas no Gráfico 14, todas às vezes que testarmos as amostras para essa determinada investigação auferimos 26,30% como média dos elementos.

Por fim, após a estratificação das características das cidades e dos prefeitos eleitos para o pleito municipal de 2016, foi possível compreender, identificar e mensurar por meio de

multimétodos de análises as dinastias políticas existentes nas cidades brasileiras, desse modo, construímos informações relevantes sobre o ambiente e os atributos mais favoráveis para a ocorrência dos clãs familiares na política, bem como, verificamos as peculiaridades sociais e demográficas dessas cidades na perspectiva das dinastias políticas.

Outrossim, na próxima seção direcionamos nossos estudos para as limitações que ocorreram no percurso dessa pesquisa, logo, no sentido de descrever as restrições que transcorreram no trajeto desse trabalho, elaboramos essa parte peculiar da investigação para evidenciar os motivos, razões e circunstâncias que limitaram a elaboração desse estudo científico nas cidades brasileiras.

3.5- Limitações que ocorreram na elaboração da pesquisa

Nessa subdivisão relatamos as ocorrências que dificultaram o processo de investigação durante o percurso dessa pesquisa, assim, descrevemos as principais barreiras e restrições que prejudicaram a eficiência e impactaram o propósito de obter uma maior qualidade na realização deste trabalho acadêmico. Desse modo, iremos mencionar os obstáculos e as limitações que ocorreram nas várias etapas do processo de construção desse estudo científico.

Dessa forma, iniciamos essa seção mencionando as dificuldades que obtivemos quanto ao levantamento das referências e bibliografias acerca do assunto “dinastias políticas”, visto que, a literatura brasileira que diz respeito a esse conteúdo é escassa na ciência política, assim, nos reportamos às obras internacionais que tratam dessa matéria, contudo, para alcançar essa finalidade, fizemos uso de programas de tradução de idiomas e empreendemos interpretações de textos para construir este referencial teórico.

Entretanto, a literatura brasileira investiga esse conteúdo nas áreas da economia, sociologia e história, dessa maneira, outra barreira que encontramos nesses distintos ramos das ciências foi que esse assunto é debatido em diferentes contextos, tais como, as elites sociais, o coronelismo, e as relações de poder, portanto, esse processo dificultou nossa investigação, pois essas esferas não discutem as mensurações das dinastias políticas no Brasil.

Nesse contexto, quanto aos aspectos metodológicos, tivemos vários problemas no decorrer desse procedimento, de forma que, durante a coleta de dados inerente as variáveis de interesse, é possível constatar diversas omissões e conflitos nas informações relacionadas aos prefeitos selecionados pela amostra, de maneira que, não foram possíveis o reconhecimento de todos os atributos desses políticos, logo, elementos como (profissão, patrimônio, ocupação)

poderiam fomentar de modo mais preciso a identificação das dinastias políticas nos governos dos municípios brasileiros.

Ademais, nos três cálculos que mensuraram as amostragens nas cidades brasileiras, não foi possível identificar a presença dos clãs políticos em municípios de alguns estados do Brasil, uma vez que, após essas seleções aleatórias várias regiões obtiveram poucas urbanizações selecionadas para investigação das dinastias políticas.

Informamos, também, que a estratificação da terceira amostra resultou em uma pequena diferença com acréscimo percentual para a região sudeste do Brasil, no entanto, os produtos auferidos por esse território foram compatíveis com as demais amostras. De toda forma, esse aumento de elementos resultou na redução de observações a serem analisadas nas outras unidades federativas.

Posteriormente, na divisão que se reporta ao reconhecimento das dinastias políticas, verificamos várias limitações que restringiram o acesso às informações mais indispensáveis para esse trabalho, portanto, nessa parte específica da pesquisa que trata da identificação familiar dos prefeitos, foram encontrados inúmeros obstáculos produzidos pela ausência de dados que comprometeram o reconhecimento e a classificação dos clãs políticos nos municípios brasileiros.

Assim, ressaltamos que as certidões negativas dos candidatos aos cargos eletivos na política brasileira são documentos exigidos para o registro eleitoral, visto que, fazem parte das regras e exigências estabelecidas pelo TSE, desse modo, todos os políticos devem apresentar e anexar digitalmente esses documentos, porém, estes atestados comprobatórios somente tiveram início no formato digital no pleito de 2004, contudo, apenas nas eleições de 2010 é que esses arquivos podem ser visualizados de forma mais efetiva.

Dessa maneira, no processo de validação das certidões dos prefeitos, identificamos vários problemas nos arquivos anexos nas plataformas do TSE, visto que, muitos desses documentos apenas estavam corrompidos, ilegíveis e desconexos com as informações necessárias para inspeção dos parentescos.

Portanto, a identificação e classificação das dinastias políticas nos municípios brasileiros ficaram condicionadas a validação desses documentos incorporados na interface do TSE, de forma que, todos os registros passaram pelo crivo documental do sistema do tribunal eleitoral, sendo assim, por falta de informações nos arquivos que atestassem a paternidade dos prefeitos, não foi possível reconhecer se esses políticos eram membros de dinastias políticas.

No entanto, em algumas regiões brasileiras, as denominadas “certidões negativas” emitidas pelos órgãos regionais do poder judiciário, e que foram apenas na infraestrutura

virtual do TSE, contém em sua maioria o nome por extenso dos genitores dos candidatos eleitorais, e tornaram mais acessíveis à identificação dos prefeitos.

Porém, esses documentos foram ineficientes para um confronto documental de informações, visto que alguns tribunais não inserem no corpo do texto documental a filiação dos candidatos, o que impossibilitou o reconhecimento de vários parentescos dos prefeitos.

Ademais, as certidões emitidas pelos tribunais situados na região Centro-oeste do Brasil não possuíam em seu teor o nome dos genitores dos candidatos, contudo, em alguns desses documentos o nome da progenitora estava disponível, sendo assim, foi possível em determinados casos identificar via confronto de informações as dinastias políticas. No entanto, a análise das famílias políticas desse território foi prejudicada devido à ausência das informações completas dos pais dos prefeitos.

Além disso, inferimos nessa pesquisa, que a região Norte se destaca entre as demais unidades federativas brasileiras no que se refere à falta de informações específicas nas documentações dos candidatos, visto que, muitas dessas certidões emitidas pelos tribunais regionais e órgãos da justiça estão incorporadas no sistema do TSE, porém, não contém as informações necessárias sobre os progenitores dos prefeitos.

Entretanto, com a impossibilidade da identificação familiar pela validação das certidões, optamos pelo não reconhecimento de algumas localidades brasileiras para fins de definição das dinastias políticas, portanto, mesmo que os indícios fossem relativamente altos para determinar o protagonismo dos clãs políticos, nestes casos decidimos pelo não reconhecimento da municipalidade associada ao fenômeno político familiar.

Por isso, muitas das cidades brasileiras selecionadas pelas amostragens proposta por essa pesquisa não foram classificadas pelas dinastias políticas, devido à ausência documental formal, impossibilitando que fosse possível reconhecer o parentesco do prefeito com outros familiares, assim, consideramos essa parte do trabalho como a mais fragilizada desta investigação, pois, a validação das dinastias políticas foi condicionada ao confronto de informações disponíveis nas certidões.

Então, devido a todas essas restrições e limitações, consideramos nossa pesquisa como conservadora e moderada, uma vez que, realizamos com prudência, cautela e segurança a identificação e em seguida o reconhecimento das dinastias políticas nas cidades brasileiras, selecionadas conforme os critérios estabelecidos por essa investigação.

Portanto, certificamos que a ausência documental na declaração ao TSE pelos candidatos ao governo municipal no pleito de 2016, comprometeu significativamente a

qualidade do banco de dados, de forma que, em alguns contextos dessa pesquisa, os resultados foram prejudicados, tendo em vista a ausência dessas informações.

4 – Resultados das Análises

Neste momento, antes de apresentar as análises dos resultados dessa pesquisa, é relevante abordar as principais restrições que limitaram a construção dessa investigação, visto que foram encontradas várias barreiras que dificultaram o desenvolvimento deste trabalho científico.

Assim, relatamos nessa seção que houve problemas na identificação de alguns dados estratégicos decorrentes da ausência de informações, as quais não foram passíveis de reconhecimento, por isso, tendo em vista essas circunstâncias, alguns gestores municipais não puderam ser classificados pelas dinastias políticas.

No entanto, ressaltamos que informações expressivas e significativas sobre a gestão dos municípios pelas famílias políticas no Brasil foram descobertas, assim, esses achados podem contribuir para um melhor entendimento sobre a política brasileira.

Portanto, conforme demonstrado no capítulo 3 desse trabalho, investigamos manualmente 1.080 cidades brasileiras em três amostras representativas, para ser possível reconhecer qual a mensuração e proporcionalidade das dinastias políticas nos municípios do Brasil, dessa forma, nessas três amostragens identificamos 308 cidades classificadas pelo governo dos clãs políticos no pleito de 2016.

Desse modo, os resultados mais importantes dessa pesquisa indicam que mais de um quarto dos municípios brasileiros são governados por membros das dinastias políticas, por isso, é relevante destacar algumas descobertas dessa investigação que retratam as principais características das cidades quando estão sob a tutela das famílias políticas.

Assim, identificamos que a participação das mulheres no governo dos municípios aumenta quando estas são integrantes de famílias políticas, de modo que, a proporção entre homens e mulheres que foram prefeitos em 2016, e são membros dos clãs políticos representam respectivamente 85% e 15%, isto é, um acréscimo médio de 5% para o governo das prefeitas dinásticas. Essa informação reforça a teoria de que as dinastias políticas favorecem a participação das mulheres na política brasileira (Folke, Rickne e Smith, 2021; Labonne, Parsa e Querubin, 2019).

Além disso, os políticos nativos das dinastias municipais são maioria entre as cidades investigadas, visto que, esses prefeitos originários, ou seja, que nasceram nas cidades em que se elegeram como gestores municipais, superam quantitativamente os governantes conhecidos como forasteiros, os quais não foram nascidos nas cidades em que se tornaram gestores públicos. Esse achado corrobora com o pensamento de (Morata, 2017).

Da mesma maneira, predomina entre os prefeitos dinásticos o estado civil como casados, ou seja, mais de 60% dos administradores municipais classificados pelas dinastias políticas apresentam essa relação matrimonial, portanto, os demais integrantes dos clãs políticos, ou seja, 40% possuem as outras formas de contextos conjugais, esse entendimento é compartilhado pelo entendimento de (Barros et al., 2000).

Em relação aos prefeitos associados aos clãs políticos das cidades investigadas, esses em sua maioria, ou aproximadamente 50%, possuem como escolaridade o ensino superior completo, como também, em torno de 20% dispõem do 2º grau completo, e os demais integrantes detêm os outros níveis de formação escolar, essa informação ressalta o entendimento de (Morata, 2017).

Assim, quando direcionamos as análises aos atributos dos integrantes das dinastias políticas nas cidades selecionadas, é possível verificar que a raça predominante é a branca com aproximadamente 65% de membros dos clãs políticos, porém, a etnia parda representa em média 30% desses integrantes, e as demais raças, preta e amarela constituem apenas 5% do universo da pesquisa. Esses dados refletem a concepção de (Broockman e Soltas, 2020).

Contudo, em relação à idade média dos políticos que constituem as dinastias municipais, esses se concentram essencialmente no intervalo entre 40 e 59 anos, reproduzindo aproximadamente 50% do conjunto dessa investigação, dessa forma, os prefeitos que possuem idades distintas a essas classes representam proporcionalmente 50% das demais faixas etárias.

Entre as ocupações que predominam em meio aos membros das dinastias políticas, destacamos os cargos de prefeito e empresário que prevalecem entre a maioria dos eleitos. Também são relevantes quantitativamente nos clãs políticos as atividades profissionais de agricultor e comerciante.

Nessa mesma conjuntura, ressaltamos que entre os profissionais liberais que foram eleitos prefeitos é possível reconhecer que os médicos e advogados se destacam entre os políticos dinásticos, visto que, essas profissões estão entre as principais escolhas de formação acadêmica da elite brasileira (Barros et al., 2000).

Portanto, outro ponto que merece relevância nesta pesquisa diz respeito ao porte das cidades, dessa forma, 84% dos municípios reconhecidos pelas dinastias políticas possuem até 50.000 habitantes, desse montante, 66% dispõem de até 20.000 habitantes, ou seja, apenas 34% dessas urbanizações apresentam uma população acima de 20.000 indivíduos.

Porém, quando analisamos o patrimônio declarado pelos prefeitos dinásticos, constatamos que quase 40% dos investigados informaram possuir entre bens e direitos um valor

estimado entre 100 e 500 mil reais, e que em torno de 5% desses integrantes dos clãs políticos declararam ao TSE que não possuem nenhum patrimônio.

Em outro contexto, sobre as filiações partidárias que se distinguiram entre os municípios que possuem as dinastias políticas, podemos destacar em ordem de importância que os partidos do MDB, PSDB e PSD foram os mais representativos, dessa forma, constatamos que em 2016 para o cargo eletivo majoritário municipal, esses partidos se destacam em ordem de relevância quantitativa nesse momento da pesquisa.

Entretanto, o MDB foi majoritário nos pleitos de prefeitos, governadores, senadores e deputados estaduais, contudo, na análise geral das eleições 2014/2016 o PT foi o partido predominante para as eleições de deputado federal neste mesmo intervalo temporal.

Ademais, o Norte do Brasil se apresenta como a localidade mais difícil de identificar as dinastias políticas, visto que, as certidões eleitorais emitidas pelos tribunais eleitorais dessa região não apresentaram no texto documental as filiações dos candidatos, dificultando as investigações direcionadas por essa pesquisa.

Da mesma forma, a região Centro-oeste também apresentou dificuldades nas análises das dinastias políticas, visto que, nessa área territorial brasileira as documentações emitidas pelos órgãos competentes não registraram as filiações dos prefeitos, ocasionando a ausência de informações para classificação dos clãs políticos.

Em relação às dificuldades encontradas por essa investigação, evidenciamos que vários arquivos de documentos plotados pelos políticos na plataforma do TSE estavam ilegíveis ou corrompidos. Dessa forma, esses obstáculos dificultaram o processo de reconhecimento das dinastias políticas.

Em uma investigação comparativa, a região Nordeste se destaca com a maior incidência de prefeitos e prefeitas com vínculos políticos anteriores, apresentando uma média de 45%. Entretanto, o Sudeste do país obteve aproximadamente 25% de correspondência para com as dinastias políticas. O tipo de parentesco mais prevalente é a relação pai-filho, representando 45% dos casos examinados.

Na sequência, a região Sul do país apresentou em torno de 15% de adesão para com as dinastias políticas, desse mesmo modo, as cidades que compõem os estados das regiões Norte e Centro-oeste, revelaram conjuntamente uma média de 15% quanto a predisposição para a política dos clãs familiares nessas unidades federativas.

Nessa perspectiva, evidenciamos que os irmãos e os cônjuges dos prefeitos, membros das dinastias políticas são em ordem de importância a segunda e terceira opções de sucessão familiar na política, visto que, na impossibilidade de os filhos sucederem os pais, que é um

fenômeno natural na sucessão dos clãs políticos, esses outros integrantes das famílias fazem parte da hierarquia sucessória do incumbente.

Assim, outra informação relevante que diz respeito às características dos prefeitos membros das dinastias políticas, e está relacionada aos cargos públicos ocupados por esses integrantes do governo, é que os políticos das grandes cidades projetam suas carreiras para outras ocupações políticas, como deputado, senador ou governador, entretanto, os políticos das pequenas cidades ficam mais restritos as funções eletivas municipais como vereador e prefeito.

Em outra perspectiva, as ocorrências das dinastias políticas nos municípios brasileiros acontecem de diversas formas, de modo que, os efeitos decorrentes dos clãs políticos podem surgir em outras cidades ou estados, e até mesmo suceder em momentos mais tardios, com diferentes atores políticos que substituem e representam o incumbente (Barros et al., 2000).

Em relação ao PIB das cidades dinásticas averiguadas por essa pesquisa, inferimos que esse indicador econômico possui uma grande variedade de índices com um direcionamento para os valores baixos, predominando um comportamento característico das cidades de pequeno porte, ou seja, que possuem uma economia limitada e ancorada no funcionamento da prefeitura municipal.

No entanto, referente ao IDH desses municípios identificados pelas dinastias políticas, é possível estabelecer algumas considerações, as quais, que todas essas cidades são classificadas com um índice médio de desenvolvimento humano, porém, grande parte desses territórios possuem referências muito próximas ao baixo indicador de desenvolvimento, e que algumas poucas urbanizações apresentam parâmetros de progressos perto dos altos índices de bem-estar social.

Portanto, para assegurar resultados mais robustos, realizamos uma tripla estimativa em três amostras distintas sem repetição, e os resultados permaneceram consistentes, com uma média de prefeituras dinásticas de 26%. As evidências apresentadas neste estudo corroboram com os valores previamente reportados por Bragança, Ferraz e Rios (2015), fornecendo estimativas confiáveis sobre a prevalência de dinastias políticas no território brasileiro.

5 – Conclusão

A presente pesquisa teve como propósito elucidar a prevalência das dinastias políticas nos municípios brasileiros, dessa forma, se constatou que em média 26,30% das cidades brasileiras são governadas por integrantes das dinastias políticas, de maneira que, os filhos são os sucessores naturais dos pais na gestão dos clãs políticos.

Portanto, na linha de sucessão são os filhos que substituem os pais nas eleições municipais, entretanto, na ausência deste descendente direto, os irmãos dos prefeitos é a segunda opção quando tratamos da hereditariedade política, assim como, os cônjuges são a terceira alternativa para a continuação da gestão política familiar.

Se faz necessário informar que ao longo dessas investigações de reconhecimento político familiar, outros agregados associados aos prefeitos foram relacionados como sucessores dos políticos, porém, por não se tratarem de familiares diretos, os genros e cunhados não foram classificados como integrantes das dinastias políticas.

No aspecto metodológico a pesquisa realizou três amostras das cidades brasileiras, as quais resultaram em três estratificações distintas e compatíveis que se propuseram a reconhecer e em seguida representar as características políticas e sociais dos prefeitos que retratam as famílias que governam os municípios no Brasil.

Assim, para essa pesquisa realizamos três seleções representativas para ser possível validar o método da amostragem, de modo que, na primeira averiguação foi encontrada uma prevalência de 26,11%, na segunda investigação identificamos 28,61% de adesão para as dinastias políticas, e por fim, na terceira análise reconhecemos 30,83% de compatibilidade com a gestão pública familiar dos municípios brasileiros.

Em relação ao diagnóstico brasileiro das dinastias políticas por regiões, infere-se que o Nordeste destoa como o território mais proeminente para o governo dos clãs políticos, com uma representatividade média de 45%, essa participação corresponde a quase metade dos indicadores dos governos familiares nas cidades tupiniquins.

Da mesma forma, no Sudeste do Brasil foi detectado uma média que se aproxima de 25% de conformidade para com as dinastias políticas, desta maneira, esse território possui uma representatividade de um quarto de reconhecimento dos clãs políticos brasileiros, tendo em vista que essa região é a mais populosa da nação.

No território do Sul do país, constatamos a existência de aproximadamente 15% de inclinação para o governo das famílias políticas que administram os municípios brasileiros,

sendo assim, nesse território os gestores das cidades que são membros dos clãs políticos possuem em média um sexto de participação na governança familiar.

Em relação às regiões Norte e Centro-oeste foi possível identificar uma pequena concentração da gestão política familiar nas cidades investigadas, visto que, nesses territórios a média estabelecida para classificação dos municípios dinásticos de cada região girou em torno de 7%, isto é, aproximadamente 15% para as duas unidades federativas.

É importante ressaltar que a apuração desses percentuais de participação das famílias políticas nas regiões brasileiras, representam a intensidade da presença das dinastias políticas nas cidades brasileiras, portanto, quanto maior a prevalência desse fenômeno, maior poderão ser os efeitos determinados por essa ocorrência.

Assim, os achados desse trabalho podem contribuir na construção de outras agendas de estudos para a ciência política, no sentido de desmistificar os impactos econômicos e sociais da gestão das famílias políticas no desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Dessa forma, as gestões das famílias políticas nas urbanizações brasileiras se destacam por apresentarem algumas características peculiares que são inerentes aos efeitos dessa ocorrência, dessa forma, a participação das mulheres na política das cidades aumenta aproximadamente em 5% quando as prefeitas são integrantes das dinastias políticas.

Entretanto, alguns atributos dirigidos às dinastias políticas nas cidades brasileiras não sofreram alterações em relação às outras formas de gestões municipais com prefeitos que não fazem parte das famílias políticas, de forma que, não houve mudanças significativas nas variáveis do patrimônio, profissões, escolaridade e IDH.

Em relação à naturalidade dos prefeitos classificados pelas dinastias políticas, esses se concentram predominantemente entre os reconhecidos como nativos, que prevalecem em pequena maioria quando comparados aos gestores considerados forasteiros, que foram administradores municipais nas cidades investigadas.

No entanto, não foi possível estabelecer de forma efetiva o reconhecimento do governo dos clãs políticos nos municípios das regiões Norte e Centro-oeste do Brasil, tendo em vista, que nas documentações analisadas dos prefeitos dessas localidades não foram identificados os seus genitores, portanto, nesses territórios as investigações ficaram prejudicadas pela ausência desses registros nos documentos, limitando a eficácia da pesquisa.

Nesse contexto, quando comparamos as características dos municípios brasileiros considerados dinásticos com aqueles classificados como não dinásticos, é plausível destacar que vários aspectos divergem, de forma que os elementos de gênero, naturalidade e PIB apresentam algumas diferenças.

Em relação ao patrimônio declarado pelos prefeitos selecionados, foi possível inferir que esses políticos possuem uma forma consensual de informar seus bens, dado que, houve as mesmas características entre as informações dos governantes, desse modo, a grande maioria dos gestores públicos evitam declarar de forma fidedigna suas posses.

Desta maneira, essas descobertas podem contribuir para aperfeiçoar e modernizar o sistema eleitoral brasileiro, uma vez que, as respostas encontradas por essa investigação proporcionam subsídios informacionais para que os agentes políticos, pesquisadores, e tribunais eleitorais reflitam no sentido de aperfeiçoar a qualidade dos processos democráticos para as eleições municipais no Brasil.

Ademais, os resultados dessa pesquisa revelam as características dos prefeitos quando estes são integrantes das famílias políticas, de modo que foi possível descrever os atributos desses políticos, assim como os aspectos das cidades que foram selecionadas pela amostra dessa investigação.

É importante destacar que essa pesquisa corrobora com vários outros trabalhos em diversos resultados alcançados, de modo que, os produtos dessa investigação ratificam alguns achados já descobertos por diversas obras acadêmicas, dessa maneira, essa contribuição fomenta dados complementares no contexto da pesquisa sobre as dinastias políticas nas cidades brasileiras.

Dessa forma, a metodologia utilizada por esse trabalho empregou uma técnica que foi capaz de identificar as dinastias políticas, assim, esse procedimento se amparou na validação das certidões eleitorais, que podem ser aplicadas em outras pesquisas para reconhecer os clãs políticos em diversos territórios do Brasil.

Portanto, proponho a utilização dessa ferramenta metodológica que distingue os membros de uma mesma família, visto que, o emprego dessa técnica para fins de pesquisa acadêmica permite fazer comparações entre os genitores dos políticos que possuem o mesmo sobrenome, ou seja, através do registro dos pais dos gestores eleitos é possível realizar uma comparação documental no formato manual para reconhecer os vínculos familiares.

Essa contribuição metodológica propõe uma forma de identificar os políticos dinásticos, de maneira que, acompanhada e combinada com outros formatos de buscas em diversas plataformas governamentais, configuraram-se em associações e em seguida no reconhecimento dos integrantes políticos membros de uma mesma família.

Além disso, o banco de dados elaborado para essa pesquisa poderá fomentar outros trabalhos acadêmicos, pois, essa base capacitou o reconhecimento das dinastias políticas nas

idades brasileiras, portanto, essas informações são capazes de subsidiar outras investigações acerca da mensuração dos clãs políticos.

Nesse sentido, outro ponto de destaque nos resultados dessa averiguação trata-se dos efeitos das dinastias políticas nos municípios do Brasil, visto que, essa pesquisa não teve o propósito de realizar esse estudo, porém, os achados dessa investigação podem prover subsídios para futuras pesquisas.

Consequentemente, essa pesquisa fornece informações que podem contribuir para identificar os impactos das dinastias políticas no desenvolvimento econômico das cidades brasileiras, de modo que, essa investigação possui dados estratégicos sobre os clãs políticos que podem fomentar outros trabalhos sobre as consequências no progresso dos municípios, quando são governados pelas famílias políticas brasileiras.

No que consiste a questão social, as respostas desse trabalho contribuem com vários indicadores que traçam o perfil dos prefeitos nos municípios brasileiros, assim, os atributos desses políticos servem para caracterizar o cenário eleitoral que contemplam os pleitos municipais das cidades do Brasil.

Ademais, na perspectiva do contexto social, as características das dinastias políticas retrataram o comportamento dos prefeitos dinásticos que governam os municípios brasileiros, de maneira que, esses políticos representam em vários contextos os interesses da elite dominante que buscam a todo custo se manter no poder.

Nesse sentido, para proporcionar aos leitores mais informações metodológicas acerca do desenvolvimento desse trabalho, bem como, dirimir dúvidas sobre a pesquisa, elaboramos três apêndices, cujo primeiro trata respectivamente do passo a passo para identificação das dinastias políticas, já o segundo apresenta dez perguntas e respostas para esclarecer os pontos mais importantes desta investigação, e por fim no terceiro anexo é apresentado dois modelos de certidões, uma representando a região Norte e a outra o Sudeste.

Dessa forma, os resultados encontrados nessa pesquisa serão publicizados para a sociedade civil organizada, com o propósito amparado na ideia que os cidadãos tenham acesso às informações que lhes permitam reconhecer as características dos políticos brasileiros, de maneira que, proporcione a população uma noção sobre os atributos das dinastias políticas nos municípios brasileiros.

Logo, os produtos dessa investigação serão enviados para as agências dos governos federais, estaduais e municipais, para organizações civis de pesquisas políticas, universidades e centros de estudos eleitorais. Além disso, esse trabalho será convertido em artigos e resumos

para alcançar a comunidade acadêmica e organizações privadas que tenham interesse sobre esse objeto de pesquisa.

Dessa maneira, essa pesquisa pretende incentivar outros trabalhos principalmente na área da ciência política, no sentido de estimular pesquisadores na elaboração de investigações sobre as dinastias políticas no Brasil, de forma que, esse conteúdo que trata do governo das famílias políticas nos municípios brasileiros seja desenvolvido com mais intensidade em outros campos da ciência como na sociologia, economia e história.

Para futuras pesquisas acerca das dinastias políticas no Brasil, no que tange a utilização de métodos mistos, propomos que as informações auferidas e a metodologia empregada por essa investigação podem e devem ser continuadas em outros trabalhos, pois, essa técnica de identificação mensurou as famílias políticas e proporcionou evidenciar as características das gestões políticas nos diversos municípios brasileiros.

Assim, esse trabalho alcançou seus objetivos de forma geral, pois proporcionou achados e incrementos que contribuíram para o estudo das famílias políticas nas cidades brasileiras, bem como obteve como principal descoberta a mensuração das dinastias políticas nos municípios do Brasil.

Por fim, a realização dessa pesquisa proporcionou uma contribuição significativa para o progresso da ciência, tendo em vista, que colaborou com várias informações sobre a identificação e caracterização das dinastias políticas nas cidades brasileiras, portanto, esse trabalho propõe ressignificar a importância das famílias políticas no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANZIA, Sarah F.; BERRY, Christopher R. The Jackie (and Jill) Robinson effect: why do congresswomen outperform congressmen? **American Journal of Political Science**, v. 55, n. 3, p. 478-493, 2011.
- ASAKO, Yasushi et al. Dynastic politicians: Theory and evidence from Japan. **Japanese Journal of Political Science**, v. 16, n. 1, p. 5-32, 2015.
- ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano. Ranking – Todo o Brasil 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- BANERJEE, Milinda. How ‘Dynasty’ Became a Modern Global Concept: Intellectual Histories of Sovereignty and Property. **Global Intellectual History**, v. 7, n. 3, p. 421-452, 2022.
- BALANQUIT, Romeo T.; CORONEL, Lianca O.; YAMBAO, Jose Y. Measuring political dynasties in Metro Manila. **Philippine Review of Economics**, v. 54, n. 1, p. 120-137, 2017.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 15, p. 123-142, 2000.
- BATTO, Nathan F. Legacy candidates in Taiwan elections, 2001–2016: Just a bunch of bullies. **Asian Survey**, v. 58, n. 3, p. 486-510, 2018.
- BESLEY, Timothy; REYNAL-QUEROL, Marta. The logic of hereditary rule: theory and evidence. **Journal of Economic Growth**, v. 22, p. 123-144, 2017.
- BRAGANÇA, Arthur; FERRAZ, Claudio; RIOS, Juan. Political dynasties and the quality of government. **Unpublished manuscript**, 2015.
- BRASIL. Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Estabelece, de acordo com o artigo 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília: 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp64.htm. Acesso em: 10 set. 2023.
- BRASIL (a). Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 1997.
- BROSSIER, Marie; DORRONSORO, Gilles. O paradoxo da transmissão familiar do poder. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 3, n. 4, p. 1-10, 2017.
- BROOCKMAN, David E.; SOLTAS, Evan J. A natural experiment on discrimination in elections. **Journal of Public Economics**, v. 188, p. 104-201, 2020.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Metáforas do Parentesco e a duração em Política. Textos de História. **Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB.**, v. 3, n. 1, p. 82-103, 1995.

CODATO, Adriano. Estado Novo no Brasil: um estudo da dinâmica das elites políticas regionais em contexto autoritário. **Dados**, v. 58, p. 305-330, 2015.

CODATO, Adriano; LORENCETTI, Mariana; PRATA, Bruna. Elites políticas e representação: uma investigação da literatura contemporânea sobre políticos profissionais. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 95, 2021.

CONSTANTINO, R. **The making of a Filipino**: a story of Philippine colonial politics. Quezon City: Malaya Books, 1982.

DAL BÓ, Ernesto; DAL BÓ, Pedro; SNYDER, Jason. Political dynasties. **The Review of Economic Studies**, v. 76, n. 1, p. 115-142, 2009.

DA COSTA OLIVEIRA, Savio Luan; DE FARIAS SOUZA, Wallace Patrick Santos. **Political Dynasties and Corruption**: Evidence from Brazil. 2022.

DE DIOS, Emmanuel S. **Local politics and local economy**. In: The Dynamics of Regional Development. Edward Elgar Publishing, p. 157-203, 2007.

DE OLIVEIRA, R.C; GOULART, M.H.H.S; VANALI, A.C.; MONTEIRO, J.M. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 5, n. 11, pág. 165 a 198, 2017.

DE SOUZA, João Roberto dos Reis. Dinastias políticas no parlamento brasileiro e o seu perfil ideológico: uma análise da 55ª legislatura. **Revista Sem Aspas**, p. 261-274, 2020.

DE VASCONCELOS RAPOSO, Eduardo. As elites políticas brasileiras: uma proposta de abordagem. Perspectivas: **Revista de Ciências Sociais**, v. 53, 2019.

DOHMEN, Thomas; FALK, Armin; HUFFMAN, David; SUNDE, Uwe. The intergenerational transmission of risk and trust attitudes. **The Review of Economic Studies**, v. 79, n. 2, p. 645-677, 2012.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro. 4ªed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Elites políticas regionais: contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77, p. 175, 2011.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 1, p. 115-146, 2009.

FOLKE, Olle; RICKNE, Johanna; SMITH, Daniel M. Gender and dynastic political selection. **Comparative Political Studies**, v. 54, n. 2, p. 339-371, 2021.

FUKUYAMA, Francis. **As Origens da Ordem Política**: dos tempos pré-humanos até a revolução francesa. São Paulo: Rocco, 2012.

GEORGE, Siddharth Eapen; PONATTU, Dominic. **Like father, like son?** The effect of political dynasties on economic development. Work. Pap., Harvard Univ., Cambridge, MA Google Scholar Article Location, v. 4, 2019.

GEYS, Benny; SMITH, Daniel M. Political dynasties in democracies: causes, consequences and remaining puzzles. **The Economic Journal**, p. 446-454, 2017.

GÖBEL, Christian. Beheading the hydra: Combating political corruption and organised crime. **China perspectives**, v. 2004, n. 56, 2004.

GRILL, Igor Gastal. As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes. **Sociedade em Debate**, v. 10, n. 2, p. 159-197, 2004.

HAGOPIAN, Frances. **State Capitalism and Politics in Brazil**. Helen Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame, 1986.

HERMES, L. C. R.; STUANI, C; CAPPELARI, G; ZALUSKI, F. C; SAUSEN, J. O. **Fatores de influência e características dos influenciadores que afetam o comportamento do eleitorado rural e urbano**. Salão do Conhecimento, 2019.

HESS, Stephen. **America's Political Dynasties**. Routledge, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

HUTCHCROFT, Paul D.; ROCAMORA, Joel. Strong demands and weak institutions: The origins and evolution of the democratic deficit in the Philippines. **Journal of East Asian Studies**, v. 3, n. 2, p. 259-292, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As estimativas da população dos municípios para 2021. Agência IBGE notícias, 27/08/2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31461-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2021>. Acesso em: 06 de out. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas Nacionais Trimestrais – Indicadores IBGE. Disponível em: <http://ftp.ibge.gov.br> > pib-vol-val_201704caderno. Acesso em: 24 dez. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/natal/panorama>. Acesso em: 19 out. 2023a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/cacimbinhas/historico>. Acesso em: 19 out. 2023b.

KURTZ, Donn M. The Political Family: A Contemporary View, **Perspectivas Sociológicas**, v. 32, n. 3, p. 331-352, 1989.

LABONNE, Julien; PARSA, Sahar; QUERUBIN, Pablo. **Political dynasties, term limits and female political empowerment**: Evidence from the Philippines. National Bureau of Economic Research, 2019.

LAUREANO, Raul; PEDROSA, Isabel. **A utilização de ferramentas informáticas para a realização de tarefas de verificação**: Implementação no Microsoft Excel e no CaseWare IDEA. In: 2016 11th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI). 2016.

MARDEGAN, Ivan Osmo. **Theory and evidence of women's political exclusion in Brazil**. Orientador: George Avelino Filho. 2020. 149 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2020.

MENDOZA, R. U; BEJA JR, E. L; VENIDA, V. S; YAP, D. B. Inequality in democracy: Insights from an empirical analysis of political dynasties in the 15th Philippine Congress. **Philippine Political Science Journal**, v. 33, n. 2, p. 132-145, 2012.

MENDOZA, R. U; BEJA JR, E. L; VENIDA, V. S; YAP, D. B. Political dynasties and poverty: measurement and evidence of linkages in the Philippines. **Oxford Development Studies**, v. 44, n. 2, p. 189-201, 2016.

MESSEMBERG, Débora. **O 'alto' e o 'baixo' clero do Parlamento brasileiro**, In: 33º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 2009.

MEU MUNICIPIO. Disponível em: <https://meumunicipio.org.br/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a câmara dos deputados. **Dados**, v. 58, p. 721-747, 2015.

MORATA, Rodrigo Simonaio. **Local de nascimento e transferências conveniadas**. Orientador: Enlinson Mattos. 2017. 59 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Economia de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2017.

MOSCA, Gaetano. **The Ruling Class**. Nova York: Mcgraw-Hul Book Company, Inc. 1939.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. Herança familiar na política: retrato dos limites da democracia no Brasil contemporâneo. **Revista Katálysis**, v. 20, p. 430-438, 2017.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

OLSON, Mancur. Dictatorship, democracy, and development. **American political science review**, v. 87, n. 3, p. 567-576, 1993.

PALONI, Nelson Alexandre. **O Estudo de Viabilidade Municipal e seu Impacto no Desenvolvimento Local**. Orientador: Márcio Pugliesi. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Filosofia do Direito e do Estado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

PARETO, Vilfredo. **The Rise and Fall of Elites: an Application of Theoretical Sociology**, transl. HL Zetterberg, Totowa, 1968.

PATRIKIOS, Stratos; CHATZIKONSTANTINOOU, Michalis. Dynastic politics: Family ties in the Greek Parliament, 2000–12. **South European Society and Politics**, v. 20, n. 1, p. 93-111, 2015.

PIMENTEL, Vanuccio Medeiros. **A primazia dos clãs: a família na política nordestina**. Orientador: Flávio da Cunha Resende. 2014. 116 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2016. Recife, 2014.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **PNUD no Brasil**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idh>. Acesso em: 29 dez. 2022.

PORTAL DADOS ABERTOS DO TSE. **Repositório de Dados Eleitorais**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 26 abr. 2022.

PURWANINGSIH, Titin; WIDODO, Bambang Eka Cahya. The Interplay of Incumbency, Political Dynasty and Corruption in Indonesia: Are Political Dynasties the Cause of Corruption in Indonesia? **Revista UNISCI**, n. 53, 2020.

QUERUBIN, Pablo. **Political reform and elite persistence: Term limits and political dynasties in the Philippines**. In: APSA 2012 Annual Meeting Paper. 2012.

RIBEIRO, Sabrina de Carvalho. **Dinastias políticas e poder local: o caso do município de Arcos - MG**. Orientador: Débora Messenberg. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado), Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

RIVERA, Juan Fernando Rios. **Dinastias Políticas e Qualidade do Governo**. Orientador: Claudio Abramovay Ferraz do Amaral. 2012. 57 f. Dissertação (Mestrado), Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ROSSI, Martín A. **Self-perpetuation of political power: Evidence from a natural experiment in Argentina**. 2016.

SAMUELS, David. Does money matter? Credible commitments and campaign finance in new democracies: theory and evidence from Brazil. **Comparative Politics**, p. 23-42, 2001.

SCHAFFERER, Christian. Political dynasties and democratization: A case study of Taiwan. **Asian Journal of Comparative Politics**, p. 1-19, 2023.

SENADO FEDERAL. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2018/10/27/saiba-por-que-cada-estado-possui-tres-representantes-no-senado>. Acesso em: 19 dez 2022a.

SENADO FEDERAL. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/544591-proporcao-de-deputados-eleitos-por-estado-tem-distorcoes-ja-previstas-na-constituicao/>. Acesso em: 21 dez 2022b.

SILVA, Virginia Rocha da. **The family connection**: political dynasties and government transparency in Brazilian municipalities. Orientador: Mariana Batista da Silva. 2002. 160 f. Tese (Doutorado), Departamento de Ciência Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

SMITH, Sheila A. *Dynasties and democracy: The inherited incumbency advantage in Japan*. New York, USA: **Cambridge University Press**, 2020.

SOLON, Jose Orville C.; FABELLA, Raul V.; CAPUNO, Joseph J. Is local development good politics? Local development expenditures and the re-election of governors in the Philippines in the 1990s. **Asian Journal of Political Science**, v. 17, n. 3, p. 265-284, 2009.

SYAHBANDIR, Mahdi; HASAN, Effendi; IZWAR, Izwar. **A Political Dynasty in Nagan Raya District**. In: 1st Aceh Global Conference (AGC 2018). Atlantis Press, p. 234-238, 2019.

TEIXEIRA, Rui Jorge Soares. **As dinastias de presidentes de câmara municipal no Portugal democrático**: mapeamento e explicação. Orientador: Luís Manoel Pinto de Sousa. 2021. 61 f. Dissertação (Mestrado), Departamento de Ciência Política e Política Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2021.

TEEHANKEE, Julio C. **House of clans**: Political dynasties in the legislature. In: Thompson MR, Batalla EC (eds) *Routledge handbook of the contemporary Philippines*. New York: Routledge, p. 85-96, 2018.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições 2016**: Mulheres representam mais de 30% dos candidatos. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Setembro/eleicoes-2016-mulheres-representam-mais-de-30-dos-candidatos>. Acesso em: 22 nov. 2022a.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Divulgação de candidaturas e contas eleitorais**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>. Acesso em: 03 nov. 2022b.

TUAZON, Bobby. **Six centuries of political dynasties**: why the Philippines will forever be ruled by political clans? Issue Analysis: Policy Study, Publication and Advocacy (pspa) [Powerpoint Slides]. Retrieved from [http:// www.cenpeg.org](http://www.cenpeg.org). 2012.

TUSALEM, Rollin F.; PE-AGUIRRE, Jeffrey J. The Effect of Political Dynasties on Effective Democratic Governance: Evidence From the Philippines. **Asian Politics & Policy**, v. 5, n. 3, p. 359-386, 2013.

VLOEBERGHES, Ward. Dinâmicas dinásticas no Líbano: transmitir o poder político em família. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 3, n. 4, p. 66-90, 2017.

WARNER, Carolyn M. Political parties and the opportunity costs of patronage. **Party Politics**, v. 3, n. 4, p. 533-548, 1997.

APÊNDICE 1 PASSO A PASSO:

1- Identificar os sobrenomes dos prefeitos nos arquivos dos candidatos das eleições municipais de 2016, por Estados do Brasil através da plataforma do TSE

The screenshot shows an Excel spreadsheet with the following columns: DT_GERACAO, HH_GERACAO, ANO_ELEI, CD_TIPO, NM_TIPO, NR_TURNI, CD_ELEICDS, ELEICA_DT, ELEICA_TP, ABRAS, SG_UF, SG_UE, NM_UE, CD_CARGIDS, CARGI_SQ, CAND_NR, CAND_NM, CANE_NM, URN_NM, SOCU, NR_CI. The data rows contain candidate names and their respective details for the 2016 municipal elections.

2- Função formatação condicional para localizar os políticos que são membros de uma mesma família

The screenshot shows the same Excel spreadsheet as above, but with a 'Nova Regra de Formatação' (New Formatting Rule) dialog box open. The dialog box is configured as follows:

- Seleção de Tipo de Regra:**
 - Formatar todas as células com base em seus respectivos valores
 - Formatar apenas células que contenham
 - Formatar apenas os primeiros ou últimos valores
 - Formatar apenas valores acima ou abaixo da média
 - Formatar apenas valores exclusivos ou duplicados
 - Usar uma fórmula para determinar quais células devem ser formatadas
- Edite a Descrição da Regra:**
 - Formatar apenas células com: **Texto Específico** contém
- Visualização:** Sem definição de formato

The dialog box also has 'Formatar...' and 'OK' buttons.

3- Após identificar políticos com o mesmo sobrenome, nos dirigimos a plataforma do TSE denominada “Divulgação de candidaturas e contas eleitorais”.

divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/

Portal de Serviços d... Cases | Cases de Su... +pl detector de plágio ... Produção Artigos IntegraçãoPE - Con... PKP REVISTA METODOS... PKP Gestão Pública Rede Nacional de C... Estudos de Caso e...

Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais Eleição Geral Federal 2022

Eleição Geral Federal 2022

Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais
Apresenta informações detalhadas sobre todos os candidatos que pediram registro à Justiça Eleitoral e sobre as suas contas eleitorais e as dos partidos políticos.

Cargo	Quantidade
Presidente	13
Vice-presidente	13
Governador	224
Vice-governador	242
Senador	243
1º Suplente	274
2º Suplente	276
Deputado Federal	10.630
Deputado Estadual	16.737
Deputado Distrital	610

13/12/2023 14:10

Regiões Brasileiras

14:28 13/12/2023

4- Na plataforma “Divulgação de candidaturas e contas eleitorais” buscamos as eleições municipais de 2016

divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/

Portal de Serviços d... Cases | Cases de Su... +pl detector de plágio ... Produção Artigos IntegraçãoPE - Con... PKP REVISTA METODOS... PKP Gestão Pública Rede Nacional de C... Estudos de Caso e...

Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais Eleições Municipais 2016

Eleições Municipais 2016

Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais
Apresenta informações detalhadas sobre todos os candidatos que pediram registro à Justiça Eleitoral e sobre as suas contas eleitorais e as dos partidos políticos.

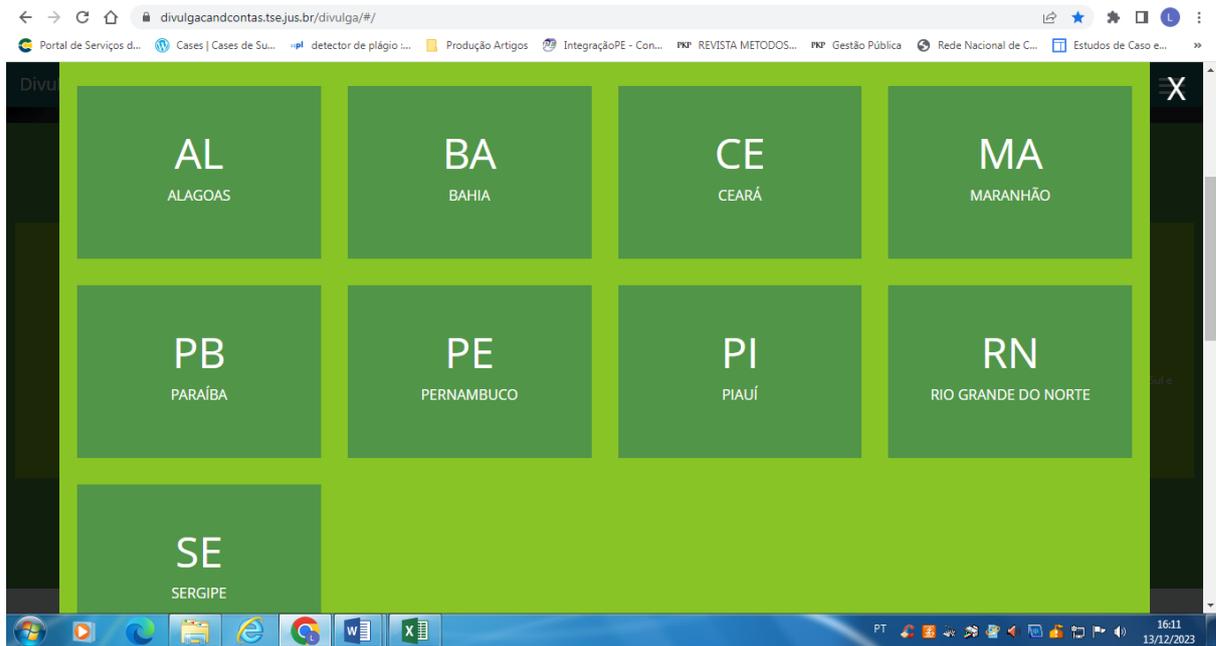
Cargo	Quantidade
Prefeito	16.573
Vice-prefeito	16.966
Vereador	463.438

26/04/2023 17:08

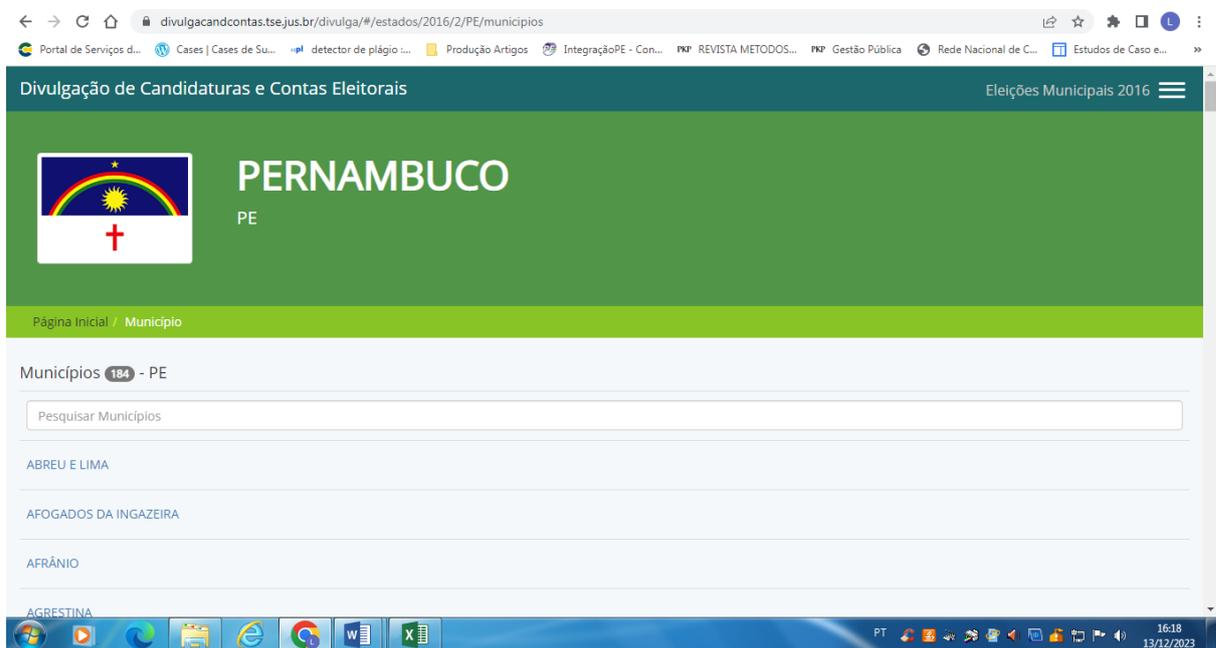
Consultas por Regiões Brasileiras

16:03 13/12/2023

5- Em seguida, escolhemos a região e selecionamos o Estado que iremos investigar.



6- Assim, escolhemos o Estado que iremos averiguar.



7- Da mesma forma, escolhemos o município para análise.

divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2016/2/23574/candidatos

Portal de Serviços d... Cases | Cases de Su... detector de plágio ... Produção Artigos IntegraçãoPE - Con... FKP REVISTA METODOS... FKP Gestão Pública Rede Nacional de C... Estudos de Caso e...

Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais Eleições Municipais 2016

CABO DE SANTO AGOSTINHO
PERNAMBUCO - PE

Página Inicial / Município / Lista de Candidatos

CABO DE SANTO AGOSTINHO - 3 Conheça mais sua cidade com o IBGE Situações Exportar

Prefeito Pesquisar um candidato

Nome na Urna	Nome Completo	Nº	Situação	Sigla	Partido/Federação/Coligação	
BETINHO	HEBERTE LAMARCK GOMES DA SILVA	45	Deferido	PSDB	A MUDANÇA VERDADEIRA	Não eleito
GLEYDSON GOES	GLEYDSON WANDERSON ALVES DE GOES	50	Deferido	PSOL	PSOL	Não eleito
LULA CABRAL	LUIZ CABRAL DE OLIVEIRA FILHO	40	Deferido	PSB	FRENTE POPULAR DO CABO	Eleito

PT 16:25 13/12/2023

8- Escolhemos o político eleito no município.

divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2016/2/23574/17000001133

Portal de Serviços d... Cases | Cases de Su... detector de plágio ... Produção Artigos IntegraçãoPE - Con... FKP REVISTA METODOS... FKP Gestão Pública Rede Nacional de C... Estudos de Caso e...

Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais Eleições Municipais 2016

LULA CABRAL 40
Foto para urna
Eleito

Prefeito - CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE
Partido Socialista Brasileiro - PSB
CNPJ - 25.335.037/0001-00

Consta da urna Situação Candidato Deferido Situação Candidatura Deferido Situação Partido/Federação/Coligação

Página Inicial / Município / Lista de Candidatos / Candidato

Consultas Dados do Candidato 13/05/2021 última atualização Documentos

Lista de Bens Declarados Eleições Anteriores Vices / Suplentes

LUIZ CABRAL DE OLIVEIRA FILHO
NOME COMPLETO

29/10/1955
DATA DE NASCIMENTO

Masculino
GÊNERO

BRANCA
COR / RAÇA

Casado(a)

Brasileira nata / PE-CABO DE

Proposta de Governo
Certidão
Certidão
Certidão
Certidão

PT 16:43 13/12/2023

9- Na aba documentos, acessamos as certidões negativas plotadas pelos políticos

Adobe Acrobat: ferramentas para editar, converter e assinar PDFs | chrome-extension://efaidnbnmmibpcjgclcfndmkaj/https://divulgacandcontas.tsejus... | Portal de Serviços d... | Cases | Cases de Su... | detector de plágio ... | Produção Artigos | IntegraçãoPE - Con... | REVISTA METODOS... | Gestão Pública | Rede Nacional de C... | Estudos de Caso e... | Ferramentas | divulgaand... / certidao...7972801 | Desktop | Compartilhar | Fazer login

Boas-vindas ao Acrobat
Obtenha acesso ilimitado à ferramenta com uma avaliação gratuita de sete dias.
[Iniciar avaliação gratuita](#)
Já tem um plano? [Fazer login](#)

CONVERTER
PDF para Word
PDF para JPG
PDF para Excel
PDF para PPT
Converter em PDF

EDITAR
Editar texto e imagens
Mais ferramentas

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Diretoria Criminal

EU, JORGE LUIS DE ARRUDA PEDROSO, DIRETOR CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EM VIRTUDE DA LEI, ETC.....

CERTIDÃO

CERTIFICADO, por me haver sido requerido pela parte interessada, **LUIZ CABRAL DE OLIVEIRA FILHO**, brasileiro, divorciado, empresário, nascido no dia 29/10/1955, filho de Luiz Cabral de Oliveira e de Edite Maria de Oliveira, portador do RG nº 19.674.369-2 SSP-PE e do CPF nº 113.452.924-49, residente na Av. Boa Viagem, nº 4988, aptº 2801, Boa Viagem, Recife-PE, que por este Tribunal de Justiça CONSTA: 1) – Ação Penal nº 203.712-1, autuada no dia 27/11/2009, distribuída para a Seção Criminal / Des. Roberto Ferreira Lins, que tem como Autor a Procuradoria Geral de Justiça e como réu Luiz Cabral de Oliveira Filho; arquivado desde 18/10/2011, tendo sido julgado em 09/06/2011, com o termo de julgamento do seguinte teor: " Por maioria de votos, rejeitou-se a denúncia a denúncia. Impedido o eminente Desembargador Antônio de Melo e Lima. Lavrará o acórdão o Desembargador Gustavo Augusto Rodrigues de Lima, condutor do voto divergente"; 2) – Ação Penal nº 427.335-0, autuada no dia 02/03/2016, distribuída para a Corte Especial / Des. Eduardo Paurá Peres, que tem como Autor o Ministério Público de Pernambuco e como réu Luiz Cabral de Oliveira

10- Consulta no google do sobrenome do político + palavras chaves para identificar membros das famílias

google.com.br/search?q=irmão+de+lula+cabral&esv=590654907&xsrf=AM9HkKn0cMhLpHmO3_gn8sPeoGFHzrBJOw%3A1702498253330&ei=zQ96Za... | Portal de Serviços d... | Cases | Cases de Su... | detector de plágio ... | Produção Artigos | IntegraçãoPE - Con... | REVISTA METODOS... | Gestão Pública | Rede Nacional de C... | Estudos de Caso e... | Google | irmão de lula cabral | Todas | Imagens | Notícias | Vídeos | Shopping | Mais | Ferramentas | SafeSearch

Aproximadamente 286.000 resultados (0,23 segundos)

Folha PE
https://www.folhape.com.br > colunistas > blogdafolha |
Morre o ex-deputado estadual, Everaldo Cabral, aos 71 anos
12 de out. de 2023 — Nas redes sociais, o ex-prefeito do Cabo e atual deputado estadual, **Lula Cabral** (Solidariedade), **irmão** de Everaldo, prestou homenagens e ...

Blog Ponto de Vista
https://blogpontodevista.com > lula-cabral-lamenta-fa... |
Lula Cabral lamenta falecimento do irmão Everaldo Cabral
12 de out. de 2023 — **Lula Cabral** lamenta falecimento do **irmão** Everaldo Cabral - Everaldo foi um parceiro na política e na vida, sempre me mostrando o caminho do bem.

Radar Metropolitano
https://radarmetropolitanope.com.br > Blog > Notícias |
Deputado Lula Cabral lamenta falecimento do irmão ...
12 de out. de 2023 — O deputado estadual **Lula Cabral** usou o seu perfil no Instagram para lamentar o falecimento do seu **irmão** Everaldo Cabral, ocorrida na manhã ...

11- Consulta nos sites das câmaras municipais para identificar os membros das famílias

cabodesantoagostinho.pe.leg.br/processo-legislativo/parlamentares-e-legislaturas

Portal de Serviços d... Cases | Cases de Su... detector de plágio ... Produção Artigos IntegraçãoPE - Con... FXP REVISTA METODOS... FXP Gestão Pública Rede Nacional de C... Estudos de Caso e...

Câmara Municipal do Cabo
Casa Vicente Mendes | Cabo de Santo Agostinho | Pernambuco

Mapa do Site Acessibilidade Contato Contraste Acessar VLibras

Buscar no Site

Página Inicial E-mail Legislativo SAPL Ouvidoria / e-SIC Perguntas Frequentes Glossário

Você está aqui: Página Inicial / Processo Legislativo / Parlamentares e Legislaturas

Sobre a Câmara

- Acesso à Câmara e contatos
- História
- Composição, Definição e Funções
- Estrutura
- Regimento Interno
- Notícias
- Galeria de Fotos
- Galeria de Vídeos

Processo Legislativo

- Matérias Legislativas
- Sessões Plenárias

Parlamentares

Selecione o Período

18ª (2021 - 2024) (Atual)

Total de Parlamentares: 21 Apenas Ativos Apenas Titulares

Parlamentar	Partido	Ativo?	Titular?
 Aziel Almeida	PSB	Sim	Sim

18:54 14/12/2023

12- Consulta nos sites das prefeituras municipais para identificar os membros das famílias

cabop.pe.gov.br

Portal de Serviços d... Cases | Cases de Su... detector de plágio ... Produção Artigos IntegraçãoPE - Con... FXP REVISTA METODOS... FXP Gestão Pública Rede Nacional de C... Estudos de Caso e...

PREFEITURA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
Construindo uma nova história

QUINTA 30° 22" METEORED

INÍCIO GOVERNO NOTÍCIAS TRANSPARÊNCIA OUVIDORIA CONTATOS

ALUNOS NOVATOS 2024 DE 30/11 A 15/12 **CLIQUE AQUI**

PREFEITURA

18:58 14/12/2023

13- Validação da identificação familiar dos políticos

divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2014/680/PE/candidatos

Portal de Serviços d... Cases | Cases de Su... detector de plágio ... Produção Artigos IntegraçãoPE - Con... FKP REVISTA METODOS... FKP Gestão Pública Rede Nacional de C... Estudos de Caso e...

Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais Eleições Gerais 2014



PERNAMBUCO
BRASIL - PE

Página Inicial / Lista de Candidatos

PERNAMBUCO - 551 Conheça mais sua cidade com o IBGE Situações Exportar

Deputado Estadual

Nome na Urna	Nome Completo	Nº	Situação	Sigla	Partido/Federação/Coligação	
EVERALDO CABRAL	EVERALDO CABRAL DE OLIVEIRA	11900	Deferido	PP	PERNAMBUCO QUE EU QUERO	Eleito
LULA CABRAL	LUIZ CABRAL DE OLIVEIRA FILHO	40040	Deferido	PSB	FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO PARA DEPUTADO ESTADUAL	Eleito
MIRA CABRAL	BELMIRA CABRAL GUERRA	19555	Deferido	PTN	UNIDOS PELA REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA	Suplente

17:18
13/12/2023

14- Validação da identificação familiar dos políticos

divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2014/680/PE/170000000566

Portal de Serviços d... Cases | Cases de Su... detector de plágio ... Produção Artigos IntegraçãoPE - Con... FKP REVISTA METODOS... FKP Gestão Pública Rede Nacional de C... Estudos de Caso e...

Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais Eleições Gerais 2014



EVERALDO CABRAL
Deputado Estadual - PERNAMBUCO/BR
Partido Progressista - PP

11900

Eleito
Foto para urna

Deferido Situação Candidatura
Deferido Situação Partido/Federação/Coligação

Página Inicial / Lista de Candidatos / Candidato

Consultas 12/07/2018
Última atualização Documentos

Lista de Bens Declarados
Eleições Anteriores

Dados do Candidato

EVERALDO CABRAL DE OLIVEIRA
NOME COMPLETO

25/12/1951
DATA DE NASCIMENTO

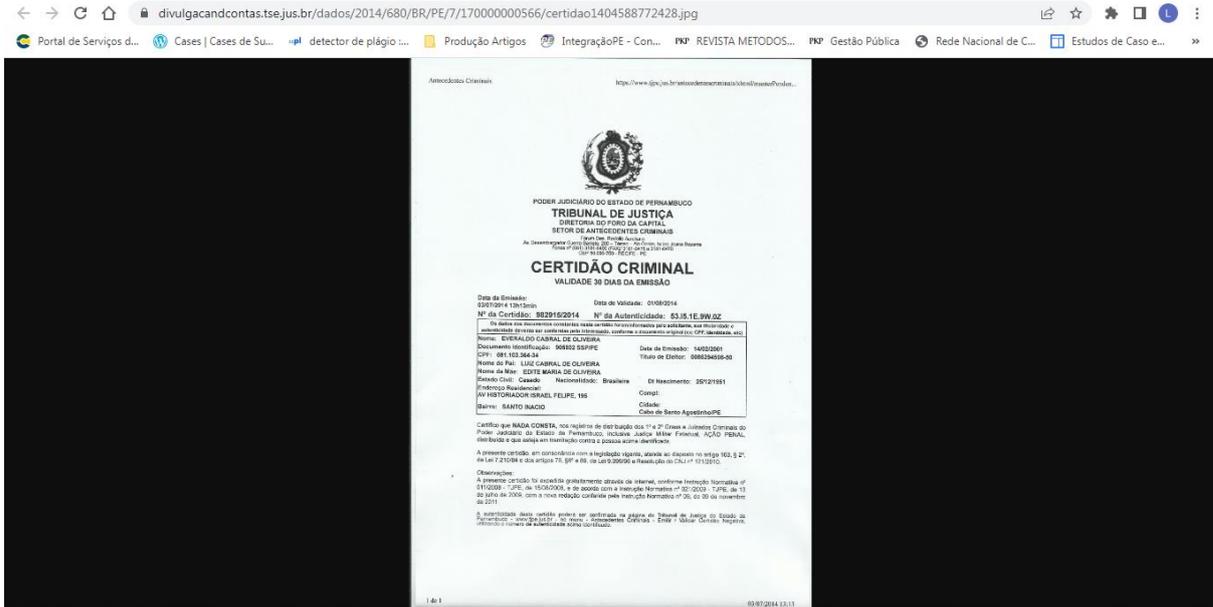
Masculino
GÊNERO

BRANCA
COR / RAÇA

Certidão
Certidão
Certidão
Certidão

17:20
13/12/2023

15- Validação da identificação familiar dos políticos



16- As dinastias políticas são validadas por meio da constatação de filiação entre os políticos.

APÊNDICE 2

PERGUNTAS E RESPOSTAS:

1- Qual o propósito dessa pesquisa?

R- O presente trabalho consiste em responder à pergunta de pesquisa que é saber qual a prevalência das dinastias políticas nos municípios brasileiros. De forma que, o objetivo geral é mensurar o tamanho dos clãs familiares nas cidades do Brasil.

2- Como foi realizada a amostra dos municípios brasileiros?

R- Para realizarmos uma amostra que represente todas as cidades brasileiras, utilizamos um cálculo amostral realizado pela calculadora “qualtrics”, que estimou proporcionalmente uma representação de 360 cidades que retratam politicamente os 5.570 municípios brasileiros.

3- De que forma foi validada a amostra que representa as cidades brasileiras?

R- A amostragem das cidades brasileiras foi validada pela estratificação realizada em uma tabela com todas as regiões do Brasil, que apresentam uma comparação compatível entre todas as cidades do universo da pesquisa e sua proporção descrita pela amostra, portanto, esses valores são próximos e equivalentes.

4- Como foram identificados os políticos membros de uma mesma família nas cidades brasileiras?

R- Para identificar os prefeitos membros das famílias políticas, utilizamos a plataforma do TSE que dispõe de arquivos com todos os candidatos das eleições de 2016, em seguida realizamos buscas por meio da função “formatação condicional”, através dos sobrenomes dos prefeitos. Ainda, efetuamos buscas nos sites oficiais das prefeituras, câmaras municipais, estaduais e federais, bem como buscamos informações no “google” com palavras-chave sobre a família dos prefeitos selecionados por essa pesquisa.

5- De que maneira as cidades brasileiras foram classificadas pelas dinastias políticas?

R- As identificações das dinastias políticas ocorreram pela validação das certidões eleitorais, que são documentos dos candidatos anexados na plataforma do TSE, assim, o reconhecimento das famílias políticas se desenvolveu pelo confronto documental dos membros de uma mesma família.

6- Quais são as validações eleitorais, utilizadas nessa investigação?

R- O método utilizado para identificar as dinastias políticas foi por meio das certidões eleitorais, de forma que, esses documentos ou declarações expedidas por órgãos dos governos que possuem no conteúdo do texto a filiação dos prefeitos, dessa maneira, é possível comparar o parentesco entre os membros de uma mesma família.

7- Quais foram as limitações dessa pesquisa?

R- Em relação às limitações que trouxeram dificuldades para a eficácia desse trabalho, podemos citar a ausência de documentos ou certidões para comprovar as filiações dos prefeitos, bem

como, a falta de informações nos registros sobre os parentescos dos políticos que comprometeram o reconhecimento das dinastias políticas nas cidades brasileiras.

8- Quais foram os principais achados dessa pesquisa?

R- Entre as principais descobertas realizadas por essa pesquisa, podemos destacar que em média, 26,30% das cidades brasileiras são governadas pelas famílias políticas, e que 45% desses municípios estão localizados no nordeste do Brasil. Dessa forma, a participação das mulheres na gestão municipal aumenta quando essas são integrantes das famílias políticas.

9- De que forma esses produtos podem contribuir para a sociedade?

R- Os resultados dessa pesquisa podem contribuir para aperfeiçoar o sistema eleitoral no sentido de tornar as eleições mais democráticas, assim como, as caracterizações dos políticos realizadas por essa investigação, determinam o perfil dos políticos e as particularidades de várias urbanizações brasileiras.

10- Que pesquisas podem dar continuidade aos resultados dessa investigação?

R- Essa pesquisa irá ser continuada com um enfoque no impacto das dinastias políticas no desenvolvimento econômico dos municípios brasileiros selecionados pela amostra, assim, nesse próximo trabalho será realizada uma análise comparativa entre as cidades do Brasil, no sentido de verificar os efeitos dos clãs políticos na economia das urbanizações.

APÊNDICE 3
MODELOS DE CERTIDÕES NEGATIVAS:

1- Certidões da Região Norte do Brasil



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e Justiça Militar

Nº 0f1d0357

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição até a presente data, em face de:

ONASSYS MOREIRA COSTA
vinculado ao CPF: 779.217.121-34

N A D A C O N S T A, na Primeira Instância do Judiciário Tocantinense

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Tocantins, acessível através do endereço:
eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj
- c) válida por 60 (sessenta) dias - Provimento n.º 02/2011/CGJUS/TO (2.11.8);
- d) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição;
- e) essa certidão é válida **SOMENTE para os Processos Eletrônicos autuados a partir de Novembro de 2012 no sistema e-Proc/TJTO.**

Palmas - TO, 07/08/2016 06:32:32



2- Certidões da Região Sudeste do Brasil



25/07/2016

0000579

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 6694414**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) DEPTO ESTADUAL EXEC. CRIMINAL - 4ª RAJ- CAMPINAS, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **EXECUÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 24/07/2016, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

OMAR NAJAR, RG: 04574643, CPF: 013.784.818-87, nascido em 13/08/1947, natural de Americana - SP, filho de **ABDO NAJAR** e **MARIA NURA NAJAR**, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão é expedida para **FINS EXCLUSIVAMENTE JUDICIAIS** e abrange os feitos de Execuções Criminais distribuídos nas Unidades Regionais do Departamento Estadual de Execuções Criminais e só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão deve ser acompanhada obrigatoriamente da certidão da Vara ou Ofício de Execuções Criminais.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

Campinas, 25 de julho de 2016.